

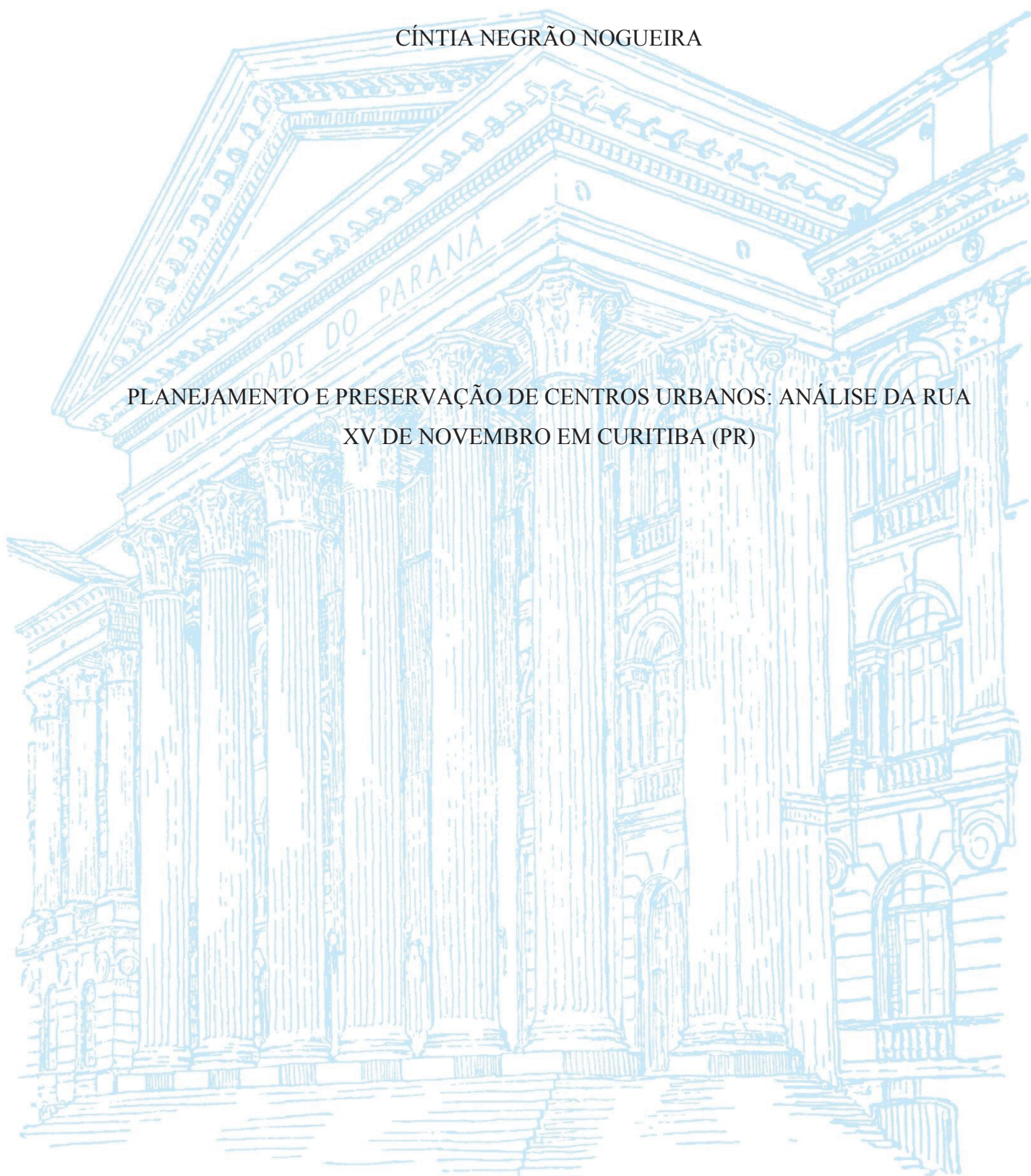
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CÍNTIA NEGRÃO NOGUEIRA

PLANEJAMENTO E PRESERVAÇÃO DE CENTROS URBANOS: ANÁLISE DA RUA
XV DE NOVEMBRO EM CURITIBA (PR)

CURITIBA

2019



CÍNTIA NEGRÃO NOGUEIRA

**PLANEJAMENTO E PRESERVAÇÃO DE CENTROS URBANOS: ANÁLISE DA RUA
XV DE NOVEMBRO EM CURITIBA (PR)**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gislene de Fátima Pereira

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Olga Lúcia Castreghini de Freitas-Firkowski

CURITIBA

2019

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas,
UFPR Biblioteca de Ciência e Tecnologia

N778p

Nogueira, Cíntia Negrão

Planejamento e preservação de centros urbanos: análise da rua XV de Novembro em Curitiba (PR) [recurso eletrônico] / Cíntia Negrão Nogueira. – Curitiba, 2019.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, 2019.

Orientador: Gislene de Fátima Pereira – Coorientador: Olga Lúcia Castreghini de Freitas-Firkowski.

1. Planejamento urbano – Curitiba (PR). 2. Centros históricos. 3. Centros urbanos. 4. Rua XV de Novembro – Curitiba (PR). I. Universidade Federal do Paraná. II. Pereira, Gislene de Fátima. III. Freitas-Firkowski, Olga Lúcia Castreghini de. IV. Título.

CDD: 711.408162

Bibliotecário: Elias Barbosa da Silva CRB-9/1894



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO
URBANO - 40001016104P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CÍNTIA NEGRÃO NOGUEIRA** intitulada: **PLANEJAMENTO E PRESERVAÇÃO DE CENTROS URBANOS: ANÁLISE DA RUA XV DE NOVENBRO EM CURITIBA (PR)**, sob orientação da Profa. Dra. GISELE DE FÁTIMA PEREIRA, que após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 06 de Agosto de 2019.

GISELE DE FÁTIMA PEREIRA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

JUSSARA MARIA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE POSITIVO)

OLGA LÚCIA CASTRECHINI DE FREITAS FIRKOWSKI

Coorientador - Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

LETÍCIA NERONE GADENS

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Para Elza e Maria (in memoriam)
Com quem aprendi a contar histórias

Para todos os meus alunos
Que me ensinaram a jamais desistir.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e familiares, por todas as possibilidades e apoio.

Aos meus amigos, pelos diálogos e por todas as palavras de carinho.

Às minhas orientadora e coorientadora, pelo acolhimento, paciência, ensinamentos e compreensão neste longo caminho.

Aos professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo e da Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná, pelos ensinamentos.

Aos professores e acadêmicos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real e do Curso Positivo, por todos os momentos de alegria compartilhados.

Ao setor de Geoprocessamento do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, pelos dados gentilmente fornecidos para elaboração deste trabalho, e Nathan Damas, pelo auxílio em todas as dúvidas cartográficas.

À Lilian Fleury Teixeira Dória, Dilva Slomp Busarello e Orlando Busarello, por me mostrarem que teoria e prática andam juntas.

À Fernanda Magalhães, pelo suporte.

A Rafael Budni, por estar sempre presente em minha vida.

À Bruna Buher Kureke, Luziane Machado e Nathália Oenning, pessoas que o mestrado me fez encontrar.

À Mocha e Poty, pela companhia incondicional.

A quem lê esta pesquisa, muito obrigada.

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (CALVINO, 2017, p. 52).

RESUMO

Centros urbanos, áreas com localização e infraestrutura consolidadas, bem como exemplos arquitetônicos relevantes para o histórico do local, podem passar, ao longo de sua existência, por processos de degradação, desvalorização e esvaziamento. Este panorama, comum em grandes cidades e estudado principalmente após a II Guerra Mundial na Europa e a partir dos anos 1980 no Brasil, procura ser revertido através de políticas públicas adequadas de planejamento e desenvolvimento urbano. Esta investigação é baseada no estudo de caso do bairro Centro de Curitiba, com recorte específico na rua XV de Novembro, tombada em âmbito estadual desde 1974. Este trabalho tem por objetivo analisar a rua XV de Novembro em Curitiba sobre a preservação de patrimônio em áreas centrais e se inicia com uma discussão sobre patrimônio cultural nos centros urbanos. Para isso, e considerando a amplitude das escalas trabalhadas, se faz necessária a delimitação de determinados conceitos, como espaço público, centros históricos e intervenções urbanísticas. O trabalho é dividido em cinco partes, abordando inicialmente a problemática da perda de protagonismo dos centros urbanos e a conceituação de preservação patrimonial de conjuntos urbanos em nível mundial e, posteriormente, verificada a trajetória de ferramentas urbanísticas aplicadas no Brasil para proteção destas áreas. A seguir, é contextualizado o histórico do bairro Centro de Curitiba, onde, através de análises estatísticas e de dados econômicos – alvarás comerciais – procura-se compreender sua atual perda de protagonismo para os centros secundários criados a partir do Plano Wilhelm/IPPUC, de 1965, bem como o grande aumento do número de shoppings centers na cidade – principalmente próximos à região central. Como contraponto, é verificado o recorte da rua XV de Novembro, contida no Centro de Curitiba, porém, alvo de muitos projetos urbanos desde a década de 1970, quando realizada sua pedestrianização. É traçada uma linha do tempo com os projetos executados na rua XV de Novembro, bem como os não executados. Entre as conclusões permitidas, destaca-se que, apesar de estar em uma área central, a rua XV de Novembro não perdeu seu protagonismo enquanto ponto de encontro e protagonismo para a cidade, e, juntamente com o bairro Centro, apresenta um aumento no número de moradores, trazendo maior variabilidade de uso para a região.

Palavras-chave: Centros Históricos. Centros Urbanos. Planejamento Urbano. Rua XV de Novembro.

ABSTRACT

Urban centers, areas with consolidated location and infrastructure, as well as architectural examples relevant to the site's history, may go through degradation, devaluation and emptying processes throughout its existence. This panorama, common in large cities and studied mainly after World War II in Europe and since the 1980s in Brazil, seeks to be reversed through adequate public policies of urban planning and development. This research is based on the case study of the downtown neighborhood of Curitiba, with a specific cut in the street XV de Novembro, registered at the state level since 1974. This work aims to analyze the street XV de Novembro in Curitiba on the preservation of assets in areas, and begins with a discussion of cultural heritage in urban centers. To do this, and considering the scale of the scales worked, it is necessary to delimit certain concepts, such as public space, historical centers and urban interventions. The work is divided into five parts, initially addressing the problem of loss of protagonism of urban centers and the conceptualization of patrimonial preservation of urban groups worldwide and, later, verified the trajectory of urban planning tools applied in Brazil to protect these areas. Next, the historical background of the Curitiba neighborhood is contextualized, where, through statistical analyzes and economic data – commercial permits – it seeks to understand its current loss of protagonism to the secondary centers created from the Wilhelm/IPPUC Plan of 1965, as well as the large increase in the number of shopping malls in the city – mainly close to the central region. As a counterpoint, the XV de Novembro street cliff, found in downtown Curitiba, is verified, but it has been the target of many urban projects since the 1970s, when its pedestrianization was carried out. A timeline is drawn with the projects executed on November 15th Street, as well as those not executed. Among the conclusions allowed, it is noteworthy that, despite being in a central area, XV de Novembro Street has not lost its protagonism as a meeting point and protagonism for the city, and, together with the Centro district, shows an increase in the number of residents, bringing greater variability of use to the region.

Keywords: Historical Centers. Urban centers. Urban planning. XV de Novembro Street.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FOTO PANORÂMICA DE PUERTO MADERO, BUENOS AIRES	25
FIGURA 2 - FOTO PANORÂMICA DA TIMES SQUARE, NOVA IORQUE	25
FIGURA 3 - MAPA DE CURITIBA EM 1863 (DESTAQUE À RUA XV DE NOVEMBRO)	48
FIGURA 4 - MAPA DE CURITIBA EM 1894 (DESTAQUE À RUA XV DE NOVEMBRO)	48
FIGURA 5 - REGIONAL MATRIZ E BAIRRO CENTRO	55
FIGURA 6 - RECORTE DE ESTUDO BAIRRO CENTRO	55
FIGURA 7 - ALVARÁS COMERCIAIS BAIRRO CENTRO (1970 - 1979)	59
FIGURA 8 - ALVARÁS COMERCIAIS BAIRRO CENTRO (1980 - 1989)	59
FIGURA 9 - ALVARÁS COMERCIAIS BAIRRO CENTRO (1990 - 1999)	60
FIGURA 10 - ALVARÁS COMERCIAIS BAIRRO CENTRO (2000 - 2009)	60
FIGURA 11 - ALVARÁS COMERCIAIS TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVEMBRO (1970 - 1979)	64
FIGURA 12 - ALVARÁS COMERCIAIS TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVEMBRO (1980 - 1989)	64
FIGURA 13 - ALVARÁS COMERCIAIS TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVEMBRO (1990 - 1999)	65
FIGURA 14 - ALVARÁS COMERCIAIS TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVEMBRO (2000 - 2009)	65
FIGURA 15 - ALVARÁS COMERCIAIS TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVEMBRO (2010 - 2018)	66
FIGURA 16 - PROPAGANDA DO SHOPPING NOVO BATEL (1979)	71
FIGURA 18 - PROPAGANDA DO SHOPPING MUELLER	72
FIGURA 18 - SHOPPINGS NA ÁREA CENTRAL DE CURITIBA	72
FIGURA 19 - INFORME PUBLICITÁRIO DA PREFEITURA SOBRE O FECHAMENTO DA RUA XV	78
FIGURA 20 – A TORRE DE INFORMAÇÕES NA RUA XV DE NOVEMBRO (1972)	80
FIGURA 21 - O BONDINHO DA XV EM 1974	81
FIGURA 22 - TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVEMBRO	82
FIGURA 23 - RUA XV DE NOVEMBRO, O RELÓGIO DIGITAL E A TORRE DE INFORMAÇÕES, 1978	83

FIGURA 24 - ETAPAS DE PEDESTRIANIZAÇÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO.....	84
FIGURA 25 - RUA XV DE NOVEMBRO ENTRE A ALAMEDA DOUTOR MURICI E AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 2000	86
FIGURA 26 - UIPs LOCALIZADAS NO TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVEMBRO	87

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - COMPARATIVO POPULAÇÃO NO BAIRRO CENTRO X NÚMERO DE ALVARÁS	58
GRÁFICO 2 - COMPARATIVO NÚMERO TOTAL DE LOTES COM ALVARÁS COMERCIAIS NA RUA XV DE NOVENBRO X NÚMERO TOTAL DE ALVARÁS COMERCIAIS	67
GRÁFICO 3 - COMPARATIVO NÚMERO TOTAL DE ALVARÁS COMERCIAIS NA RUA XV DE NOVENBRO X POPULAÇÃO NO BAIRRO CENTRO	67
GRÁFICO 4 - PIRÂMIDE ETÁRIA DE CURITIBA (CENSO 2010)	68
GRÁFICO 5 - PIRÂMIDE ETÁRIA DO BAIRRO CENTRO (CENSO 2010).....	69

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA PRESERVAÇÃO DE CENTROS URBANOS ATRAVÉS DAS CARTAS PATRIMONIAIS.....	36
QUADRO 2 - INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE COM APLICAÇÃO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	43
QUADRO 3 - MARCOS RELACIONADOS À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIAPAL E CARTAS PATRIMONIAIS	45
QUADRO 4 - PROJETOS CATALOGADOS DA RUA XV DE NOVEMBRO (IPPUC)	88

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO ESTADO DO PARANÁ.....	52
TABELA 2 - POPULAÇÃO DE CURITIBA E DO BAIRRO CENTRO.....	56
TABELA 3 - POPULAÇÃO, ESTIMATIVA POPULACIONAL, E VARIAÇÃO	57
TABELA 4 - NÚMERO DE ALVARÁS COMERCIAIS NO BAIRRO CENTRO	58
TABELA 5 - NÚMERO DE ALVARÁS COMERCIAIS NO TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVENBRO.....	62
TABELA 6 - NÚMERO DE ALVARÁS E LOTES COMERCIAIS NO TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVENBRO.....	62
TABELA 7 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA E IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO (CURITIBA E BAIRRO CENTRO).....	68
TABELA 8 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS E ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	68
TABELA 9 - NÚMERO DE SHOPPINGS EM CURITIBA (1970 - 2010).....	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CENTROS URBANOS – CONCEITUAÇÃO, DELIMITAÇÃO E SIGNIFICADOS	17
2.1 CENTROS URBANOS: DA PÓS-REVOLUÇÃO INDUSTRIAL AOS DIAS ATUAIS	19
1.1.1. Centros urbanos, preservação e patrimônio histórico – panorama atual	25
1.1.2. O diálogo internacional através das Cartas Patrimoniais	28
3 A PRESERVAÇÃO HISTÓRICA EM ÂMBITO NACIONAL	37
3.1 PRESERVAÇÃO DE CENTROS URBANOS NO BRASIL – A REVALORIZAÇÃO URBANA A PARTIR DOS ANOS 1980	41
4 O CENTRO DE CURITIBA	46
4.1 A FUNDAÇÃO DE CURITIBA E SUA EVOLUÇÃO URBANA	46
4.1.1 A EXPANSÃO DO CENTRO DE CURITIBA DECORRENTE DO CRESCIMENTO POPULACIONAL DO PARANÁ	51
4.2 MUDANÇAS DOS USOS NA ÁREA CENTRAL – DO RESIDENCIAL AO COMERCIAL.....	54
1.1.3. Estudo de caso – rua XV de Novembro	61
1.1.4. A competição entre comércios: os shoppings na área central de Curitiba	69
5 A RUA XV DE NOVENBRO: MARCO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE PRESERVAÇÃO.....	76
5.1 RUA XV DE NOVENBRO – PEDESTRIANIZAÇÃO E TOMBAMENTO	76
5.2 OS PROJETOS DA RUA XV DE NOVENBRO	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	96
ANEXO 1 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO – PROCESSO DE TOMBAMENTO Nº 45/74 – INSCRIÇÃO Nº 05 I.....	103

1 INTRODUÇÃO

A subutilização dos centros urbanos e a possibilidade de novos cenários que incentivem a sua valorização são questões que recorrentemente assumem centralidade na discussão e na formulação de políticas públicas de planejamento e desenvolvimento urbano. Com localização privilegiada, equipamentos e infraestrutura urbana consolidada, estes espaços, muitas vezes, também possuem exemplares de patrimônios arquitetônicos – tombados ou não – que são relevantes para a preservação da história local, estadual ou nacional.

Este trabalho, que tem por objetivo analisar a rua XV de Novembro em Curitiba à luz da discussão sobre preservação de patrimônio em áreas centrais, inicia-se, portanto, com uma discussão sobre patrimônio cultural nos centros urbanos. Para isso, e considerando a amplitude das escalas trabalhadas, se faz necessária a delimitação de determinados conceitos, como espaço público, centros históricos e intervenções urbanísticas.

Para Borja e Muxí (2000, p. 8), o espaço público cumpre um preceito integrador complexo – espaço de intercâmbio entre os diferentes – permitindo o passeio e o encontro, ordenando a cidade e lhe dando sentido; é o âmbito físico da expressão coletiva e da diversidade social e cultural. Gomes (2002, p. 162), o define como o espaço “onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade”. Ainda, segundo Borja e Muxí (2000, p. 8), “o espaço público é ao mesmo tempo o espaço principal do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania. É um espaço físico, simbólico e político”.

Por sua vez, Fernando Carrión (2000, p. 9) define três categorias para interpretação dos centros históricos: (i) espacial; (ii) temporal; (iii) patrimonial. Para o autor, a categoria espacial é a condição da existência social, onde o centro histórico é considerado uma “organização territorial sustentada por um processo social que tem duas opções em função de atos voluntários ou políticos: consolidação ou conservação” (CARRIÓN, 2000, p. 9). A categoria temporal (CARRIÓN, 2000, p. 10) está presente nos centros históricos como em nenhum outro lugar, através da referência simultânea ao moderno e ao antigo, tendo como ponto de partida o existente. A categoria patrimonial faz referência à sustentabilidade dos centros históricos, isto é, a transferência social do testemunho (patrimônio) entre gerações (CARRIÓN, 2000, p. 12).

Como terceira questão a esclarecer, a conceituação de intervenções em centros urbanos, este trabalho adota a linha de Célia Ferraz de Souza e Fabiana Kruse (2012), que

apresentam a diferenciação dos termos revitalização, reabilitação, e requalificação – expressões formalmente conceituadas em língua portuguesa pela Carta de Lisboa de 1995. Segundo as autoras, revitalização urbana significa relançar à vida uma parte da cidade em decadência; reabilitação urbana é uma estratégia de gestão que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas, geralmente no centro; e requalificação urbana está associada a intervenções em áreas debilitadas – abandonadas ou subutilizadas¹ (SOUZA, KRUSE, 2012, p. 18-20).

É também importante ressaltar que as cidades hoje possuem papel renovado. Vários agentes se associam ou disputam novas relações sociais e de consumo, exigindo-se instrumentos flexíveis para gerenciar o crescimento e desenvolvimento urbano (VARGAS, 2001, p. 22). Para Vargas (2001, p. 26) a globalização da economia incentiva e estimula o *city marketing*², para que as cidades alcancem maior relevância no cenário internacional. Nesse contexto, a reabilitação de centros urbanos funciona como ferramenta de promoção de novos símbolos e estratégias econômicas. Porém, como toda herança, o centro histórico é um espaço de disputa. Considerando que os cidadãos têm o direito à cidade, a recuperação dos centros históricos, segundo Carrión:

Deve ser reconhecido como um direito prioritário, os habitantes que vivem no centro histórico, na medida em que suas condições de vida são uma determinação de existência da área histórica e o ponto de partida do seu valor. Isso supõe a existência de um patrimônio popular, que reconhece os setores populares como (re)construtores de centros históricos e sua existência (CARRIÓN, 2000, p. 17).

O tema que impulsiona esta pesquisa são as transformações urbanas observadas na rua XV de Novembro, em Curitiba – rua pedestrianizada desde 1972, tombada na esfera estadual desde 1974 e inserida no perímetro do Centro Histórico da cidade. A rua faz parte de uma dinâmica do centro como um todo – tal qual ocorre em diversos centros urbanos – de perda de relevância como centro comercial e habitacional. Procura-se verificar, ao longo da revisão teórica, quais políticas recentes de planejamento urbano e preservação poderiam ser aplicadas no estudo de caso citado.

¹ Célia Ferraz de Souza e Fabiana Kruse discordam neste ponto da Carta de Lisboa (1995), onde esta trata requalificação urbana apenas para áreas *abandonadas*. Optou-se adotar pela mesma linha de raciocínio das autoras.

² City Marketing, segundo Ashworth, Voogd (1991) e Cooke (1990) (apud SANCHEZ, 1999, p. 115), “constitui-se, na orientação da política urbana à criação ou ao atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão”. Para Sanchez (1999, p. 116), “a produção de imagem, os planos estratégicos e o investimento em marketing podem ser considerados: a) um resultado e uma estratégia dos processos de reestruturação urbana; b) instrumentos do “novo planejamento urbano”; c) instrumentos para a legitimação dos interesses das coalizões dominantes com interesses no lugar”.

A problemática a ser investigada parte do pressuposto de que há uma dinâmica de degradação e esvaziamento em centros históricos urbanos, descrita por Vargas e Castilho (2009) em três fases distintas e com diferentes abordagens de resolução – processo pelo qual o Centro de Curitiba também passaria. A rua XV de Novembro, “domínio de pedestres” (SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS, 1965, p. 162), faria parte dessa mesma dinâmica de degradação de centros urbanos. Nesse contexto, as propostas de intervenção na Rua XV estariam sendo pouco efetivas por não considerarem a problemática do Centro de Curitiba como um todo. Sendo uma cidade reconhecida pelas propostas ditas inovadoras de planejamento urbano, indaga-se se tais propostas teriam sido efetivas no campo da preservação do patrimônio, em especial aquele da rua XV de Novembro.

Para tanto, esta pesquisa define como objetivo geral identificar o contexto em que as intervenções propostas para a rua XV de Novembro foram concretizadas, com foco no período pós pedestrianização (1972 – 2018). Tal objetivo se desdobra em objetivos específicos, a seguir explicitados:

- a) Identificar como a conceituação da preservação de centros históricos evoluiu ao longo do tempo e como se deu sua incorporação em projetos de intervenção urbana;
- b) Identificar a problemática da região central de Curitiba, a partir de uma caracterização das dinâmicas aí presentes – desvalorização, esvaziamento e perda de atrativo enquanto local de trabalho e moradia;
- c) Analisar se os programas e políticas de preservação no bairro Centro de Curitiba, no recorte espacial da rua XV de Novembro, trouxeram incentivos ou ônus para a área – sendo considerados incentivos a atração de negócios e novos empreendimentos e maior procura para moradia; e ônus, a manutenção ou agravamento da desvalorização.

De modo a responder essas indagações de pesquisa e atender aos objetivos propostos, o trabalho está preliminarmente dividido em cinco capítulos, como segue. No primeiro capítulo, é realizada uma revisão teórico-conceitual sobre centros urbanos, sua evolução no recorte temporal estabelecido: da Revolução Industrial do século XIX (principalmente com o urbanismo sanitista de Haussmann e Cerdà) até os dias atuais. A pesquisa parte da caracterização das Cartas Patrimoniais como instrumentos balizadores de conceitos e diretrizes para a preocupação da preservação de centros urbanos desde os anos 1930.

Nos segundo e terceiro capítulos, é lançada luz à preservação de centros urbanos e sua legislação no Brasil – iniciada na década de 1930 com o tombamento da cidade de Ouro Preto, até os dias atuais.

Nos quarto e quinto capítulos, é realizado um breve levantamento histórico de Curitiba, seu centro e do objeto de estudo – rua XV de Novembro, sendo posteriormente abordada suas conclusões.

Além desses capítulos, o trabalho é composto, ainda, pela introdução e por indicações para futuros desdobramentos da pesquisa dentro da área de planejamento urbano e regional e preservação urbana. Conforme Carrión (2005, p. 16) somente políticas públicas aliadas à gestão de centros históricos traz a recuperação deste espaço para uso público – que, por sua vez, deve gerar sentimento de apropriação social e sentimento de cidadania – elementos basilares para uma sociedade consciente de seu futuro.

2 CENTROS URBANOS – CONCEITUAÇÃO, DELIMITAÇÃO E SIGNIFICADOS

A partir da análise da história da arquitetura e urbanismo, busca-se explicitar, neste capítulo, um conjunto de conceitos e significados ligados à evolução dos centros urbanos ao longo do tempo, com especial atenção para o período a partir do final do século XIX, onde grandes transformações econômicas e sociais suscitaram discussões no campo de estudo do urbanismo. Para tanto, inicia-se a seguir uma discussão sobre o conceito de cidades e centros urbanos, bem como sobre a evolução do planejamento urbano atrelado às práticas de preservação de espaços centrais.

Cidades, segundo François Ascher (2010, p. 19), são agrupamentos de população que não produzem seus próprios meios de subsistência. Há, portanto, segundo o autor, uma divisão técnica, social e espacial na existência das urbes:

A dinâmica da urbanização está ligada ao potencial de interação oferecido pelas cidades, à sua “urbanidade”, ou seja, à potência multiforme que gera o reagrupamento de uma grande quantidade de pessoas em um mesmo lugar (ASCHER, 2010, p. 19).

Para o autor, a história das cidades foi marcada pela história das técnicas de transporte e estocagem de bens, de informações e pessoas – chamado *sistema bip* (ASCHER, 2010, p. 20). Ascher pontua um processo contínuo de modernização, pautado em três dinâmicas socioantropológicas: individualização, racionalização e diferenciação social. Esta tríade vai resultar em diferentes revoluções urbanas modernas que vão impactar diretamente na forma como conhecemos as cidades.

Ascher (2010, p. 24) define a primeira modernidade como o final da Idade Média e período do Renascimento, onde, para o autor, surge a cidade “clássica”, monumental, que “se apresenta através da perspectiva, ao olhar do indivíduo, traçando avenidas, praças e jardins urbanos [...]” (ASCHER, 2010, p. 24). A segunda modernidade acompanha a segunda Revolução Industrial e a lógica de funcionamento fabril é aplicada também nas cidades, através de um urbanismo extremamente científico, pautado pelo sanitarismo e zoneamento e adaptação da cidade à nova sociedade industrial.

A terceira revolução urbana mostra que nossa sociedade, individualizada, porém colaborativa, vive uma emancipação de limites espaciais e temporais, onde a presença física não é tão necessária para algumas práticas sociais (ASCHER, 2010, p. 37):

O desenvolvimento econômico das cidades repousa cada vez mais na sua acessibilidade, na sua conexão com as grandes redes de transporte terrestre e aéreas, e ainda no potencial de mão de obra qualificada. A atração das jovens camadas médias e superiores torna-se assim um elemento central de políticas urbanas, que prioriza a qualidade de vida, os equipamentos educativos, a cultura, o lazer, e ainda a imagem da cidade, dentro do coração do desenvolvimento local (ASCHER, 2010, p. 53).

Definida a cidade, o centro dela, segundo Ana Luísa Castilho (2008, p. 34), pode receber muitas terminologias: centro histórico, centro tradicional, centro principal, centro velho ou centro novo:

O centro é uma espécie de zona de intercâmbio e de coordenação de atividades essencialmente vinculada à história, e onde são valorizados os lugares geográficos, os elementos arquitetônicos (religiosos e civis) e por extensão o urbano (estrutura urbana e bairros) e do conteúdo social (CASTILHO, 2008, p. 35).

Ainda segundo a autora, o centro urbano é lugar dos cidadãos por excelência, onde parece haver menor segregação social (comparando-se aos demais bairros de uma cidade) e pela grande presença de espaços públicos que compõe seu cenário (CASTILHO, 2008, p. 35).

Para Vargas e Castilho (2009, p. 1), centros são os locais mais dinâmicos da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias, decorrente da marcante presença das atividades terciárias.

Castilho (2008, p. 23) divide a conceituação de centros urbanos em três fases (ou períodos): o centro como símbolo; como problema e como solução. O centro enquanto símbolo, para a autora, denota poder, pois esta área urbana está em uma localização de fácil acesso a todos; é o local comum dos cidadãos, porque há grande distribuição de espaços públicos para uso comunitário; e é local privilegiado, sendo estratégico para atividades comerciais, serviços bancários, pequenas indústrias, serviços autônomos e de lazer e cultura (CASTILHO, 2008, p. 25).

A caracterização do centro enquanto problema, para a autora, surge após a II Guerra Mundial, na década de 1950, quando há, ao mesmo tempo, grande êxodo populacional e de serviços às áreas periféricas (ou subúrbios) (CASTILHO, 2008, p. 27). Nesse processo, segundo Castilho, ocorre uma acentuada decadência dos espaços públicos, bem como a subutilização de toda a infraestrutura consolidada, que vai aos poucos tornando-se obsoleta.

O terceiro período, segundo a autora, corresponde a um processo de revalorização (ou solução) dos centros urbanos, onde ocorre o resgate dos significados em diferentes aspectos, tais como simbólico e funcional, reforçando perspectivas que identificam uma área

como centro – o que possibilita voltar a pautar a questão do centro na política urbana, especialmente por volta dos anos de 1970. Esta revalorização acontece de diferentes formas no mundo. Segundo Castilho (2008, p. 32), nas cidades americanas é valorizado o comércio e a oferta de serviços públicos; o modelo europeu aborda o uso habitacional; enquanto na América Latina, a falta de infraestrutura adequada em regiões periféricas, aliada à importância simbólica dos centros, faz com que a revalorização do centro seja ao mesmo tempo uma solução para a imagem das cidades (CASTILHO, 2008, p. 34).

2.1 CENTROS URBANOS: DA PÓS-REVOLUÇÃO INDUSTRIAL AOS DIAS ATUAIS

Após a segunda Revolução Industrial, ocorrida no século XIX nos países europeus, ocorre uma intensificação de estudo sobre as cidades, quando o reconhecimento de sua evolução, seus problemas e possíveis soluções são apresentados por diferentes áreas do conhecimento (CHOAY, 2001, p. 153). Neste período, o crescimento de uma nova classe econômica (a operária), aliado à nova dinâmica de produção industrial, coloca a cidade em destaque como espaço de produção. Desse contexto decorre a expansão desordenada da área urbana, facilitada por novos meios de transporte e comunicação.

Françoise Choay (2001, p. 135) considera a Revolução Industrial como uma “fronteira irremediável”, onde “escritores, intelectuais e artistas foram mobilizados por uma outra força: pela tomada de consciência de uma mudança de tempo histórico, de uma ruptura traumática do tempo”.

Para Manoela Rufinoni (2013, p. 28), muitas eram as modificações ao longo do século XIX, em diferentes áreas do conhecimento:

A transformação da cidade, no entanto, era apenas uma dentre tantas mudanças que então se evidenciavam ao longo do século XIX. Esse cenário em mutação era acompanhado de um complexo conjunto de discussões em diversos campos do saber, como o surgimento de novas teorias sociais que procuravam responder ao dilema da classe trabalhadora; a consolidação das identidades nacionais europeias, notadamente a partir de referenciais nas artes e na arquitetura; os novos questionamentos sobre a historiografia das artes e sobre a própria estética como disciplina [...] (RUFINONI, 2013, p. 28).

Clarissa Moreira (2004, p. 32) aponta como um marco na reestruturação das cidades – a conversão de suas estruturas para o que se chama de cidade industrial – a reforma urbana de Barão de Haussmann em Paris, na França, entre 1860 e 1868. Conforme aponta a autora, a Paris medieval, precedente à cidade industrial, possuía uma estrutura muito diferente. Antes

de Haussmann, uma cidade amurada, com ruas estreitas e sinuosas; depois, a abertura de vias, o aumento da escala da cidade, criando novas relações de convivência (MOREIRA, 2004, p. 33). Não foi apenas Paris que teve sua estrutura urbana modificada – pode-se citar Barcelona, na Espanha (através do plano Cerdà) e Viena, na Áustria. Na América Latina, o Plano Pereira Passos, no Rio de Janeiro, obedecia aos mesmos princípios (MOREIRA, 2004, p. 33).

Neste período histórico, a conceituação e o debate sobre patrimônio histórico ainda estavam resguardados a objetos isolados (monumentos históricos), evoluindo, aos poucos, para a preocupação com conjuntos maiores, como as cidades. Até então, na França, a ideia de preservação de patrimônio construído estava associada à necessidade de criar uma identidade e memória nacionais, pós-Revolução de 1789, e tinha em Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc (1814 – 1879) seu maior expoente. O arquiteto utilizou o termo “restauração”, com a descrição de etapas de intervenção de edifícios em seu livro *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle* (publicado em dez volumes entre 1854 e 1868).

Restauração, s.f. A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento (VIOULET-LE-DUC, 2013, p. 29).

Conforme Moreira (2004, p. 34), para Viollet-Le-Duc, haveria uma relação de subordinação do passado em relação ao presente, visto que o arquiteto inseria componentes antes inexistentes nas obras restauradas, buscando uma pureza de estilo.

De forma antagônica, John Ruskin (1819 – 1900), escritor, poeta e crítico, surge como principal teórico da preservação na Inglaterra do século XIX, dissertando acerca dos problemas das cidades inglesas pós-Revolução Industrial. Segundo Moreira (2004, p. 35) juntamente com William Morris, Ruskin atribui um valor absoluto às heranças dos tempos passados, sejam cidades intocadas ou edifícios, numa rejeição às transformações do século XIX, baseadas no culto ao passado. Ruskin é um dos primeiros a considerar como objeto de devoção não apenas um grande edifício, mas também residências e a forma urbana consolidada da era pré-Revolução Industrial. Choay (2001, p. 141) ressalta que John Ruskin é o primeiro a utilizar o termo conjuntos urbanos para o campo da preservação histórica, seguido de seu conterrâneo William Morris.

A própria serenidade da natureza é gradualmente arrancada de nós; milhares [de pessoas] que, outrora, em viagens necessariamente demoradas, foram submetidas à influência do céu silencioso e dos campos adormecidos, mais efetiva do que advertida ou confessada, agora carregam consigo, até mesmo lá, a febre incessante de suas vidas; ao longo das veias de ferro que atravessam o arcabouço do nosso país, batem e fluem os pulsos ígneos de seu esforço, mais quentes e mais rápidos a cada hora. Toda a vitalidade se concentra através dessas artérias pulsantes em direção às cidades centrais; o campo é transposto como um mar verde por pontes estreitas, e somos jogados em multidões cada vez mais densas sobre os portões da cidade. *Lá*, a única influência que pode de alguma forma tomar o lugar daquela dos bosques e campos é o poder da Arquitetura antiga. Não a abandone em troca da praça formal, ou do passeio cercado e ajardinado, ou da rua vistosa, ou do amplo cais. O orgulho da cidade não está aí. Deixe-os para a multidão (RUSKIN, 2013, p. 84, grifo do autor).

No momento em que Haussmann realiza profundas transformações em Paris, pensar a cidade enquanto objeto histórico passa a ser compreendido como urgente, já que as edificações isoladas haviam sido tratadas ao longo do período pós-Renascimento – uma longa jornada temporal.

Podem ser apontados inúmeros fatores para a demora em transformar o espaço urbano em algo histórico. Choay elenca como causas sua complexidade, sua escala, a longa duração de uma mentalidade que identificava a cidade a um nome (ou comunidade) e também a falta de registros e documentos cartográficos confiáveis – o espaço é ausente, enquanto apenas os edifícios são descritos. (CHOAY, 2001, p. 178). Ainda segundo a autora, o interesse pelo estudo das cidades se dá pelo contraste entre o novo e o antigo, evidente pós-Revolução Industrial.

O estudo da história das cidades também ganha relevância na figura de Camillo Sitte (1843 – 1903). Arquiteto e historiador de arte, ao identificar uma falta de qualidade artística na cidade industrial, propõe buscar nas formas anteriores princípios que possibilitem a produção de espaços e formas com qualidade artística (MOREIRA, 2004, p. 36) – ou seja, buscar a construção do novo baseado em modelos antigos. Para Choay (2001, p. 183), não se trata apenas de criticar o novo, mas tomar consciência das novas implicações técnicas que a industrialização trouxe.

Para Françoise Choay, porém, a grande colaboração no campo do estudo da preservação dos centros urbanos foi trazida por Gustavo Giovannoni, (1873 – 1947), que dá prosseguimento à ideia de preservação de cidades abordada por John Ruskin:

Em todos os domínios, os britânicos foram pioneiros. Em seguida, foram substituídos pelos italianos, especialmente por Gustavo Giovannoni. Este, já em 1913, desenvolveu o conceito de “arquitetura menor”, que, numa perspectiva mais geral, menos moral, mais histórica e estética, ultrapassa e engloba o conceito de arquitetura doméstica. A arquitetura menor torna-se parte integrante de um novo monumento, o conjunto urbano antigo [...] (CHOAY, 2001, p. 143).

Esse autor aborda as escalas urbanas, ao falar sobre a necessidade de o urbanismo atender “à vocação para o movimento e para a comunicação por todos os meios” (CHOAY, 2001, p. 195) – uma ideia inovadora que, na contemporaneidade, foi reforçada por Ascher (2009), conforme apresentado no início do capítulo.

Segundo Choay (2001, p. 200), a doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano de Giovannoni é pautada por três grandes princípios:

Em primeiro lugar, todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor (*piano regolatore*) local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente [...]. Em seguida, o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere [...]. Finalmente, preenchido essas primeiras condições, [...] tornam-se lícitas, recomendáveis ou mesmo necessárias, a reconstituição, desde que não seja enganosa, e sobretudo determinadas modalidades de demolição (CHOAY, 2001, pp. 200-201).

Temos, no início do século XX, portanto, uma delimitação clara do que é a preservação urbana – mesmo que ainda em seu início. Porém, uma nova corrente de pensamento arquitetônico – o modernismo – daria prosseguimento a grandes modificações nas cidades, já observadas desde o século XIX.

Segundo Moreira (2004, p. 39), Le Corbusier (1887 – 1965), de forma antagônica à Sitte e Ruskin, compreende a cidade do século XIX, como densa demais para a economia urbana moderna. Pensamento este presente na Carta de Atenas de 1933, elaborada em reunião do CIAM³. De acordo com Moreira (2004, p. 39), segundo os princípios do Modernismo, o espaço público assume novas articulações: antes, conformado pelas edificações e ruas, passa a protagonizar grandes vazios entre objetos isolados; os edifícios são mais altos e densos, tendo como fundamento a busca de maior salubridade, principalmente nas habitações populares.

Manoela Ruffinoni (2013, p. 105), entretanto, aponta que a Carta de Atenas de 1933 mostra-se favorável à preservação de conjuntos históricos, mesmo que com critérios controversos. Para a autora, a preservação proposta pela Carta estava subordinada à

³ CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ou *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*, foi uma série de eventos entre 1928 e 1954 organizados para discutir diferentes áreas da arquitetura.

orientação do movimento Moderno, que priorizava a circulação, grandes áreas verdes e a salubridade:

É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão completamente (IPHAN, 2004, p. 54).

Concomitante aos ideais do movimento Moderno, a II Guerra Mundial (1939 – 1945) causa danos irreparáveis na Europa. A população, diminuída em seu número, também se torna combatida pela perda de referências de monumentos históricos e centros urbanos.

Em 1951 é realizado o 8º Congresso CIAM, em Hoddesdon, Inglaterra, onde é dada ênfase às relações sociais, comunidade e espaço urbano, voltando-se os olhares aos centros urbanos – o “coração” ou *core* das cidades. Para Moreira (2004, p. 45), neste encontro, os participantes discutem sobre como recuperar a espontaneidade no núcleo das cidades. Sert (1955, p. 164), define o chamado “esboço do coração”:

1. Em cada cidade deve haver um só Coração principal; 2. O Coração é um artifício, uma obra do homem; 3. O Coração deve ser em um lugar livre de tráfego, onde o caminhante possa mover-se livremente; 4. Os veículos devem chegar na periferia do Coração e estacionar ali, mas não o atravessar; 5. A publicidade comercial não controlada – tal como hoje se mostra nos Corações – deve ser organizada e controlada; 6. Os movimentos variáveis (móveis) podem representar uma importante contribuição para dar vida ao Coração, e a sistematização arquitetônica deve ser projetada em forma que permita a inclusão de tais elementos; 7. Ao projetar o Coração, o arquiteto deve empregar meios de expressão modernos e, sempre que possível, deve trabalhar em colaboração com pintores e escultores (ROGERS, E. N; SERT, J. L.; TYRWHITT, J., 1955, p. 164).

A partir dos preceitos do 8º CIAM, Vargas e Castilho (2009, p. 7) nomeiam o período entre 1950 e 1970 de *Renovação Urbana*, principalmente nos Estados Unidos, onde o esvaziamento dos núcleos urbanos centrais ocorre a passos largos com a estruturação dos subúrbios. Na Europa, esse processo é refreado, já que esta se encontra arrasada pelas Guerras e em busca da memória local em seus centros (pode ser citado o caso da reconstrução do centro de Varsóvia, na Polônia, como exemplo). As autoras destacam alguns projetos sem êxito nos Estados Unidos, como a desapropriação de grandes áreas e demolição de edifícios antigos, dando lugar a grandes torres de escritórios, isoladas em jardins – seguindo preceitos do movimento Moderno. O fechamento de ruas para pedestres nos centros urbanos, comum

nos Estados Unidos nesse período, mostra-se ineficaz, pois todos os serviços ali ofertados eram também oferecidos em shoppings no subúrbio (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 12).

Vargas e Castilho (2009, p. 16) denominam o período de 1970 a 1990 como de *Preservação Urbana*, o qual traz uma forte crítica aos preceitos da Carta de Atenas de 1933 e ao urbanismo higienista do início do século. Muito mais voltado aos ideais do *core* do 8º CIAM, o período se caracteriza pela valorização da memória, estabelecimento de políticas urbanas e implementação de programas de gestão compartilhada, os quais formam a tríade que guia esta fase.

Nestas décadas são discutidas cartas patrimoniais relevantes sobre centros urbanos históricos e sua preservação em caráter internacional – Carta de Veneza (1964), Declaração de Amsterdã (1975) e Recomendação de Nairóbi (1976). Além disso, alguns projetos podem ser destacados, como o *Quincy Market*, em Boston (EUA); o *Forum Les Halles*, em Paris (França); e o *Pier 17*, em Nova Iorque (EUA). Para as autoras, estes e outros projetos, nesta fase, demonstram a ascensão da experiência de consumo de bens culturais pela sociedade em geral, com a associação do turismo ao patrimônio:

Iniciava-se a fase em que o universo simbólico resumido pela cultura, constituída pela associação de museus, teatros, cinemas, livrarias, bares e lugares de compras (shoppings) integrava o programa básico de empreendimento (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 23).

Fechando este período, as autoras identificam novos discursos sobre o que é histórico, onde o comércio e serviço passam a ser utilizados como estratégia de preservação das áreas centrais. Esse discurso serve como embrião para a fase seguinte – a *Reinvenção Urbana*, correspondente ao período de 1980 a 2000 (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 31). Esta é a última fração temporal identificada pelas autoras, reforçando a ideia do *city marketing* – a criação de cenários para atender a demanda não apenas de turistas, mas de investidores nas cidades. As intervenções decorrentes da eleição de Barcelona como sede dos Jogos Olímpicos de 1992 marcam este período (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 38). Nesse período, as intervenções urbanas exaltam alguns nichos “estratégicos”, como áreas portuárias e estações ferroviárias, além de procurar recuperar a base econômica das cidades para gerar emprego e renda, por meio da união do poder público e do poder privado. Exemplos de grandes projetos desse período são *Puerto Madero*, em Buenos Aires (Argentina); *Postdamer Platz*, em Berlim (Alemanha); e a *Times Square*, em Nova Iorque (EUA), como demonstram as Figuras 1 e 2 a seguir.

FIGURA 1 - FOTO PANORÂMICA DE PUERTO MADERO, BUENOS AIRES



FONTE: SCARIANTE (2012).

FIGURA 2 - FOTO PANORÂMICA DA TIMES SQUARE, NOVA IORQUE



FONTE: SCARIANTE (2015).

Na mesma linha de discussão, Vicente Del Rio (2000, p. 60) afirma que, a partir dos anos 1990, as grandes cidades passam a buscar o renascimento dos seus centros urbanos, por meio da reutilização do seu patrimônio (dividido pelo autor em físico, social e econômico). Del Rio (2000, p. 61) aponta cinco aspectos dos projetos realizados ao redor do mundo neste período, tais como os já citados casos de Barcelona e Boston:

- a) complexos processos de planejamento, monitoramento, gestão e marketing; b) *mix* estudado de diversos usos do solo, com a presença de “âncoras”⁴ sólidas; c) respeito à memória coletiva e ao contexto pré-existente (físico-espacial e sociocultural); d) atenção ao poder das imagens e da qualidade projetual; e) implantação através de processos colaborativos entre os grupos envolvidos (governo, comunidade e empresários) (DEL RIO, 2000, p. 61).

1.1.1. Centros urbanos, preservação e patrimônio histórico – panorama atual

O final do século XX e início do século XXI apresentam novos desafios no que concerne à preservação de centros históricos em cidades de diferentes tamanhos e localizações.

⁴ “Âncora”, neste contexto, segundo Del Rio (2000, p. 62), pode ser descrito como “agentes catalisadores de revitalização, dinâmicos e de forte apelo, constituindo-se num *diferencial* e no *gancho* inicial” (grifo do autor) – semelhante ao conceito de lojas-âncoras de shoppings centers.

Castilho (2008, p. 57), aponta que as intervenções nas áreas centrais urbanas deveriam ser aprovadas pelos cidadãos, pois promovem empregos e geram receitas. Segundo a autora:

As pressões por uma redefinição espacial do centro são exercidas pelos diversos grupos sociais – proprietários, usuários, moradores, etc. – que com ele interagem, **entretanto são decididas pelos investidores privados que apoiam e são apoiados pelo poder público** em duas frentes: (1) a ocupação de espaços ociosos e (2) a readequação dos antigos espaços às novas relações de produção (CASTILHO, 2008, p. 58, grifo nosso).

A decisão final sobre as transformações a serem realizadas nas áreas centrais, ao ficar nas mãos de investidores privados, tende a priorizar certas atividades ou áreas, o que pode se mostrar maléfica com o passar dos anos. Para Vasconcellos e Mello (2009, p. 64), nenhuma intervenção pode ser considerada “indolor”, pois, ao selecionarmos uma área em detrimento de outra, atribuiremos, invariavelmente, juízo de valor a isso (ou, considerando um lugar “melhor” a outro para se viver ou investir).

Nessa mesma linha de discussão, Andreas Huyssen (2000) coloca que a noção de cidade (e até mesmo de espaço público) está passando por transformações – “Não nos seduzimos apenas por monumentos físicos, mas *online*” (HUYSEN, 2000, p. 64). Para o autor, aqueles “determinados a explorar e criar novos vocabulários para o espaço urbano” são políticos e empreendedores, que colocam como ponto central nessa nova política urbana a criação de “espaços estéticos para consumo cultural, *megastores* e megaeventos museicos, festivais e espetáculos de todo o tipo”, procurando atrair o maior número e maior variedade de turistas (HUYSEN, 2000, p. 91). O turismo de massa, para o autor, proporciona espaços *disneyficados*, ambientes de consumo.

Para Moreira (2004, p. 61), as intervenções contemporâneas nas áreas centrais apresentam relação com a concorrência internacional entre cidades, visando atrair maiores investimentos econômicos. Segundo a autora, “a preservação da ‘cidade histórica’ geralmente passa pela ‘casca’ e reconfiguração externa”, preocupando-se, desta forma, apenas com visuais para valorização do *marketing* urbano. Choay (2001, p. 224) descreve a “casca” ou a “cena” com maestria:

Ora a cidade histórica, assim como o monumento individual, é transformada em produto de consumo cultural [...], ora pode ser destinada a fins econômicos que se beneficiam simbolicamente de seu *status* histórico e patrimonial, mas que a ela não se subordinam. O primeiro caso vê, pois, a cidade patrimonial posta em cena: de um lado, iluminada, maquiada, paramentada para fins de embelezamento e midiáticos; de outro, palco de festivais, festas, comemorações, congressos, verdadeiros e falsos *happenings* que multiplicam o número de visitantes em função da engenhosidade dos animadores culturais. O objetivo destes últimos é preparar os visitantes para a criação de uma atmosfera convivial [...] (CHOAY, 2001, p. 224).

Reforçando essa discussão, Carlos (2017, p. 29) aponta a importância do patrimônio enquanto experiência social, embora, no final do século XX, ele responda a diversos interesses – econômicos, políticos e estratégicos. A autora salienta que estaríamos em uma fase em que consumimos o espaço, e não necessariamente, no espaço – um espaço que se torna mercadoria e tem na sua venda sua fonte de lucro. Esta nova fase social “gera novos conteúdos de urbanidade, nos quais a mercadoria e sua posse redefinem as relações entre os indivíduos e destas com as possibilidades de usos do espaço” (CARLOS, 2017, p.31). Para a autora, o papel do patrimônio torna-se relevante:

O patrimônio aparece, neste momento, como passível de ser utilizado como álibi para reverter (como novos valores de troca) o processo de desvalorização de áreas decadentes (do ponto de vista do mercado). Pelo ângulo da atividade turística, o monumento torna-se uma mercadoria, ligando-se a uma função simbólica e consequente às ideologias e instituições do passado e do presente. Como objeto de consumo, o espaço aparece em sua monumentalidade com suas características materiais/naturais passíveis de serem vendidas e consumidas ao mesmo tempo que vendidas in loco, exigindo o consumo no lugar e por um determinado período de tempo delimitado pela forma de consumo do lugar, e ocupando um tempo determinado e exíguo da vida cotidiana. Como relação de troca, ele envolve trazer as pessoas/consumidores para o lugar de desfrute, sendo, neste sentido, gerador de fluxo; mas é também convencimento para a geração de mobilidade. Todavia é um consumo para poucos, estabelecendo-se – dependendo da escala – como elemento de diferenciação social, de modo que exige um discurso, uma linguagem, bem como o desenvolvimento da divisão de trabalho (CARLOS, 2017, pp. 31-32).

Como conclusão, Carlos (2017, p. 40) aponta que o patrimônio passou a ser um bem de consumo produtivo, já que visa e realiza o lucro, perdendo assim seu estatuto (sentido) local e inserindo-se, portanto, num contexto global de homogeneização do espaço e de consumo.

Por sua vez, Carrión (2005, p. 2) acredita que os centros históricos devem adquirir novas funções, sendo necessários grandes investimentos, pois seriam motores de aceleração de desenvolvimento das cidades. O autor considera o centro histórico como o espaço urbano público por excelência, devendo ser convertido em plataforma de inovação para toda a vida da cidade e como objeto de desejo. Porém, a importância dos centros históricos está enraizada na

possibilidade de preservar ao máximo sua memória – para gerar sentimentos de identidade por pertencimento. Nesse contexto, o planejamento urbano deveria funcionar como intermediário, garantindo o atendimento não apenas das demandas externas, mas também da população local (CARRIÓN, 2005, p. 11).

1.1.2. O diálogo internacional através das Cartas Patrimoniais

É importante reforçar o papel das Cartas Patrimoniais no tocante à discussão em nível internacional sobre a preservação histórica de monumentos e conjuntos urbanos ao longo do século XX. Serão aqui apresentadas as Cartas mais relevantes na evolução do conceito e entendimento de preservação de conjuntos urbanos, bem como as soluções contidas nestes documentos.

O primeiro encontro que trata de Cartas Patrimoniais foi realizado em outubro de 1931 e organizado pela Sociedade das Nações⁵, resultando na Carta de Atenas, após o restauro parcial da Acrópole de Atenas, na Grécia. Um dos princípios enumerados por esta Carta é “[...] que se mantenha uma utilização dos monumentos, que se assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades de seu caráter histórico ou artístico”. Valoriza-se no documento, principalmente, a necessidade de preservação de edificações (IPHAN, 2004, p. 13), porém, são apresentadas recomendações acerca da preservação das cidades:

A conferência recomenda **respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e fisionomia das cidades**, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. [...] Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda a publicidade, de toda a presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou de história (IPHAN, 2004, p. 14, grifo nosso).

Além do restauro, após a I Guerra Mundial (1914 – 1918), aparece a necessidade de conservação e valorização do patrimônio histórico. Segundo UNESCO⁶ (2018), um evento neste período histórico veio suscitar especial preocupação internacional: a decisão de

⁵ Criada em 1919 e extinta em 1946, a Liga das Nações reuniu as potências vencedoras da I Guerra Mundial para negociação do acordo de paz, e é predecessora da Organização das Nações Unidas – ONU (ARCHER, 2001, pp. 19-21).

⁶ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, criada em 1945 com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros (UNESCO, 2018).

construir a grande represa de Assuã, no Egito (1959), com a qual se inundaria o vale em que se encontravam os templos de Abu Simbel. Para tanto, acelerou-se a pesquisa arqueológica nas áreas que seriam inundadas – o templo foi desmontado e transportado a um terreno a salvo da inundação, sendo posteriormente remontado. Como decorrência desse evento, a UNESCO iniciou, com a ajuda do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)⁷, a elaboração de um projeto de Convenção sobre critérios para proteção do patrimônio cultural.

Conforme já citado, em 1933 é divulgada a segunda Carta de Atenas, desta vez elaborada pelo CIAM. Com abordagem voltada ao urbanismo Modernista da década de 1930 e pautada nas funções *habitar, trabalhar, recrear-se e circular* (IPHAN, 2004, p. 57), fala-se na preservação das cidades, mas sempre subordinando-a aos princípios do Modernismo:

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão vivas. Nem tudo que é passado, tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnies, majestosas, mas de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vistas opostos: **nos casos** em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança de valor real; o resto será modificado de maneira útil (IPHAN, 2004, pp. 52-53, grifo nosso).

Após a II Guerra Mundial (1939 – 1945), novas abordagens de preservação de centros históricos são apresentadas pela UNESCO e ICOMOS, além do já citado 8º CIAM de 1951, “O Coração das Cidades”.

Em 1962, a “Recomendação de Paris – Paisagens e Sítios”, engloba, além da preservação de paisagens e sítios naturais, aqueles espaços criados pelo homem – geralmente ameaçados pela especulação imobiliária (IPHAN, 2004, p. 83). São também sugeridas medidas de salvaguarda gerais, utilizando o planejamento urbano como ferramenta de preservação:

A salvaguarda das paisagens e dos sítios deveria ser assegurada com o auxílio dos seguintes métodos: a) controle geral por parte das autoridades competentes; b) inserção nos planos de urbanização e no planejamento em todos os níveis: regional, rural ou urbano; c) proteção legal “por zonas”, das paisagens extensas; d) proteção legal dos sítios isolados; e) criação e manutenção de reservas naturais e parques nacionais; f) aquisição de sítios pelas coletividades públicas (IPHAN, 2004, p. 85).

⁷ ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ou *International Council on Monuments and Sites*, é uma organização não-governamental mundial associada à UNESCO, criado em 1965.

No ano de 1964, é formulada a Carta de Veneza⁸, que apresenta uma revisão dos preceitos definidos anteriormente. Ressalta a importância da formulação de planos internacionais de conservação e restauração de monumentos, sendo dada atenção especial à preservação de conjuntos urbanos, tanto em termos espaciais como em termos culturais:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. **Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural** (IPHAN, 2004, p. 92, grifo nosso).

Também são abordados temas como a utilização dos monumentos e preservação do meio em que se insere:

Artigo 6º - A conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala. Enquanto sua ambiência subsistir, será conservada, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que possam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas (IPHAN, 2004, p. 93).

Com relação às Cartas anteriores, a Carta de Veneza (1964) procura ser enfática quanto à preservação de monumentos e sua necessidade de manutenção como testemunho para gerações futuras.

Em 1967, a “Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico – Normas de Quito”, no Equador, trata da preservação do patrimônio histórico das Américas⁹. Nestas Normas, compreende-se, assim como na Carta de Veneza, que o monumento perde seu sentido quando isolado:

A ideia do espaço é inseparável do conceito de monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve estender-se ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra. Mas pode existir uma zona, recinto ou sítio de caráter monumental, sem que nenhum dos elementos que o constitui, isoladamente considerados, mereça essa designação (IPHAN, 2004, p. 106).

As Normas de Quito (1967) ressaltam também a importância do turismo na salvaguarda de bens históricos:

⁸ A Carta de Veneza (1964) foi redigida no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos e Sítios Históricos.

⁹ A partir da década de 1960 são comuns Cartas voltadas à realidade de diferentes regiões, com objetivo de atender particularidades.

Os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se aos interesses turísticos; longe disso: a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais. Um monumento adequadamente restaurado, um conjunto urbano valorizado, constituem não só uma lição viva de história como uma legítima razão de dignidade nacional (IPHAN, 2004, p. 112).

Dando prosseguimento à preservação de centros urbanos, em 1968 é divulgada a “Recomendação de Paris – obras públicas ou privadas”. Nela, aplica-se a expressão “bens culturais” a:

a) bens imóveis, como os sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, religiosos ou seculares, **incluindo os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais** e os vestígios de civilizações anteriores que possuam valor etnológico. Aplicar-se-á tanto aos imóveis do mesmo caráter que constituam ruínas ao nível do solo como aos vestígios arqueológicos ou históricos descobertos sob a superfície da terra. A expressão “bens culturais” se estende também ao entorno desses bens (IPHAN, 2004, pp. 125-126, grifo nosso).

São realizadas considerações acerca de incentivos fiscais a proprietários de edificações com importância artística e histórica – seja através de diminuição de impostos ou reserva de orçamento para auxílio da manutenção destes bens (IPHAN, 2004, p. 130).

Após o Compromisso de Brasília, em 1970, é realizado também no Brasil, em 1971, mais um encontro com foco na preservação histórica: o Compromisso de Salvador, onde se recomenda a criação do Ministério da Cultura e elaboração de legislação complementar “no sentido de ampliar o conceito de visibilidade de bem tombado”, através dos planos diretores:

3. Recomenda-se a criação de legislação complementar, no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e suas ambiências; 4. Recomenda-se que os planos diretores e urbanos, bem como os projetos de obras públicas e particulares que afetem áreas de interesse referentes aos bens naturais e aos de valor cultural especialmente protegidos por lei, contem com a orientação do IPHAN, do IBDF¹⁰ e dos órgãos estaduais e municipais da mesma área, a partir de estudos iniciais de qualquer natureza (IPHAN, 2004, p. 144).

Por sua vez, a Carta do Restauo, lavrada em 1972 na Itália, traz instruções para a salvaguarda de patrimônio histórico e artístico, dividindo este em quatro tipologias: objetos arqueológicos, objetos arquitetônicos, esculturas e obras de arte (pictóricas) e a tutela de centros históricos, assim definido:

¹⁰ IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura entre os anos de 1967 e 1989.

Para efeito de identificar os centros históricos, levam-se em conta não apenas antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também, de um modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou fragmentárias, ainda que se tenham transformado ao longo do tempo, se hajam construído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou por características urbanísticas ou arquitetônicas particulares. [...] As intervenções de restauração nos centros históricos têm a finalidade de garantir – através de meios e procedimentos ordinários e extraordinários – a permanência no tempo dos valores que caracterizam estes conjuntos (IPHAN, 2004, p. 166).

A Carta ressalta a importância do que chama *saneamento de conservação*, ou seja, manutenção das estruturas viárias e caracteres gerais do ambiente, como as edificações e suas massas e perímetros. Recomenda a reestruturação urbanística, o reordenamento viário e a revisão dos equipamentos urbanos como intervenções em nível urbanístico e o saneamento higiênico das edificações (manutenção de suas estruturas) e renovação funcional de elementos internos, quando necessários para manutenção do edifício (IPHAN, 2004, pp. 168-169).

Ainda com a preocupação da preservação histórica em nível mundial, também em 1972 a Convenção de Paris cria, junto à UNESCO, o Comitê do Patrimônio Mundial, que, dentre suas atribuições, organiza e publica a “Lista do Patrimônio Mundial” – bens do patrimônio cultural e natural considerados de valor universal e excepcional (IPHAN, 2004, p. 183). Segundo a Convenção, considera-se patrimônio cultural¹¹:

a) os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; **b) os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência** [...] (IPHAN, 2004, pp. 178-179, grifo nosso).

A Resolução de São Domingos, de 1974, propõe, como compromisso social para assegurar a preservação dos centros históricos, a utilização dos mesmos para políticas de habitação, buscando “trazer consigo soluções de saneamento integral que permitam a permanência e melhoria da estrutura social existente” (IPHAN, 2004, p. 196).

¹¹ Como exemplo de patrimônio cultural na categoria de conjuntos, o Brasil conta com as cidades de Ouro Preto (MG) e Brasília (DF), os centros históricos de Olinda (PE), Salvador (BA), Diamantina (MG), Goiás (GO), a praça São Francisco na cidade de São Cristóvão (SE), o Conjunto da Pampulha em Belo Horizonte (MG) e a paisagem entre a montanha e o mar do Rio de Janeiro (RJ) (UNESCO, 2018).

Em 1975, a Declaração de Amsterdã, ciente da importância do patrimônio europeu para o mundo, reforça a ideia de integração do planejamento urbano à preservação das cidades:

O planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico-territorial devem acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e não considerá-las de uma maneira parcial ou como um elemento secundário, como foi o caso num passado recente. Um diálogo permanente entre os conservadores e os planejadores tornou-se, desde então, indispensável. [...] **A plena implementação de uma política contínua de conservação exige uma grande descentralização e o reconhecimento das culturas locais. [...] O apoio da opinião pública é essencial.** A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada de decisões (IPHAN, 2004, pp. 202-203, grifo nosso).

No mesmo ano, de forma complementar, o Manifesto de Amsterdã reforça a importância da preservação dos centros urbanos e sua função social:

Determinado tipo de urbanismo é destruidor, quando as autoridades são exageradamente sensíveis às pressões econômicas e às exigências de circulação. A tecnologia contemporânea, mal aplicada, destrói as antigas estruturas. [...] Sua restauração deve ser conduzida por um espírito de justiça social e não deve ser acompanhada pelo êxodo de todos os habitantes de condição modesta. A conservação integrada [resultado da ação conjugada das técnicas da restauração e da pesquisa de funções apropriadas] deve ser, por isso, um dos pressupostos do planejamento urbano e regional (IPHAN, 2004, p. 214).

Ciente dos avanços da tecnologia e globalização, em 1976 a Recomendação de Nairóbi reforça a necessidade de preservação de cidades e centros históricos em nível global, recomendando planos de ordenação distritais ou de extensão reduzida; a concessão do direito de preempção a órgão público e respeito das medidas de salvaguarda tanto a entes públicos e privados (IPHAN, 2004, p. 223). Enfatiza a necessidade de atividades culturais e habitação social nos centros urbanos, bem como a participação popular na tomada de decisões.

No que tange à compreensão urbanística, a Carta de Washington (1986) estabelece como objetivo de salvaguarda a qualidade ambiental das cidades históricas, de forma a favorecer as dinâmicas sociais e a manutenção do conjunto edificado. O conceito de cidades históricas ganha nova abrangência, passando a ser aplicado a todas as cidades, pois nelas se verifica a ação e expressão humana ao longo do tempo. A Carta aproxima o conceito de patrimônio cultural ao de morfologia urbana, estabelecendo como objeto de preservação os seguintes aspectos:

a) a forma urbana, definida pelo traçado e pelo parcelamento; b) as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes; c) a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; d) as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem; e) as diversas vocações da cidade, adquiridas ao longo da sua história (IPHAN, 2004, p. 282).

Além dos itens acima citados, também devem ser valorizadas ações patrimoniais atreladas a planos locais, com a participação da população, garantindo, desta forma, a efetiva preservação do espaço físico e da memória local.

A Carta de Petrópolis (1987), resultado do I Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, compreende a cidade como um todo, como organismo histórico, sendo o Sítio Histórico Urbano (SHU) uma “área crítica” – “o espaço de fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações” (IPHAN, 2004, p. 285). Reforça a necessidade constante de inventários, a manutenção da heterogeneidade dos centros – seja em seus usos, como em sua população residente, e a importância do diálogo entre órgãos federais, estaduais e municipais para um adequado planejamento urbano (IPHAN, 2004, p. 286).

Em 1995, a Carta de Brasília incorpora o conceito de “autenticidade”, sob o ponto de vista do Cone Sul. Para tanto, defende a adequada conservação de conjuntos urbanos:

Conservação da autenticidade dos conjuntos urbanos com um valor patrimonial pressupõe a manutenção de seu conteúdo sociocultural, melhorando a qualidade de vida de seus habitantes. É imprescindível o equilíbrio entre o edifício e seu entorno, tanto na paisagem urbana quanto na rural. Sua ruptura seria um atentado contra a autenticidade. Para isso, é necessário criar normas especiais que assegurem a manutenção do entorno primitivo, quando for possível, ou que gerem relações harmônicas de massa, textura e cor. [...] Em edifícios e conjuntos de valor cultural, as fachadas, a mera cenografia, os fragmentos, as colagens, as moldagens, são desaconselhados porque levam à perda da autenticidade intrínseca do bem (IPHAN, 2004, pp. 326 e 328).

No mesmo ano, um novo conceito é trazido pela Recomendação Europa (1995): o de paisagem cultural, onde:

Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto, a) é definida e caracterizada pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; b) dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; c) ajuda a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições (IPHAN, 2004, pp. 331-332).

A Recomendação busca integrar interesses culturais, estéticos, econômicos e sociais de uma determinada área – seja um centro urbano ou não – tornando cada vez mais multidisciplinar o estudo do patrimônio.

Enfim, a partir da análise das Cartas Patrimoniais, é possível identificar a evolução do conceito de preservação de centros urbanos ao longo de quase um século. O Quadro 1 apresenta uma síntese dessa evolução.

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DA PRESERVAÇÃO DE CENTROS URBANOS ATRAVÉS DAS CARTAS PATRIMONIAIS

CARTA E ÓRGÃO RESPONSÁVEL	OBJETIVO GERAL	DIRETRIZES PARA CENTROS URBANOS HISTÓRICOS
Carta de Atenas (1931) – Sociedade das Nações	- Diretrizes gerais de restauração.	- Respeito à fisionomia das cidades; - Evitar o uso excessivo de publicidade em centros urbanos.
Carta de Atenas (1933) – CIAM	- A cidade moderna: habitar, trabalhar, recrear-se e circular.	- Submetido às intervenções modernas – demolições quando necessárias, ampliação de espaços verdes e salubridade das habitações.
O Coração das Cidades (1951) – CIAM	- Relações sociais nos centros urbanos.	- Área livre de tráfego de veículos; - Evitar o uso excessivo de publicidade; - Pensar o centro enquanto objeto de arte.
Recomendação de Paris (1962) – UNESCO	- Preservação de Paisagens e Sítios.	- Inserção nos planos de urbanização e no planejamento em todos os níveis: regional, rural ou urbano;
Carta de Veneza (1964) – II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos e Sítios Históricos	- Revisão de conceitos e preceitos das Cartas anteriores.	- A conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala.
Normas de Quito (1967) – OEA	- Conservação e utilização de monumentos e sítios.	- Conjuntos urbanos valorizados constituem uma “legítima razão de dignidade nacional”.
Recomendação de Paris (1968) – UNESCO	- Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas e privadas.	- Definição de conjunto urbano como “bem cultural”.
Compromisso de Salvador (1971) – MEC e IPHAN	- Criação do Ministério da Cultura e mecanismos de incentivo à preservação histórica.	- Planos diretores específicos para centros urbanos históricos.
Carta do Restauro (Itália, 1972) – Governo da Itália	- Salvaguarda de patrimônio histórico e artístico.	- Saneamento de conservação para centros urbanos históricos.
Convenção de Paris (1972) – UNESCO	- Criação do Comitê do Patrimônio Mundial.	- Conjuntos urbanos conceituados como patrimônio cultural.
Resolução de São Domingos (1974) – OEA e Governo de São Domingos	- Defesa de bens insubstituíveis da cultura.	- Associar preservação de centros históricos a políticas habitacionais.
Declaração de Amsterdã (1975) – Conselho da Europa	- Patrimônio europeu como patrimônio mundial.	- Necessidade de integração do planejamento urbano à preservação dos centros urbanos.
Manifesto de Amsterdã (1975) – Conselho da Europa	- Patrimônio europeu como patrimônio mundial.	- Necessidade de integração do planejamento urbano à preservação dos centros urbanos e atribuição de função social aos mesmos.
Recomendação de Nairóbi (1976) – UNESCO	- Salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea.	- Planos de ordenação distritais; - Participação popular na tomada de decisões; - Uso do centro para habitação e atividades culturais.
Carta de Washington (1986) – ICOMOS	- Salvaguarda de cidades históricas.	- Busca da preservação através da qualidade ambiental.
Carta de Petrópolis (1987) – IPHAN	- Preservação e revitalização de centros históricos.	- Cidade como um todo histórico; - SHU – Sítio Histórico Urbano.
Carta de Brasília (1995) – Cone Sul	- Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade.	- Conjuntos urbanos necessitam de seu contexto; - Evitar cenas e fragmentos.
Recomendação Europa R 95 (1995) – Conselho da Europa	- Definição de paisagem cultural.	- Conceito que pode caracterizar conjuntos urbanos excepcionais.

FONTE: IPHAN (2004), elaborado pela autora (2019).

3 A PRESERVAÇÃO HISTÓRICA EM ÂMBITO NACIONAL

No Brasil, poucas ações são realizadas até o final do século XIX no tocante à preservação de bens e edificações. Segundo Gustavo Coelho e Milena Valva (2005, p. 11), a ideia de patrimônio histórico, no Brasil, esteve ligada à ocupação portuguesa dos séculos XVI e XVIII no território brasileiro – ficando a cargo do Museu Nacional¹² coletar e divulgar informações históricas do país, ocupando-se de fatos relacionados às elites governamentais da época. Ainda assim, pode-se ressaltar alguns fatos isolados do período e do início do século XX que demonstram antecedentes da preocupação em proteger edificações, conjuntos urbanos e obras de arte no Brasil.

Conforme SPHAN (1980, p. 13), em meados do século XVIII, o Conde de Galveias, D. André de Melo e Castro, Vice-Rei do Estado do Brasil entre 1735 e 1749, envia uma carta ao governador do Estado de Pernambuco solicitando um uso apropriado para construções deixadas pela ocupação holandesa no litoral nordeste do Brasil:

Pelo que respeita aos Quartéis que se pretendem mudar para o Palácio das duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau, em que os Governadores fazem a sua assistência, me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, que em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastimas mais que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendado à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania, de que se seguiu livrar-se do jugo forasteiro todo o mais restante da América Portuguesa [...] (SPHAN, 1980, p. 61 – Trecho da Carta enviada pelo Conde das Galveias ao Governador de Pernambuco).

Em 1920 é solicitado pelo então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, Bruno Lobo, ao conservador de antiguidades clássicas do Museu Nacional, Alberto Childe, um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico nacional (SPHAN, 1980, p. 14). Mesmo sendo uma iniciativa pertinente, não teve maiores desdobramentos.

Ao longo da mesma década, são propostos diferentes planos de proteção ao patrimônio histórico na esfera federal. Em 1923, um projeto de lei de Luiz Cedro, de Pernambuco; em 1924, de autoria de Augusto de Lima, uma proposta de proibição da saída de obras de arte tradicional brasileira para países estrangeiros. (SPHAN, 1980, p. 14). Além das proposições em nível federal, surgem também propostas em nível estadual, como a de Fernando Melo Viana (presidente estadual de Minas Gerais), em 1925, criando uma comissão

¹² O Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 1946, foi fundado por Dom João VI em 6 de junho de 1818 sob a denominação de Museu Real.

para estudo de salvaguarda de bens de cidades mineiras – que sofriam com a comercialização de suas obras de arte. Este estudo, mesmo não sendo em nível nacional, traz contribuições à futura legislação brasileira. Outros estados apresentam iniciativas similares na época, como Bahia e Pernambuco (SPHAN, 1980, p. 15).

Em 1934, através do Decreto 22.928, a cidade de Ouro Preto torna-se monumento nacional (SPHAN, 1980, p. 16):

Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação; Resolve: Art. 1º Fica erigida em Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto, sem ônus para a União Federal e dentro do que determina a legislação vigente (SPHAN, 1980, p. 89).

Como ressalta Lemos (2010, p. 48), não houve, no tombamento da cidade, intenção de preservar seu traçado ou características peculiares de seu urbanismo, e sim, “a proteção de um ‘pacote de construções, cujas áreas envoltórias acabaram abrangendo a cidade toda”.

No mesmo ano, a nova Constituição Federal faz menção à preservação do patrimônio histórico brasileiro, no capítulo que trata de educação e cultura:

Art 148 – Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (BRASIL, 1934).

Para cumprimento do princípio constitucional, estudos são realizados para a criação de legislação federal específica para proteção do patrimônio histórico brasileiro. Em 1936, Gustavo Capanema, ministro da Educação, solicita a Mário de Andrade (então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo) um projeto para criação de um serviço nacional para defesa de bens nacionais. Como resultado, “o escritor paulista oferecia, em poucas páginas, desde a fixação de definições preliminares sobre patrimônio até um plano quinquenal de montagem e funcionamento do serviço” (SPHAN, 1980, p. 22). No início de 1937, sob o Decreto-lei nº 25, é criado o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional¹³, sob direção de Rodrigo Melo e Franco de Andrade. O texto de fundação, apesar

¹³ Hoje denominado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), essa instituição possui superintendências e programas regionais de cuidado e divulgação do patrimônio material e imaterial.

de possuir atualizações e complementos, segundo SPHAN (1980, p. 25), ainda hoje pode ser encarado como válido e avançado:

Assim, o órgão federal incumbido da proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro **é a mais antiga entidade oficial de preservação dos bens culturais da América Latina**. Cabe lembrar aqui o papel relevante que tiveram na formulação das diretrizes, na elaboração dos textos legislativos e na administração inicial do órgão os intelectuais do Movimento Modernista que a partir dos anos 1920 e 1930 se debruçaram sobre a realidade brasileira, buscando apreender e revalorizar os elementos constitutivos da identidade cultural do país (SPHAN, 1980, p. 25, grifo nosso).

O SPHAN adota como premissas (alinhadas aos programas da UNESCO) o reconhecimento, a preservação e a difusão de referências culturais brasileiras e valorização documental e transmissão do patrimônio a gerações futuras. A gestão de Rodrigo Melo Franco faz grande esforço para inventariar, tomba e preservar bens culturais isolados, sendo que esses passaram a constituir “o acervo de museus e casas históricas instaladas pelo SPHAN em prédios representativos” (SPHAN, 1980, p. 30). Esta primeira fase também ficou marcada pela necessidade de sensibilizar a população para a importância da preservação, bem como evitar que edificações civis e religiosas de grande relevância viessem a se tornar ruínas, por anos de má utilização e conservação (SPHAN, 1980, p. 31). Neste período, a preservação de centros urbanos não é tratada como prioridade, já que muitos ainda se encontram intactos por conta do esvaziamento destes antigos núcleos, em detrimento da expansão de novos centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte:

Entre os outros motivos que preservaram de maneira espontânea centros urbanos notáveis citaremos sucessivamente: a sua marginalização no processo de desenvolvimento das vias de penetração, como aconteceu em Paraty; a sua postergação em face de núcleos fundados para substituí-los como capital administrativa, a exemplo do que aconteceu em Oeiras, Piauí; ou mesmo uma degradação do uso dos monumentos, devido à mudança do nível socioeconômico dos seus ocupantes, de que o conjunto do Pelourinho, em Salvador, Bahia, ofereceu evidência (SPHAN, 1980, pp. 30-31).

Nas décadas de 1940 e 1950, aparece, no Estado do Paraná, a primeira lei no tocante à preservação do patrimônio histórico, datada de 1935. A lei nº 38/1935 institui o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná, destinado a colaborar, como órgão consultivo do Governo, na defesa do patrimônio cultural do Paraná e no estímulo de toda a atividade intelectual e artística do Estado (PARANÁ, 2019). É seguida pela lei ordinária 112/1948, que cria na Secretaria de Educação e Cultura, a divisão do Patrimônio Histórico,

Artístico e Cultural do Paraná (PARANÁ, 2019). Após, em 1953, a lei nº 1.211/1953 institui o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná (PARANÁ, 2019).

Enquanto isso, o panorama das primeiras décadas de trabalho do SPHAN muda a partir dos anos 1960. Com o rápido crescimento industrial, desenvolvimento urbanístico e expansão demográfica do país, o Instituto passa a se preocupar em conciliar a preservação dos valores tradicionais e o desenvolvimento econômico das regiões (SPHAN, 1980, p. 32). Com esse objetivo:

O primeiro plano articulado para proteção de conjuntos foi o da conversão de Paraty em monumento nacional (Decreto-lei nº 58.077, de 2 de março de 1966), estabelecendo as condições necessárias para o seu desenvolvimento urbanístico adequado. Seguiram-se planos para as cidades históricas de Minas Gerais, do Nordeste e do Centro-Oeste. Cabe registrar que a cidade de Cachoeira e o município de Porto Seguro, ambos na Bahia, foram erigidos em monumentos nacionais pelos decretos nº 68.045, de 18 de janeiro de 1971, e 77.107, de 18 de abril de 1973, respectivamente (SPHAN, 1980, p. 33).

Para reforçar o trabalho em centros urbanos é criado o Programa Cidades Históricas (PCH), em 1973. Para Coelho e Valva (2005, p. 12), o Programa considera que “o reconhecimento da ampliação do conceito de patrimônio é hoje um dos pontos mais importantes sobre a preservação e o futuro das cidades, que leva a refletir e avaliar as ações adotadas até hoje e as necessidades de se intervir no espaço urbano”.

O Programa Cidades Históricas deriva da criação de um grupo de trabalho composto por representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral¹⁴ e dos Ministérios da Educação e Cultura e da Indústria e Comércio, que criam o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, visando sua utilização para fins turísticos (SPHAN, 1980, p. 37). Conforme Corrêa (2015), porém, o programa tinha visão de recuperação de monumentos, e não cidades como um todo:

Apesar de ser um programa de cidades, **inicialmente o enquadramento de projetos financiáveis visava, essencialmente, a recuperação física dos monumentos, não refletindo uma visão global e compreensiva dos sítios históricos.** Essa visão começou a se configurar logo no início, a partir de ajustes decorrentes de críticas e avaliações tanto externas quanto da própria equipe responsável pelo Programa. Nesse sentido, já a partir de 1976, ampliou-se a possibilidade de investimento em áreas urbanas e obras emergenciais protegidas em qualquer nível da administração pública, desde que houvesse legislação específica de proteção e mecanismos que garantissem a manutenção dos bens restaurados (CORRÊA, 2015, grifo nosso).

¹⁴ Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (MINIPLAN) foi criado em 1962 por João Goulart, e teve suas atribuições ampliadas no ano de 1964. Nos anos 1970, é criada a SEPLAN, Secretaria de Planejamento, também com status de Ministério (HISTÓRIA, 2016).

Em 1975, outros estados são incluídos no programa – Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e são estabelecidas novas diretrizes, como a aprovação de planos estaduais como primeira condição para os investimentos federais. Pretendia-se, portanto, um planejamento global dos projetos, “o que permitiria uma análise mais acurada sobre a potencial recuperação do sítio e a coerência dos roteiros turísticos propostos” (CORRÊA, 2015). O Programa Cidades Históricas (PCH) é transferido ao SPHAN em 1979, estendendo-se para todo o território nacional:

Consolidou-se um projeto de desenvolvimento urbano dos núcleos históricos que já vinha sendo apresentado nos documentos internos do Programa. O objeto (patrimônio cultural brasileiro) e o objetivo geral (identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar esse patrimônio) foram ampliados. Os objetivos específicos, por sua vez, visavam garantir um “melhor conhecimento, maior participação e o uso adequado desses bens” (CORRÊA, 2015).

Pode-se destacar como legado do PCH “a indução de novas práticas no IPHAN e em instituições estaduais (...), especialmente nos aspectos conceituais e de gestão trabalhados já ao fim da década de 1960 pelo IPHAN e Unesco” (CORRÊA, 2015), qualificando o exercício de intervenções em áreas urbanas com a participação de diferentes atores no processo.

3.1 PRESERVAÇÃO DE CENTROS URBANOS NO BRASIL – A REVALORIZAÇÃO URBANA A PARTIR DOS ANOS 1980

Segundo Mesentier (2004, p. 50), a preservação de áreas urbanas brasileiras “se dá hoje em uma conjuntura marcada por um conjunto amplo de transformações na vida social e nos desdobramentos do processo de democratização da vida política brasileira”. Para o autor, coincide com este período a percepção de que o patrimônio cultural de áreas urbanas possui grande valor econômico, onde se multiplicam “iniciativas do poder público visando intervir sobre este patrimônio, ao mesmo tempo em que aumentava, na sociedade civil, o desejo de participar e influenciar essas ações” (MESENTIER, 2004, p. 50).

De acordo com Coelho e Valva (2005, p. 157), durante a década de 1980, muitos países passam a discutir a revitalização de seus centros urbanos, aliada a políticas urbanas mais amplas. No Brasil, podem ser citados os projetos do “Corredor Cultural” (Rio de

Janeiro, 1984), “Viva o Centro” (São Paulo, 1991), “Reviver” (São Luís, Maranhão, 1987) e “Requalificação do Pelourinho” (Salvador, Bahia, 1985 e 1991)¹⁵.

Em 1988, princípios para a proteção ao patrimônio histórico são incluídos na nova Constituição Federal, conforme apontam Barros et al (2013): (i) **princípio da proteção** – obrigação de proteção imposta ao poder público, com a colaboração da comunidade; (ii) **princípio sociocultural da propriedade** – a propriedade não pode ser usada em detrimento dos interesses da sociedade; (iii) **princípio da fruição coletiva** – o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais; (iv) **princípio da educação patrimonial** – a gestão patrimonial deve envolver a comunidade, uma vez que esta também é responsável pela salvaguarda destes bens.

Além dos princípios citados, também são incluídos na Constituição Federal “instrumentos que levassem à instauração da função social da cidade e da propriedade no processo de construção das cidades” (BRASIL, 2004, p. 21), através dos artigos 182 e 183 da Constituição. Posteriormente, estes instrumentos foram regulamentados pela Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade:

O Estatuto abarca um conjunto de princípios – no qual está expressa uma concepção de cidade e de planejamento e gestão urbanos – e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são meios para atingir as finalidades desejadas. Entretanto, delega – como não podia deixar de ser – para cada um dos municípios, a partir de um processo público e democrático, a explicitação clara destas finalidades. Neste sentido, o Estatuto funciona como uma espécie de “caixa de ferramentas” para uma política urbana local. É a definição da “cidade que queremos”, nos Planos Diretores de cada um dos municípios, que determinará a mobilização (ou não) dos instrumentos e sua forma de aplicação. É, portanto, no processo político e no engajamento amplo (ou não) da sociedade civil, que repousará a natureza e a direção de intervenção e uso dos instrumentos propostos no Estatuto (BRASIL, 2004, pp. 21-22).

De fato, o Estatuto da Cidade apresenta alguns instrumentos que podem ser aplicados em favor da preservação do patrimônio urbano, a serem incorporados nos Planos Diretores Municipais. O Quadro 2 a seguir identifica os instrumentos regulamentados pelo Estatuto que podem ser utilizados em ações de preservação de patrimônio.

¹⁵ O projeto de Requalificação do Pelourinho possui duas fases: em 1985, estava a cargo da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi o desenvolvimento do projeto, em parceria com a prefeitura da cidade. Porém, em 1991, por intervenção do governo do estado da Bahia, foi iniciado o projeto “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador”, sem vínculos com as diretrizes propostas anteriormente pela arquiteta.

QUADRO 2 - INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE COM APLICAÇÃO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

INSTRUMENTO	OBJETIVOS	SITUAÇÃO A QUE SE APLICA	FORMA DE APLICAÇÃO
Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios + IPTU progressivo no tempo + Consórcio imobiliário	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a função social da cidade e da propriedade; - Induzir a ocupação de áreas que dispõem de infraestrutura ociosa 	Terreno ou edificação que se encontra vazio ou subutilizado em área de ocupação prioritária	<ul style="list-style-type: none"> - O proprietário do imóvel receberá notificação do município para a devida ocupação; - Em caso de descumprimento no prazo estabelecido, é aplicado o IPTU progressivo no tempo, com alíquotas sendo revistas anualmente; - Decorridos 5 anos de cobrança sem o cumprimento do proprietário, o município pode desapropriar o imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
Direito de Preempção	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar a aquisição de imóveis urbanos por parte do poder público para fins de projetos específicos; Contribuir para a preservação de imóveis de valor cultural. 	Áreas urbanas de interesse público, para fins de projetos específicos, como: execução de projetos de habitação de interesse social; Implantação de equipamentos urbanos; Preservação de áreas de interesse histórico e cultural.	<ul style="list-style-type: none"> - Devem estar definidas no Plano Diretor Municipal as áreas em que podem incidir o instrumento; - O proprietário que tenha intenção de alienação do imóvel deve notificar o poder público; - O poder público deve manifestar seu interesse no prazo de 30 dias; - Se não houver interesse público, o proprietário poderá vendê-lo a terceiros;
Transferência do Direito de Construir	<ul style="list-style-type: none"> - Viabilizar a preservação de imóveis ou áreas de interesse patrimonial; - Minimizar as perdas financeiras de proprietários de bens sob legislação patrimonial. 	Imóveis com interesse de preservação, seja ambiental, cultural, paisagístico ou arquitetônico.	<ul style="list-style-type: none"> - Devem constar no Plano Diretor as áreas que poderão ceder potencial construtivo e as áreas que receberão o mesmo; - O proprietário pode utilizar o potencial excedente em seu terreno para outro imóvel ou vendê-lo; - Em contrapartida, o proprietário realiza a restauração do imóvel, como condição para a utilização do instrumento.

FONTE: BRASIL (2004), elaborado pela autora (2019).

A partir da década de 2000, o Programa Monumenta, executado pelo Ministério da Cultura do Brasil e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, passa a ser implantado em algumas cidades brasileiras e visa a preservação de “sítios urbanos históricos e

culturais prioritários sob proteção federal” (BONDUKI, 2012, p. 41). Bonduki (2010, p. 364), ao comentar o Monumenta, afirma que:

[...] a preservação dos núcleos históricos não pode ser concebida como uma ação isolada, mas deve estar articulada com as demais políticas públicas, tendo como objetivo construir cidades com mais qualidade de vida para os seus moradores, usuários e visitantes. Apenas assim se garante diversidade de usos e classes sociais, elemento indispensável para a efetiva preservação cultural desses sítios, mantendo-se não só o cenário de um ambiente histórico, mas uma trama na qual o patrimônio urbano e arquitetônico se enlaça a uma complexa rede de relações sociais, antropológicas e culturais, cuja imaterialidade é a própria alma das cidades (BONDUKI, 2010, p. 364).

Em 2000, o IPHAN valida o registro do patrimônio imaterial. Para Dultra e Vieira (2014, p. 7), há atualmente a preocupação com a inclusão da comunidade na elaboração dos saberes culturais brasileiros:

O IPHAN encontra-se atualmente desafiado a não só representar, mas como também fomentar, promover a diversidade cultural de nosso país, considerando a transformação antropológica da palavra cultura. Se anteriormente, o patrimônio estava comprometido com a ideia de nação, no sentido tradicional de preservação do passado, hoje, a palavra de ordem é diversidade, tanto no âmbito cultural, quanto natural, ou biológico, no sentido de preservar as culturas diversas enquanto expressões da unidade da vida humana (DULTRA, VIEIRA, 2014, p. 7).

Através da análise da trajetória brasileira na conservação de bens, pode-se ressaltar a opinião de Coelho e Valva (2005, p. 162), onde “o nosso patrimônio maior não está representado por este ou aquele monumento isolado, mas principalmente pela imagem da cidade, produzida pelas experiências passadas”, sendo de vital importância sua preservação.

Para Chuva (2012, p. 163), os valores “identificados nos bens culturais são atribuídos pelos homens”, sendo, portanto, modificáveis ao longo do tempo. O autor considera necessário, portanto, verificar, através de políticas públicas de patrimônio, quais grupos estão relacionados ao local, sendo importantes políticas de Estado para uma boa relação entre população e preservação do patrimônio cultural. Chuva (2012, p. 164) considera que esta relação já é adotada desde Mário de Andrade em 1937, mas ainda é necessário seu exercício permanente.

Em Curitiba, local de estudo, há a preocupação da preservação de bens culturais desde 1948, com a lei nº 81/1948, que considera o “Paço da Liberdade” parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Curitiba (CURITIBA, 2019). Após, nos anos 1970, a delimitação do Setor Histórico, no Centro da cidade, dá maior ênfase à requalificação desta

área, incidindo diretamente no recorte da rua XV de Novembro, que será tratado nos próximos capítulos.

Pode-se sintetizar os avanços realizados em esfera federal, estadual e municipal expostos neste capítulo através do Quadro 3 abaixo, que busca também uma correlação temporal com as Cartas Patrimoniais apresentadas anteriormente.

QUADRO 3 - MARCOS RELACIONADOS À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIAPAL E CARTAS PATRIMONIAIS

RESOLUÇÕES OU MARCOS	LOCAL OU ESFERA	DESDOBRAMENTOS
1920 – Solicitação anteprojeto de lei de defesa do patrimônio histórico e artístico nacional	- Rio de Janeiro, pelo presidente da Sociedade Brasileira de Museus, Bruno Lobo.	- Sem desdobramentos.
1923 – Proposta de projeto de lei de Luiz Cedro	- Pernambuco, esfera federal.	- Sem desdobramentos.
1924 – Proposta de projeto de lei de Augusto de Lima, para evitar a saída de obras de arte tradicional brasileira para países estrangeiros	- Minas Gerais, esfera federal.	- Sem desdobramentos.
1925 – Criação de comissão de estudo para salvaguarda de bens de cidades mineiras	- Minas Gerais, esfera estadual.	- Incentiva a realização de ações semelhantes em outros estados, como Bahia e Pernambuco.
1931 – Carta de Atenas, Sociedade das Nações		
1933 – Carta de Atenas, CIAM		
1934 – Decreto federal 22.928	- Minas Gerais, esfera federal.	- Cidade de Ouro Preto torna-se monumento nacional.
1934 – Constituição Federal	- Esfera federal.	- O Artigo 148 afirma ser necessário proteger bens de interesse histórico e o patrimônio artístico do país; - Realizados estudos para criação de legislação específica para atendimento do Artigo.
1935 – Lei estadual nº 38/1935	- Paraná, esfera estadual.	- Cria o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná.
1937 – Decreto-Lei nº 25	- Esfera federal.	- Criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN).
1948 – Lei ordinária 112/1948	- Paraná, esfera estadual.	- Cria dentro da Secretaria de Educação e Cultura do Estado a divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.
1948 – Lei 81/1948	- Curitiba, esfera municipal.	- Considera o Paço Municipal patrimônio da cidade de Curitiba.
1951 – O Coração das Cidades, CIAM		
1953 – Lei estadual nº 1.211/1953	- Paraná, esfera estadual.	- Instituído o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná.
1962 – Recomendação de Paris, UNESCO		
1964 – Carta de Veneza, II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos e Sítios Históricos		
1967 – Normas de Quito, OEA		
1968 – Recomendação de Paris, UNESCO		
1971 – Pedestrianização da	- Curitiba, esfera municipal.	- Posterior tombamento de sua paisagem.

RESOLUÇÕES OU MARCOS	LOCAL OU ESFERA	DESDOBRAMENTOS
rua XV de Novembro em Curitiba		
1971 – Compromisso de Salvador, MEC e IPHAN		
1972 – Carta do Restauro, Governo da Itália		
1972 – Convenção de Paris, UNESCO		
1973 – Criação do Programa Cidades Históricas	- Esfera federal.	- Aplicado inicialmente em cidades do Nordeste, amplia-se ao Sudeste e busca o entendimento de preservação como parte integrante do planejamento urbano.
1974 – Resolução de São Domingos, OEA e Governo de São Domingos		
1975 – Declaração de Amsterdã, Conselho da Europa		
1975 – Manifesto de Amsterdã, Conselho da Europa		
1976 – Recomendação de Nairóbi, UNESCO		
1986 – Carta de Washington, ICOMOS		
1987 – Carta de Petrópolis, IPHAN		
1988 – Constituição Federal	- Esfera federal.	- Incluídos princípios para proteção ao patrimônio histórico, como o princípio da proteção, o princípio sociocultural da propriedade e o princípio da fruição coletiva; - Artigos 182 e 183, que posteriormente são regulados como o Estatuto da Cidade.
1995 – Carta de Brasília, Cone Sul		
1995 – Recomendação Europa R 95 (1995), Conselho da Europa		
2000 – Programa Monumenta	- Esfera federal.	- Busca a preservação de sítios urbanos históricos e culturais prioritários sob proteção federal.
2001 – Lei 10.25/01, Estatuto da Cidade	- Esfera federal.	- Apresenta alguns instrumentos que podem ser aplicados em favor da preservação do patrimônio urbano, a serem incorporados nos Planos Diretores Municipais.

FONTE: BRASIL (2004), COELHO E VALVA (2005), CURITIBA (2019), IPHAN (2004), PARANÁ (2019), SPHAN (1980), elaborado pela autora (2019).

4 O CENTRO DE CURITIBA

4.1 A FUNDAÇÃO DE CURITIBA E SUA EVOLUÇÃO URBANA

Curitiba, fundada como Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais em 1693 por Matheus Martins Leme, recebeu o atual nome em 1721, por ocasião da visita do ouvidor-geral da capitania de São Paulo, Raphael Pires Pardiniho (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2018). Segundo o historiador David Carneiro (1963, p. 297), Pardiniho regularizou a ocupação urbana; fez recomendações a respeito da construção de ruas;

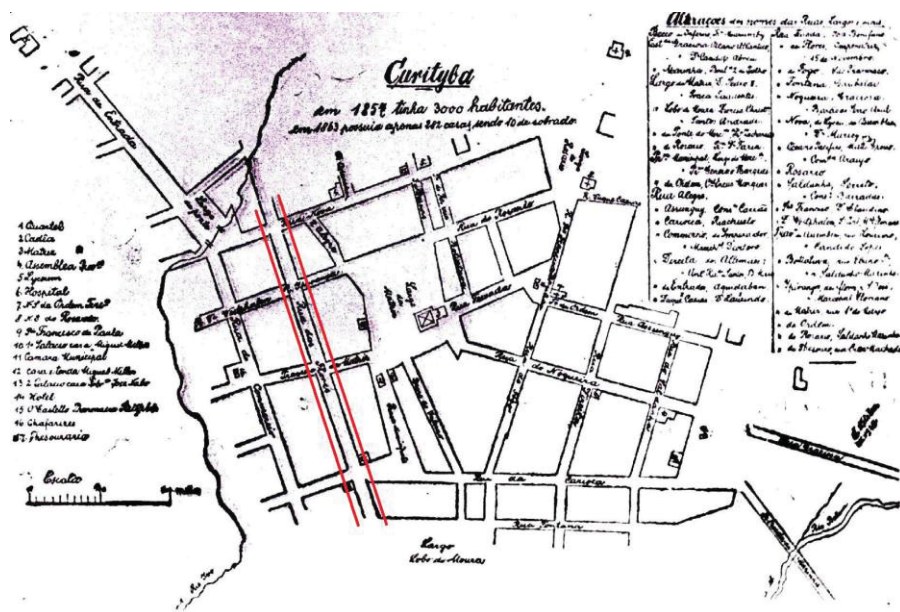
determinou a necessidade de todas as construções serem autorizadas pela Câmara e cobertas por telhas (era comum no período construções com coberturas em palha); construiu a Casa de Câmara e Cadeia e definiu a exigência de limpeza periódica do rio Belém, para evitar alagamentos e banhados na Igreja Matriz (atual Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na praça Tiradentes). O ouvidor também criou o Livro do Tombo da cidade, que forneceu instruções para construção de um módulo de quadras retangulares adensadas, sem possibilidade de pátios ou corredores laterais nas edificações propostas (GARCEZ, 2006, p. 46). Em 1829, 1831 e 1836, novos Códigos de Posturas¹⁶ são aprovados pela câmara dos vereadores de Curitiba.

Em 1854, por ocasião da criação da província do Paraná (desmembrada de São Paulo), Curitiba torna-se capital. Segundo Garcez (2006, p. 15), a escolha se deu pela localização da cidade em um espaço geográfico privilegiado, e o responsável pela decisão foi o então presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcelos. Curitiba passa, então, a receber melhorias nas vias de acesso: entre 1864 e 1872 é construída a Estrada da Graciosa, para escoamento de produtos ao Porto de Paranaguá com maior agilidade; em 1880, inicia-se a construção da ferrovia Curitiba – Paranaguá, sendo concluída em 1885 e ampliada até Ponta Grossa e ramais paulistas em 1893 (GARCEZ, 2006, p. 18).

O Plano do Engenheiro Pierre Taulois, de 1856, propõe melhorias para a cidade assumir sua função de capital de província. A rua das Flores é, pela primeira vez, mencionada em um plano, com um estudo de prolongamento e retificação de traçado (GARCEZ, 2006, p. 49). O nome foi dado por conta dos grandes quintais arborizados e da abundante vegetação do rio Ivo, que foi canalizado abaixo da avenida Luiz Xavier. A rua das Flores foi rebatizada de rua da Imperatriz em 1885, em homenagem à visita de D. Pedro II à cidade, e de rua XV de Novembro após a Proclamação da República, em 1889 (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2017). Em 1863, é a rua com a maior quantidade de edificações da cidade, existindo neste período quarenta edificações finalizadas e dezoito em construção. Para efeitos de comparação, no entorno da Praça da Matriz (atual Praça Tiradentes), havia quarenta e três casas edificadas (GARCEZ, 2006, p. 65). Nota-se a importância da rua por sua presença em mapas antigos da cidade, conforme Figuras 3 e 4.

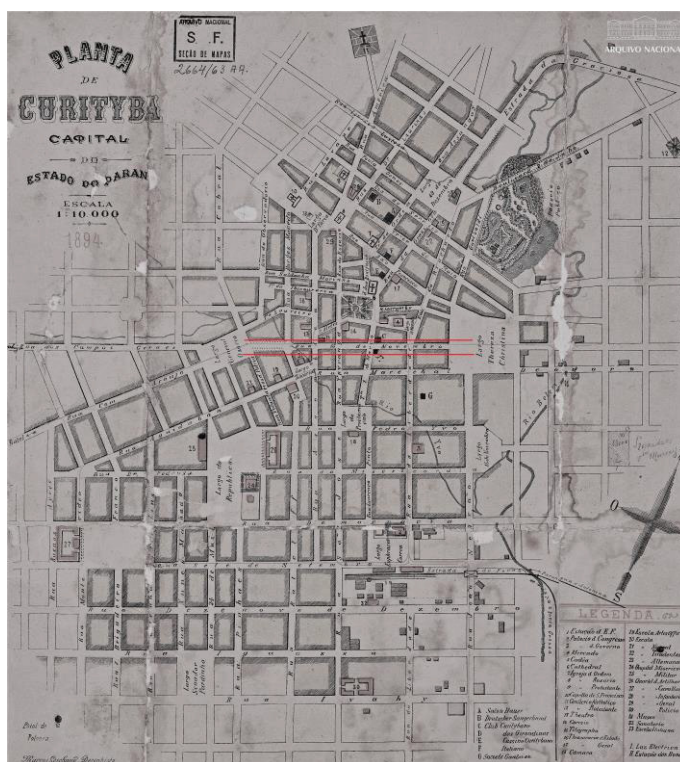
¹⁶ Código de Posturas, conforme Lei nº 11.095 de 08 de julho de 2004, “estabelece as disposições gerais que regulam a aprovação de projetos, o licenciamento de obras e atividades e a execução, manutenção, e conservação de obras no Município de Curitiba, independente das normas estaduais e federais aplicáveis” (CURITIBA, 2019, p. 1).

FIGURA 3 - MAPA DE CURITIBA EM 1863 (DESTAQUE À RUA XV DE NOVEMBRO)



FONTE: MEMÓRIA PARANAENSE (2019).

FIGURA 4 - MAPA DE CURITIBA EM 1894 (DESTAQUE À RUA XV DE NOVEMBRO)



FONTE: ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL (2019).

No ano de 1905, um novo Código de Posturas é elaborado, criando setores ou zonas na cidade. Para Luiz Armando Garcez (2006, p. 62), “o zoneamento foi introduzido para, em cada zona, obrigar a disciplina nas edificações e adotar normas construtivas”. A norma incide diretamente sobre exigências para a rua XV de Novembro, onde fica obrigatório o uso de

calhas metálicas; é proibido que águas de telhados caiam sobre os passantes (utilização de platibandas) e são impostas restrições a tipologias construtivas: na recém-criada zona central, eram proibidas as construções de madeira e são proibidas também construções de apenas um pavimento na rua XV e praça Tiradentes. Ainda, segundo o autor, “o centro passa a ser comercial e abriga lojas, bancos, escritórios, consultórios, ateliês, estúdios e toda a sorte de prestadores de serviços” (GARCEZ, 2006, p. 63).

Em 1912 a rua recebe um novo calçamento, nova iluminação e são construídas edificações refinadas. O então prefeito, João Antônio Xavier, encaminha um relatório à Câmara dos Vereadores, descrevendo sua preocupação com a necessidade de constantes melhorias na rua:

A nossa rua XV foi, é e será sempre a nossa artéria principal. Para ela converge todo o movimento de pedestres e, se atendermos que o progresso de Curitiba é cada vez maior e, portanto, sempre maior a sua população, vemos a necessidade palpável, que havia de ser respeitado o movimento atual e futuro de pedestres, isto é, de serem alargados os seus passeios, na medida do razoável e tanto quanto permitisse a sua pequena largura (GARCEZ, 2006, p. 66).

Na década de 1920, a modernização de Curitiba se intensifica, segundo Castro (2017, p. 314), “com ações continuadas de intervenções, melhorias e embelezamento na área mais central da primeira zona, de ocupação tradicional. Abrange a rua XV – e seu entorno – e as praças”. Nessa década, a rua já está completamente edificada, recebendo diferentes serviços e atrações: bancos, hotéis, cinemas, a sede social do Clube Curitibano e grandes edifícios comerciais. Para Garcez (2006, p. 67), “a rua XV (...) era a típica rua republicana (ausentes as edificações religiosas), povoada com alternativas profanas como cafês, bares, restaurantes, magazines, jornais, bilhares, (...)”. Torna-se tradicional o *footing* do final de semana, quando a população sai a passeios a pé pela rua, sendo ponto de encontro de diferentes faixas etárias.

Nos anos 1940, durante as administrações de Rozaldo de Mello Leitão e Alexandre Beltrão, é publicado o Plano das Avenidas da Cidade e Código de Obras, elaborados pela firma Coimbra & Cia., do Rio de Janeiro, com assistência técnica do urbanista Alfred Agache e cooperação dos engenheiros da Prefeitura Municipal de Curitiba (BOLETIM PMC, 1943, p. 3). Para Luiz Armando Garcez:

A motivação básica para o trabalho era, sem dúvida, o saneamento do centro, sujeito aos desastres frequentes das enchentes. Embelezamento, congestionamento ou setorização, itens igualmente constantes da proposta, eram problemas que certamente se agravariam no futuro, mas saneamento era um problema do presente e se esperava soluções por meio de radicais medidas vindas de um dos mais reputados urbanistas europeus (GARCEZ, 2006, p. 70).

Consta na Seção II na *Zona dos Centros Funcionais e Especializados*, proposta pelo Plano das Avenidas, definições especiais acerca do chamado *Centro Comercial e Social*, englobando a rua XV de Novembro (BOLETIM PMC, 1943, p. 36):

A praça Tiradentes, rua XV de Novembro e arredores representam o coração do comércio curitibano. Pelo alto valor de suas edificações essas zonas não poderão sofrer modificações radicais. Entretanto, o problema de seu tratamento urbanístico foi plenamente resolvido. A praça Tiradentes sofreu apenas retificação de alinhamento em consequência do alargamento da rua Barão do Cerro Azul e ao lado da rua XV de Novembro, foi proposta a construção de galerias retificando seu alinhamento, diminuindo-se o saliente existente (BOLETIM PMC, 194, pp. 36-38).

Segundo Dudeque (2010, p. 72), as galerias propostas por Agache repetiam suas ideias para o centro do Rio de Janeiro, sendo, por sua vez, inspiradas nas galerias da cidade de Turim. Para o autor, “a desvantagem ambiental da tipologia é obrigar que as janelas fiquem na frente ou no fundo de cada construção”. Garcez (2006, p. 75) ressalta que o alargamento proposto para a via, mesmo que no térreo – cerca de cinco metros em cada lado da rua – proporcionaria uma melhoria no fluxo de veículos e pedestres. Ainda, segundo o autor, “os esforços de concretizar os alargamentos quase sempre fracassavam pela escassez de recursos financeiros necessários para as desapropriações” (GARCEZ, 2006, p. 76).

Na década de 1950, segundo Castro (2017, p. 285), a região central de Curitiba consolida-se como área comercial e de serviços:

[a zona central] Dispõe de raríssimos terrenos para edificações que potencializem comercialmente o solo. Uma alternativa à maximização do uso do solo urbano será a construção de galerias, direcionadas para o comércio e a residência. [...] Esta modalidade construtiva, moderna, encontra-se disseminada nas grandes metrópoles e acompanha o princípio do bem viver urbano, permitindo usufruir do conforto propiciado pelas áreas centrais das cidades (CASTRO, 2017, p. 285).

Neste mesmo período, é realizada a revisão do Plano de Avenidas (1955) e formada a Comissão para o Plano Piloto de Zoneamento; estes viriam a ser revisados no Plano Wilhelm/IPPUC.

4.1.1 A EXPANSÃO DO CENTRO DE CURITIBA DECORRENTE DO CRESCIMENTO POPULACIONAL DO PARANÁ

Neste mesmo período ocorre um crescimento demográfico acelerado do Brasil e, conseqüentemente, dos centros urbanos. Para Batista (2014), o êxodo rural ocasionado pela industrialização do final do século XIX e início do século XX provocou a consolidação das grandes cidades brasileiras:

A industrialização que se iniciou na década de 1950 apoiou-se essencialmente no êxodo rural, diferentemente do acontecido no final do século XIX e início do século XX, quando o impulso industrial apoiou-se na mão de obra de imigrantes estrangeiros, como ocorreu com os italianos em São Paulo. Essa industrialização concentrou-se expressivamente na região Sudeste, em especial nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que polarizaram a economia nacional [...]. No processo de produção das grandes cidades brasileiras, o êxodo rural foi o agente determinante. As grandes cidades não eram atraentes somente pelo emprego e pela concentração de renda. O Brasil dos anos 1950 sentia um desejo de modernidade, materializado pela icônica construção de Brasília. E ser moderno significava ser urbano. O modo de vida urbano era difundido pelos meios de comunicação como rádios e a televisão e esse fascínio pela urbanidade também foi um dos responsáveis pela migração do campo à cidade (BATISTA, 2014, p. 17).

Ainda segundo o autor, o território paranaense passou por essa grande mudança de ocupação (de campo a cidade/capital) em meados da década de 1970, por ocasião da crise da agricultura cafeeira, até então vetor de expansão de ocupação de todas as regiões do estado:

A cultura do café iniciou-se no final do século XIX, ocorrendo com maior intensidade no norte do estado, especificamente na região denominada Norte Pioneiro. Tratava-se de uma expansão natural das lavouras de São Paulo. [...] O café fixou o homem no campo, pois necessitava de grande quantidade de mão de obra e também viabilizava economicamente pequenas e médias propriedades. A erradicação devido à geada de 1975 teve como principal consequência o êxodo rural. A partir da década de 1970 o Paraná passou de rural para urbano. Fatores como a crise na agricultura cafeeira, modernização da agricultura e industrialização das grandes cidades contribuíram para essa transição. **Curitiba foi a cidade que mais refletiu o processo de urbanização do Paraná. A partir da década de 1970, a capital do estado apresentou altos índices de crescimento, não só em seus limites municipais, mas também nas cidades vizinhas, configurando uma grande região metropolitana** (BATISTA, 2014, pp. 18–21, grifo nosso).

A partir da década de 1970 verifica-se um aumento da população urbana no Paraná conforme dados do IBGE apresentados na Tabela 1:

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO ESTADO DO PARANÁ

PARANÁ			
ANO CENSO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	PROPORÇÃO POPULAÇÃO URBANA – TAXA DE URBANIZAÇÃO
1970	6.929.868	2.546.899	36%
1980	7.629.849	4.566.755	59%
1991	8.368.181	6.994.134	83%
2000	9.563.458	7.781.664	81%
2010	10.444.526	8.912.692	85%

FONTE: IBGE (2010).

Curitiba, como capital do estado, foi a cidade que mais refletiu o processo de urbanização do Paraná. A partir da década de 1970 apresentou altos índices de crescimento, não só dentro de seus limites municipais, mas avançando também sobre o território de cidades vizinhas (BATISTA, 2014, p. 21).

Atendendo ao crescimento da cidade, em 1964, a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), segundo Garcez (2006, p. 94) oferece um Plano Diretor para Curitiba, sem ônus para a municipalidade, sendo requisitado à prefeitura a tramitação do processo de seleção de uma empresa. A vitoriosa foi a Sociedade de Estudos e Projetos (SERETE), que se associa a Jorge Wilhelm para elaboração do plano urbanístico. Segundo Hugo Segawa (2014, p. 178), o projeto vencido pelo consórcio de Jorge Wilhelm e Arquitetos Associados e a Serete Engenharia caracterizava-se por um plano com diretrizes gerais:

1. mudar a conformação radial da expansão para uma linearizada, integrando os transportes ao uso do solo;
2. descongestionar a área central e preservar o centro tradicional;
3. conter a população de Curitiba dentro de seus limites físico territoriais;
4. dar um suporte econômico ao desenvolvimento urbano;
5. propiciar o equipamento global da cidade (SEGAWA, 2014, p. 178).

O levantamento de dados ficou a cargo da Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – nomeado Instituto em 1965 (GARCEZ, 2006, p. 100). Neste momento, pela primeira vez, é aventada a possibilidade de fechamento para pedestres da rua XV de Novembro:

A proposta de trânsito, com sua hierarquia,anel lento e móvel em torno do centro e sistemas de retorno, utilizando a atual trama viária, são características que permitiriam desde já a implantação de uma vasta rua de pedestres (acesso de veículos apenas para descarga e estacionamento em horários excepcionais), formada pelas Av. João Pessoa, XV de Novembro até a Reitoria, Praça Generoso Marques e parte da Praça Tiradentes. Neste “domínio de pedestres” realizam-se já os principais pontos de encontro de Curitiba¹⁷ (SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS, 1965, pp. 161-162).

No que concerne à preservação e revitalização de centralidades históricas tradicionais, dentro da proposta de zoneamento fica estabelecido uma política de preservação e revitalização, ainda que de forma genérica. De acordo com o zoneamento, é proposto o reloteamento do Centro Principal (com a limitação da altura de novas edificações) e aumento da área de trânsito para pedestres:

Com a instalação do Paço Municipal no Centro Cívico, o palacete atualmente ocupado pelo gabinete do Prefeito (palacete este de interesse arquitetônico a ser preservado) poderia receber uma função cultural ou museográfica; o esplêndido largo em sua frente, praça Generoso Marques, entregue ao pedestre, poderia facilmente transformar-se num ponto de encontro, com bares e mesinhas nas calçadas e a promoção ou criação espontânea de concertos e outras atividades culturais ao ar livre (SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS, 1965, p. 162).

Em 1972 a rua XV de Novembro é pedestrianizada e em 1974 recebeu o tombamento – fatos abordados no próximo capítulo com mais detalhes. A política de preservação da cidade começa a ter maior atuação, de fato, em 1973, com a criação da Fundação Cultural de Curitiba, através da lei Ordinária 4.545/1973. Em 1982, são criadas as Unidades de Interesse de Preservação, que, segundo Gnoato (1999), tiveram como critério “estabelecer as edificações antigas da cidade como forma de preservar a ocupação histórica da cidade. Salvo exceções, a maioria destas edificações foram construídas desde as últimas décadas do século XIX até 1940” (GNOATO, 1999, p. 1).

¹⁷ Nota da autora: Por mudanças de nomenclatura, explica-se que a citada Avenida João Pessoa é, hoje, avenida Luiz Xavier. A chamada Reitoria é o setor de Ciências Jurídicas da UFPR, ou campus Santos Andrade.

4.2 MUDANÇAS DOS USOS NA ÁREA CENTRAL – DO RESIDENCIAL AO COMERCIAL

Em Curitiba, o bairro Centro está localizado na Regional Matriz¹⁸, localizada na região centro-norte da cidade e composta por um total de dezoito bairros¹⁹. Os bairros integrantes desta Regional, em comparação com o restante da cidade, são relativamente pequenos em sua dimensão (IPPUC, 2016, p. 7). O bairro Centro é o segundo da Regional em extensão territorial, com 328 hectares, sendo o bairro Mercês o maior em extensão, com 359 hectares (IPPUC, 2016, p. 7).

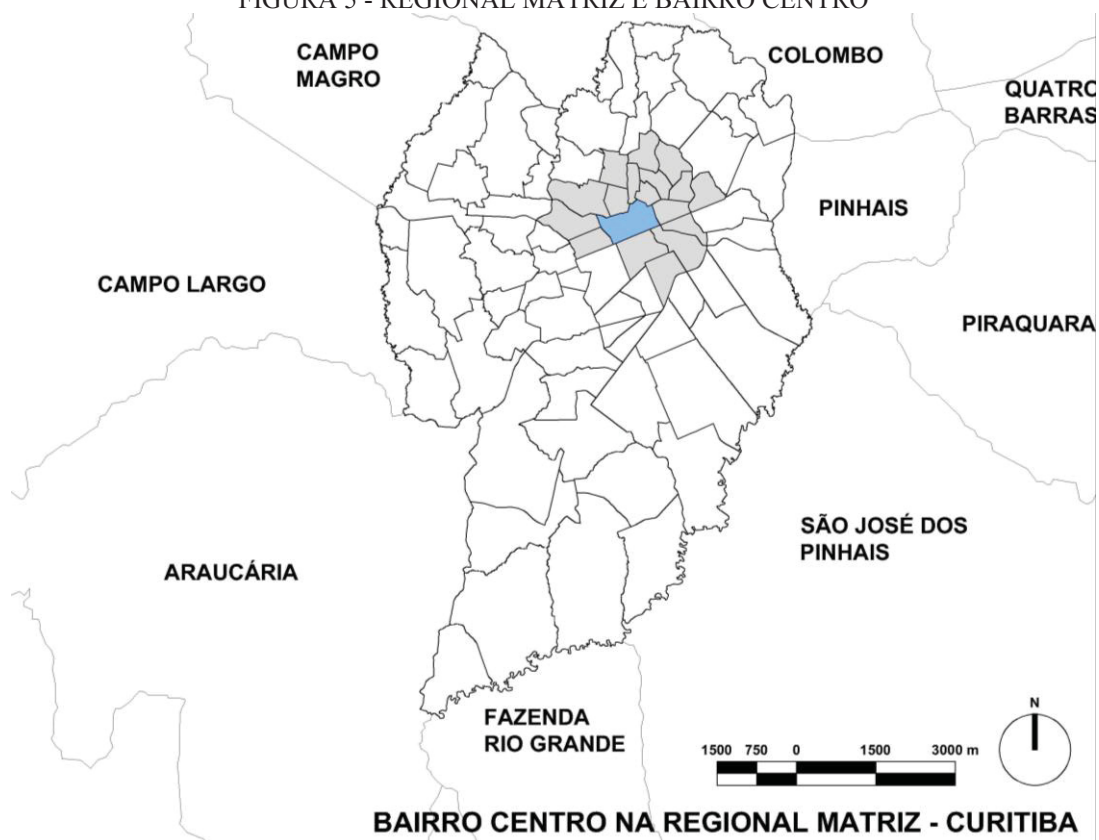
Para fins metodológicos de pesquisa, será adotada a definição administrativa de Centro, pois essa definição permite relacionar os as informações necessárias à sequência da pesquisa, a saber: **alvarás comerciais; dados vinculados à população do recorte administrativo do bairro Centro; Censos realizados entre 1970 e 2010.**

A Figura 5 demonstra a localização da Regional e do bairro, enquanto a Figura 6 evidencia o recorte do bairro Centro com maior precisão.

¹⁸ Regional “é a área de abrangência de cada território em que a cidade está dividida administrativamente. Curitiba possui dez Regionais, destinadas à operacionalização, integração e controle das atividades descentralizadas” (PREFEITURA DE CURITIBA, 2019).

¹⁹ Os bairros que compõem atualmente a Regional Matriz são: Ahú, Alto da Glória, Alto da XV, Batel, Bigorrião, Bom Retiro, Cabral, Centro, Centro Cívico, Cristo Rei, Hugo Lange, Jardim Botânico, Jardim Social, Juvevê, Mercês, Prado Velho, Rebouças e São Francisco (IPPUC, 2016, p. 7).

FIGURA 5 - REGIONAL MATRIZ E BAIRRO CENTRO



FONTE: IPPUC (2019), elaborado pela autora (2019).

FIGURA 6 - RECORTE DE ESTUDO BAIRRO CENTRO



FONTE: IPPUC (2019), elaborado pela autora (2019).

Em publicação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2016) são apresentados os resultados de diagnósticos perceptivos acerca da Regional, que indicam ser esta um local de contrastes²⁰:

Se por um lado há uma visão positiva com relação à oferta de emprego e de estabelecimentos comerciais e de serviços, a Regional também foi descrita em função dos vários problemas sociais que reúne. Entre os problemas citados, um dos que recebeu especial atenção está relacionado à habitação. A percepção é de que a área é extremamente valorizada pelo mercado imobiliário e ao mesmo tempo não recebe incentivos para a fixação de moradias. Por essa razão, muitos dos imóveis foram diagnosticados como vazios ou subutilizados, o que acaba propiciando a proliferação de cortiços e mocós, bem como o uso do espaço para outras atividades ilícitas (IPPUC, 2016, p. 57).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bairro Centro apresentou um forte decréscimo populacional entre as décadas de 1970 e 2000, enquanto o crescimento da cidade foi de quase o dobro de sua população entre 1970 e 1980 e de forma constante nos últimos Censos. Entretanto, na última década do estudo (2000 – 2010), o bairro apresentou taxa de crescimento superior à da cidade e apresenta estimativa positiva de crescimento entre os anos 2010 – 2016 de 11% em comparação à média municipal, de 8%, e 1,43% à Regional Matriz (IPPUC, 2016, p. 23). Os dados podem ser acompanhados nas Tabelas 2 e 3:

TABELA 2 - POPULAÇÃO DE CURITIBA E DO BAIRRO CENTRO

CURITIBA			
CENSO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO CENTRO	PARTICIPAÇÃO CENTRO – POPULAÇÃO TOTAL (%)
1970	624.362	37.086	5,94%
1980	1.052.147	42.371	4,02%
1991	1.313.094	37.003	2,81%
2000	1.586.848	32.623	2,05%
2010	1.751.907	37.283	2,12%

FONTE: IBGE (2010).

²⁰ É importante ressaltar que diagnósticos perceptivos podem colaborar com a discussão aqui proposta, mas devem ser vistos com ressalvas, pois não são produzidos a partir de dados empíricos.

TABELA 3 - POPULAÇÃO, ESTIMATIVA POPULACIONAL, E VARIAÇÃO POPULACIONAL DO BAIRRO CENTRO, REGIONAL MATRIZ E CURITIBA - 2000, 2010 e 2016

PERÍODO	BAIRRO CENTRO	REGIONAL MATRIZ	CURITIBA
2000	32.623	202.304	1.586.848
2010	37.283	205.722	1.751.907
ESTIMATIVA 2016	41.306	208.674	1.892.242
VARIAÇÃO 2010-2016 (%)	10,79%	1,43%	8,01%

FONTE: IPPUC (2016).

Enquanto a população do Centro diminuiu na década de 1980, o comércio ampliou sua concentração no bairro. Sendo um local de fortes laços comerciais desde o início da cidade, verifica-se a “falta de incentivos para a consolidação de moradias, [...] faltam serviços públicos para o atendimento da população residente, como unidades de saúde, unidades de pronto atendimento e equipamentos educacionais” (IPPUC, 2016, p. 57).

É possível constatar, quantitativamente, o aumento do uso comercial no centro de Curitiba através da análise do número de alvarás comerciais de construção emitidos, relacionando esses quantitativos aos Censos populacionais correspondentes. Este estudo adotou a década de 1970 e o Censo de 1980 como marcos iniciais de análise, em função da consolidação do Plano Wilhelm/Serete. O período final de análise corresponde aos alvarás emitidos na década 2000 (2000 – 2009), em relação ao o Censo 2010, que é o levantamento estatístico mais atualizado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados demonstrados na Tabela 4 e Gráfico 2 evidenciam o crescimento populacional de Curitiba por décadas, onde se pode observar um maior aumento populacional entre as décadas de 1970 e 1980 (24,80% de crescimento relativo), sendo essa porcentagem diminuída na década seguinte (1980 a 1990, 20,85%), com uma queda bem perceptível entre os anos 1990 e 2000, com uma taxa de crescimento de 10,40%. Nos mesmos períodos estudados, há a diminuição populacional gradativa do bairro Centro entre as décadas de 1970, 1980 e 1990 – uma sequência negativa de 12,67% e 11,84%. Na contramão da diminuição da expansão populacional na cidade de Curitiba, o bairro Centro apresenta um crescimento relativo alto entre os anos 1990 e 2000 – cerca de 14,28%.

Acerca do número de alvarás comerciais emitidos entre as décadas de 1970 e 1980, nota-se, através da análise de crescimento relativo, números muito díspares: entre 1970 e

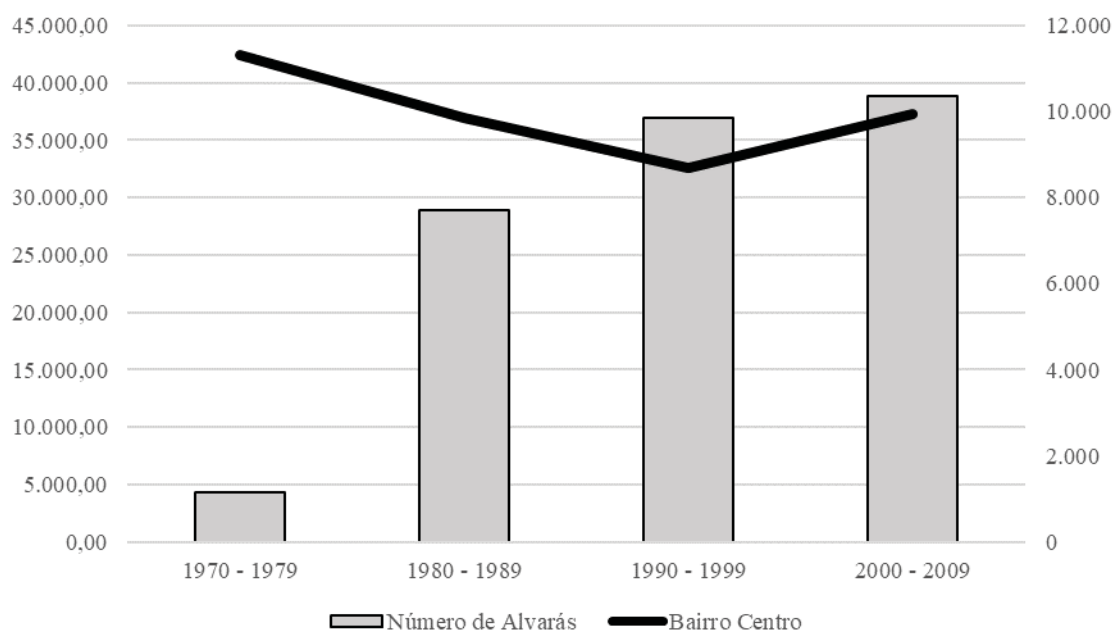
1980, um aumento de 568,63% da emissão de alvarás comerciais na região; entre 1980 e 1990, um crescimento de 27,94% e, entre 1990 e 2000, um modesto aumento de 5,16%. Reforçam-se os dados na Tabela 4 e Gráfico 1 a seguir:

TABELA 4 - NÚMERO DE ALVARÁS COMERCIAIS NO BAIRRO CENTRO

CURITIBA						
DÉCADAS	POPULAÇÃO TOTAL CURITIBA	CRESCI- MENTO/ DÉCADA	POPULAÇÃO BAIRRO CENTRO	CRESCI- MENTO/ DÉCADA	ALVARÁS COMERCIAIS B. CENTRO	CRESCI- MENTO/ DÉCADA
1970 – 1979	1.052.147	-	42.371	-	1.151	-
1980 – 1989	1.313.094	24,80%	37.003	- 12,67%	7.696	568,63%
1990 – 1999	1.586.848	20,85%	32.623	- 11,84%	9.846	27,94%
2000 – 2009	1.751.907	10,40%	37.283	14,28%	10.354	5,16%

FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), IBGE (2010).

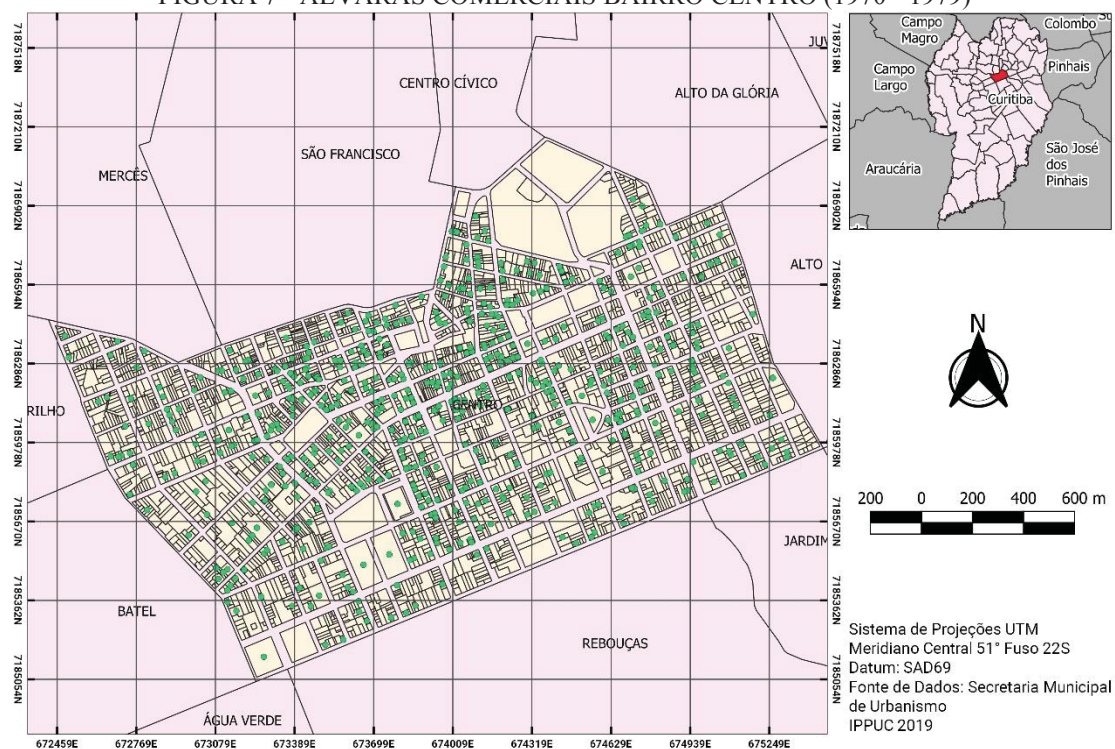
GRÁFICO 1 - COMPARATIVO POPULAÇÃO NO BAIRRO CENTRO X NÚMERO DE ALVARÁS



FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), elaborado pela autora (2019).

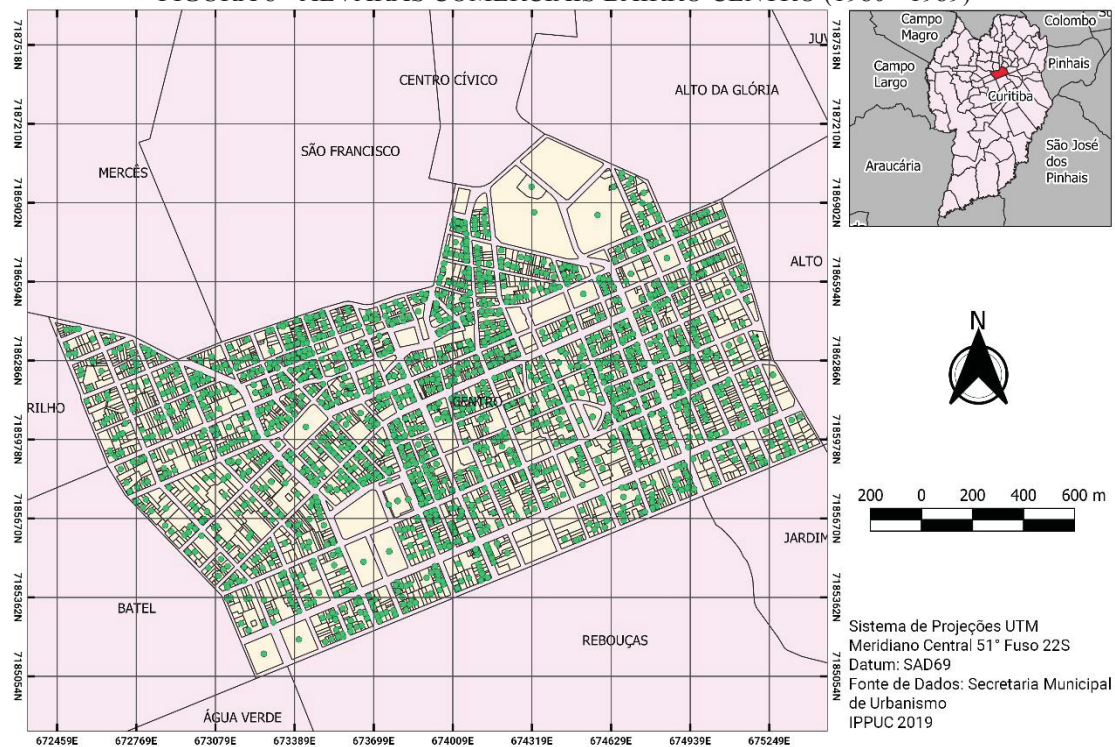
As Figuras 7, 8, 9 e 10 evidenciam o crescimento do número de estabelecimentos comerciais, ocorrendo uma distribuição relativamente equilibrada dentro da área central.

FIGURA 7 - ALVARÁS COMERCIAIS BAIRRO CENTRO (1970 - 1979)



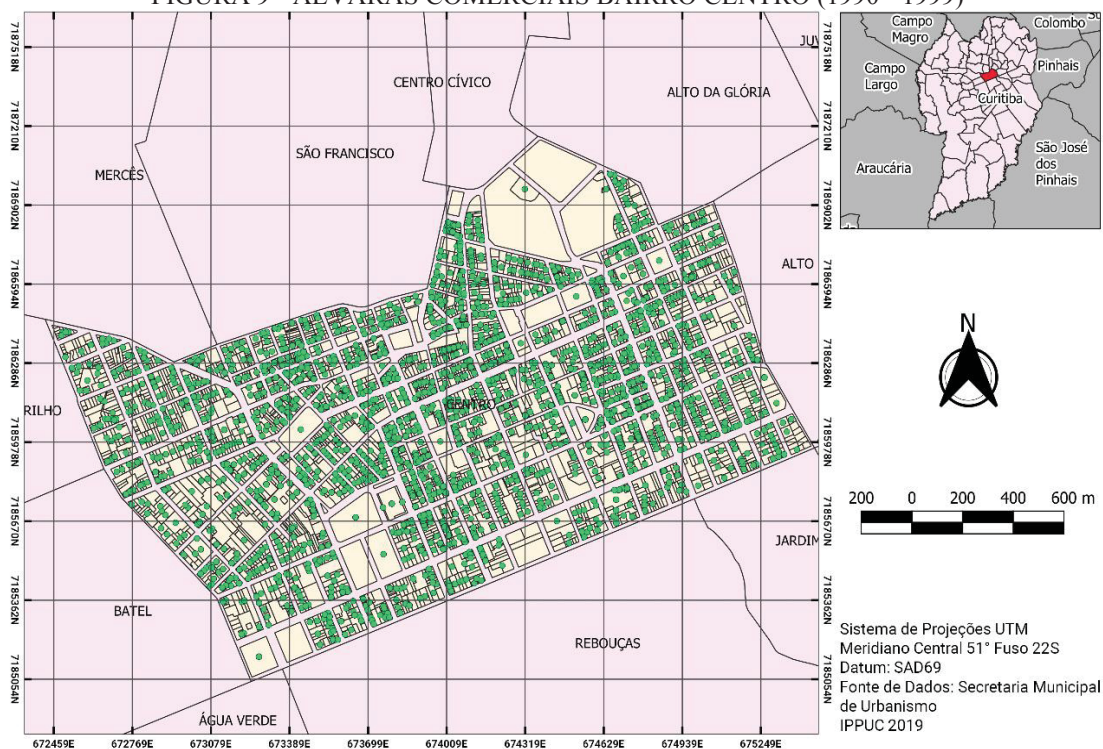
FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), elaborado pela autora (2019).

FIGURA 8 - ALVARÁS COMERCIAIS BAIRRO CENTRO (1980 - 1989)



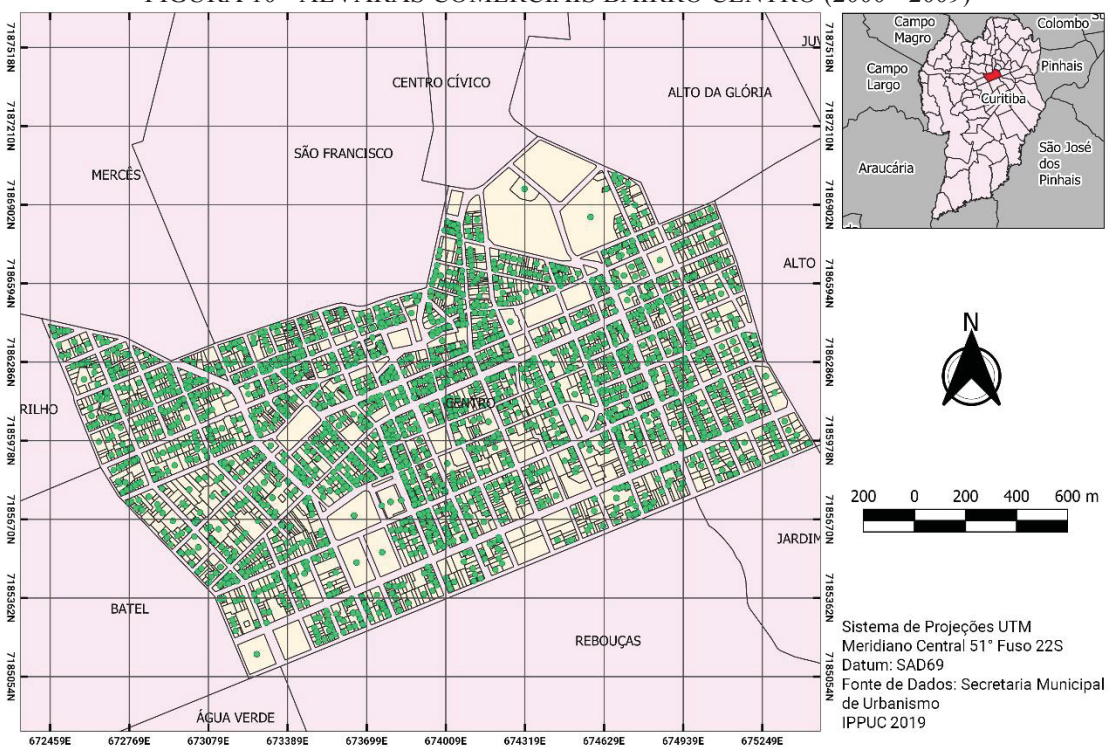
FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), elaborado pela autora (2019).

FIGURA 9 - ALVARÁS COMERCIAIS BAIRRO CENTRO (1990 - 1999)



FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), elaborado pela autora (2019).

FIGURA 10 - ALVARÁS COMERCIAIS BAIRRO CENTRO (2000 - 2009)



FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), elaborado pela autora (2019).

É importante ressaltar que o número de alvarás pode corresponder a mais de um estabelecimento por lote, ou seja, pode ser realizada a subdivisão de lotes comerciais, visando uma maior quantidade de áreas comerciais – pequenos centros e edifícios comerciais podem ampliar este número.

1.1.3. Estudo de caso – rua XV de Novembro

Semelhante ao que ocorreu no bairro Centro, a rua XV de Novembro também passou por um grande aumento na emissão de alvarás entre as décadas de 1970 e 1980, conforme pode ser verificado nas Tabelas 5 e 6. Para o estudo de caso, também é utilizado o fragmento temporal entre 2010 e 2018, desvinculado, entretanto, de dados do Censo populacional. Procura-se, com isso, aproximar os dados do recorte de estudo aos mais recentes dados disponíveis sobre os alvarás comerciais.

TABELA 5 - NÚMERO DE ALVARÁS COMERCIAIS NO TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVOEMBRO

CURITIBA						
DÉCADAS	POPULAÇÃO CENTRO	CRESCIMENTO/ DÉCADA	ALVARÁS CENTRO	CRESCIMENTO/ DÉCADA	ALVARÁS RUA XV DE NOVOEMBRO	CRESCIMENTO/ DÉCADA
1970 – 1979	42.371	-	1.151	-	246	-
1980 – 1989	37.003	- 12,67%	7.696	568,63%	1.810	635,77%
1990 – 1999	32.623	- 11,84%	9.846	27,94%	1.668	- 7,84%
2000 – 2009	37.283	14,28%	10.354	5,16%	1.448	- 13,19%

FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), IBGE (2010).

TABELA 6 - NÚMERO DE ALVARÁS E LOTES COMERCIAIS NO TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVOEMBRO

CURITIBA			
DÉCADAS	ALVARÁS COMERCIAIS RUA XV – TOTAL	ALVARÁS RUA XV – LOTES COMERCIAIS	PORCENTAGEM LOTES COMERCIAIS/ NÚMERO ALVARÁS
1970 – 1979	246	71	28,86%
1980 – 1989	1.810	135	7,46%
1990 – 1999	1.668	159	9,53%
2000 – 2009	1.448	177	12,22%
2010 – 2018	1.751	162	9,25%

FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), IBGE (2010).

Na década de 1970, o trecho analisado da rua compreendia 24,45% do total do número de alvarás do bairro todo (246 alvarás da rua para um total de 1.151 alvarás do bairro) – demonstrando a grande relevância comercial da rua para o bairro (e a cidade) de uma maneira geral.

Durante a década de 1980, assim como no bairro, houve um grande aumento no número de alvarás na rua XV de Novembro – de 246 para 1.810 – acompanhando ainda a expansão comercial do Centro (aumento de 1.151 para 7.696 alvarás). Neste período, o processo de pedestrianização da rua XV de Novembro, bem como seu tombamento, já se encontra consolidado.

A partir da análise do crescimento relativo, constata-se que o trecho tombado da rua XV de Novembro teve um crescimento maior da emissão de alvarás comerciais que em relação ao bairro Centro entre as décadas de 1970 e 1980 – 568,63% e 635,77%. Entretanto, na década seguinte, enquanto o bairro Centro ainda apresenta um crescimento **positivo** na emissão de alvarás comerciais (de 27,94%), o trecho tombado da rua XV de Novembro apresenta um crescimento relativo **negativo** de 7,84% – perspectiva que é sustentada no

decênio seguinte, com novo decréscimo de 13,19%. Nota-se, portanto, que o trecho tombado da rua XV de Novembro passa a ir na contramão do crescimento comercial da área central a partir da década de 1990.

É importante frisar o aumento do número de lotes comerciais, conforme tabela 6 – na década de 1970, eram 71; nos anos 1980, passam a ser 135. O declínio populacional no bairro é perceptível, com uma diminuição de cerca de 5.000 pessoas (queda populacional no Centro de 42.371 para 37.007 habitantes). A década de 1990 apresenta novo declínio populacional no Centro (de 37.003 habitantes para 32.283 habitantes – menor marca dos últimos quarenta anos), mas um ainda constante aumento em alvarás comerciais no bairro. Diferencia-se aqui o padrão de comportamento das últimas décadas, no trecho tombado da rua XV de Novembro – o número de alvarás no estudo de caso, pela primeira vez, diminui (de 1.810 para 1.668). Ocorre, portanto, uma redução na participação dos alvarás comerciais da rua XV de Novembro em relação ao bairro Centro como um todo, que passa a corresponder a cerca de 19% do total de alvarás comerciais. Mesmo assim, o número total de lotes com alvarás ativos continua aumentando em relação à década passada: de 135 para 159 unidades.

Nos anos 2000, conforme já verificado, há um pequeno aumento populacional no bairro Centro (de 32.623 para 37.283 habitantes). Novamente, o número de lotes com alvarás ativos aumenta, passando de 159 para 177 unidades, atingindo o maior número no período estudado. Entre 2010 e 2018, há um novo acréscimo no número de lotes com alvarás comerciais (de 1448 para 1751) e diminuição do número de lotes (de 177 para 162 unidades)

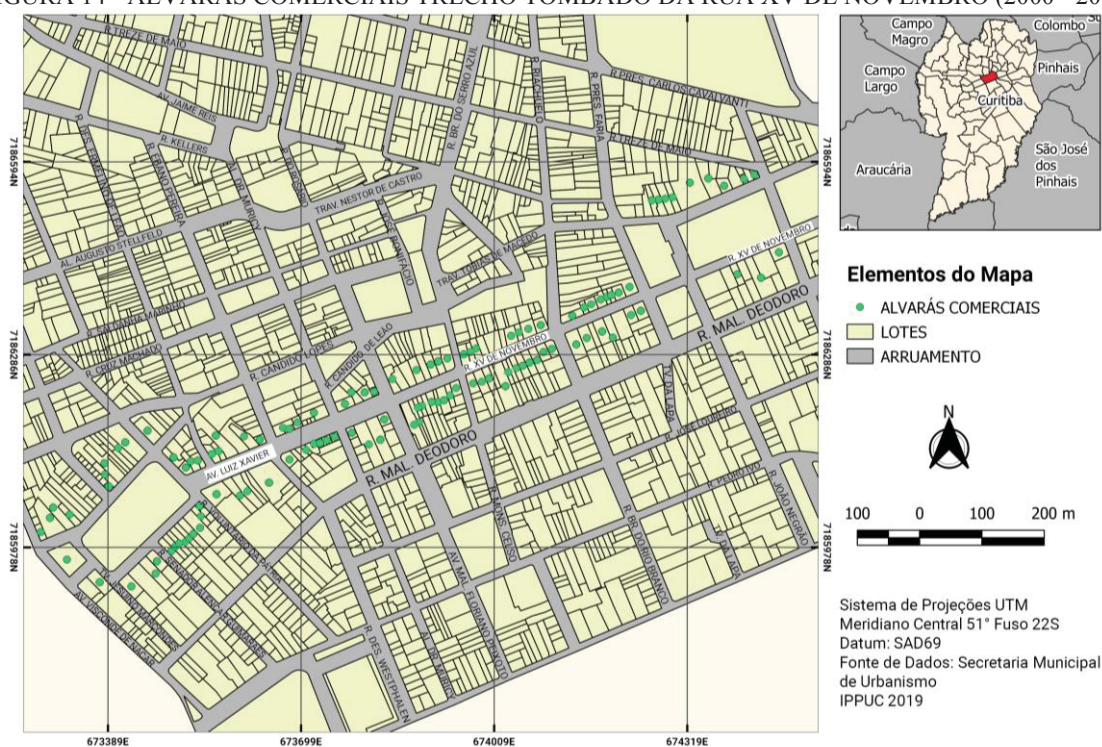
Pode-se verificar espacialmente a ampliação do número de lotes comerciais no trecho de estudo nas Figuras 11, 12, 13, 14 e 15. Como recorte, foram considerados todos os lotes com fachadas tombadas por conta da pedestrianização da rua, realizada em 1974, o que engloba também o entorno das praças Osório e Santos Andrade.

FIGURA 13 - ALVARÁS COMERCIAIS TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVOEMBRO (1990 - 1999)



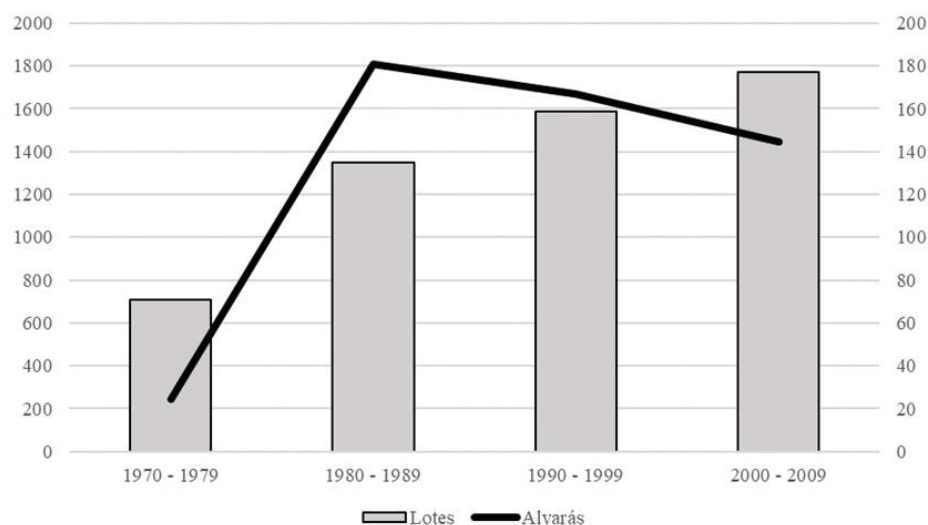
FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), elaborado pela autora (2019).

FIGURA 14 - ALVARÁS COMERCIAIS TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVOEMBRO (2000 - 2009)



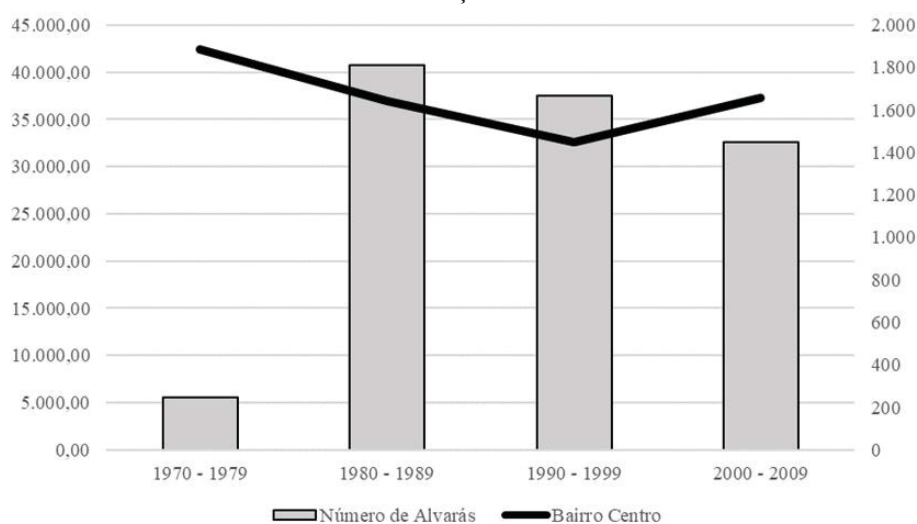
FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), elaborado pela autora (2019).

GRÁFICO 2 - COMPARATIVO NÚMERO TOTAL DE LOTES COM ALVARÁS COMERCIAIS NA RUA XV DE NOVENBRO X NÚMERO TOTAL DE ALVARÁS COMERCIAIS



FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), elaborado pela autora (2019).

GRÁFICO 3 - COMPARATIVO NÚMERO TOTAL DE ALVARÁS COMERCIAIS NA RUA XV DE NOVENBRO X POPULAÇÃO NO BAIRRO CENTRO



FONTE: IPPUC (2019), Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba (2019), Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba (2019), elaborado pela autora (2019).

É importante ressaltar o recente aumento populacional na área central de Curitiba e a estabilização de sua relevância comercial, fornecendo indícios da valorização da região como área residencial também – o que pode proporcionar variedade de usos em diferentes momentos do dia e de períodos da semana. Segundo dados do IPPUC (2015), o bairro Centro possui densidade demográfica de 113,56 habitantes/ha, com idade média de 38,4 anos (IPPUC, 2015). Acompanhando a tendência da Regional Matriz, possui uma população idosa maior em relação à cidade, conforme dados sintetizados nas Tabelas 7 e 8.

TABELA 7 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA E IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO (CURITIBA E BAIRRO CENTRO)

DADOS	CURITIBA	BAIRRO CENTRO
DENSIDADE	40,30 hab/ha	113,56 hab/ha
DEMOGRÁFICA		
DOMICÍLIOS	635.631 unidades	23.360 unidades
DENSIDADE DOMICILIAR	2,76 hab/domicílio	1,60 hab/domicílio

FONTE: IPPUC (2015).

TABELA 8 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS E ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO²¹

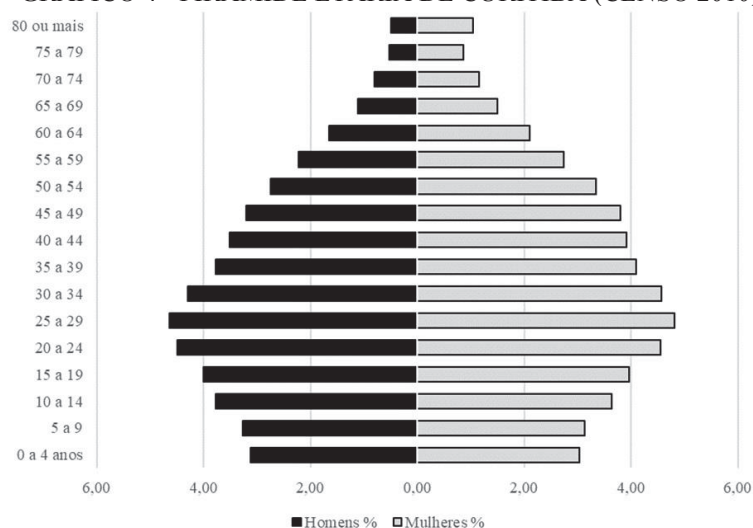
LOCAL	POPULAÇÃO DEPENDENTE			RAZÃO DA DEPENDÊNCIA			ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO
	0 a 14 ANOS	65 ANOS e mais	TOTAL	JOVENS	IDOSOS	TOTAL	
CURITIBA	349.960	132.296	482.256	27,56	10,42	37,98	37,80
CENTRO	2.852	5.032	7.884	9,70	17,12	26,82	176,44

FONTE: IPPUC (2015).

Através dos dados acima apresentados, verifica-se o alto índice de envelhecimento da população do bairro Centro, bem como a tendência à verticalização de sua área, por conta de sua densidade demográfica, que, ao contrário de sua densidade domiciliar, é alta.

Mediante a comparação das pirâmides etárias do bairro e da cidade, conforme Gráficos 4 e 5, corrobora-se a informação do Centro ser um bairro habitado preponderantemente por idosos e jovens.

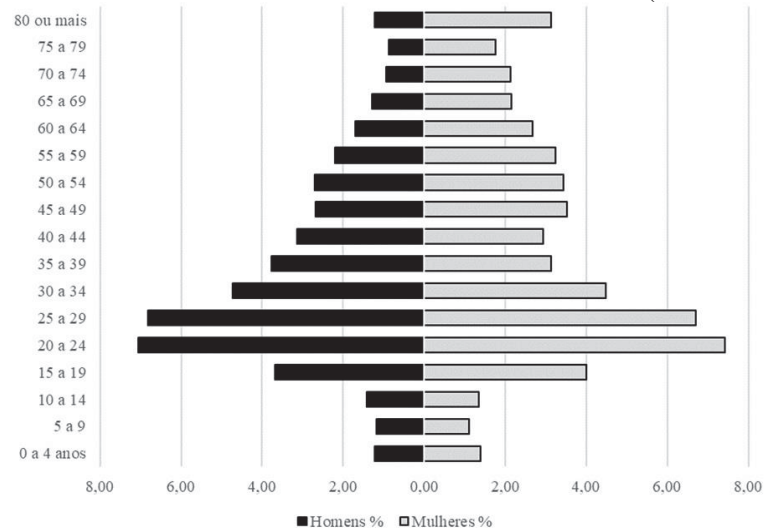
GRÁFICO 4 - PIRÂMIDE ETÁRIA DE CURITIBA (CENSO 2010)



FONTE: IPPUC (2015).

²¹ Razão de dependência - é a razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). Índice de envelhecimento - é a razão entre o grupo de idosos (idade igual ou superior a 65 anos) e o grupo infanto-juvenil (menores de 15 anos) (IPPUC, 2015).

GRÁFICO 5 - PIRÂMIDE ETÁRIA DO BAIRRO CENTRO (CENSO 2010)



FONTE: IPPUC (2015).

A facilidade de transporte público e instituições de ensino superior na região atraem o público mais jovem à região, conforme diagnóstico perceptivo realizado pelo IPPUC (2015):

a Regional Matriz foi retratada positivamente em virtude da concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços diversos. A esse respeito, houve o destaque das instituições de ensino superior e dos equipamentos e eventos culturais. [...] No que diz respeito ao transporte público, há uma percepção positiva sobre o modelo adotado pelo município, com o destino de pista exclusiva para o deslocamento do ônibus. Entretanto, a comunidade entende que são necessárias mais políticas que priorizem o transporte coletivo em relação ao individual (IPPUC, 2015, pp. 57 e 76).

Ainda segundo o diagnóstico perceptivo (IPPUC, 2015, p. 93), a região central, apesar de apresentar problemas, é identificada “como um local de concentração de bens, serviços e pessoas, ocupada principalmente por usos comerciais e de serviços, heterogênea nas diversas tipologias de edificação”. A riqueza da variedade de tipologias arquitetônicas e capacidade de ainda atrair a população para serviços (e moradia, nos últimos anos), pode vir a ser explorada para a devida conservação não apenas de edifícios, como também da vitalidade de seus espaços.

1.1.4. A competição entre comércios: os shoppings na área central de Curitiba

De acordo com Ferreira e Firkowski (2010, p. 222), *shoppings centers*, no mundo, “possuem um padrão de localização caracterizado pela distância das centralidades urbanas

tradicionais, o que os caracteriza como elementos fundamentais para as novas formas urbanas distendidas”. Desta maneira, são normalmente caracterizados como “vetores da ampliação da mancha urbana” (FERREIRA, FIRKOWSKI, 2010, p. 222). Estes empreendimentos surgem no Brasil em meados da década de 1960, em São Paulo, mas com crescimento mais significativo a partir da década de 1980 na região Sudeste (FERREIRA, FIRKOWSKI, 2010, p. 218).

Conforme observado anteriormente, ao mesmo tempo em que o Centro de Curitiba, nas décadas de 1970 e 1980, passa por um aumento significativo da quantidade de alvarás comerciais – e tem início o declínio populacional – a tipologia comercial de *shoppings*, ou, centros comerciais, passa a ser utilizada, adotando o sistema de franquias²² – um modelo até então não utilizado no comércio curitibano (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, p. 6).

Em Curitiba²³, o primeiro *shopping center* foi inaugurado no final de 1979, e localiza-se próximo ao bairro Centro:

No próximo mês de outubro inicia suas atividades no Batel, o Centro Comercial Novo Batel, já denominado o primeiro “shopping-center” de Curitiba, dentro das características destes modernos estabelecimentos comerciais que reúnem, em um só ponto, várias lojas categorizadas. A iniciativa do projeto é da L.C. Branco Empreendimentos Imobiliários (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, p. 6).

Sendo tratado como “centro comercial”, o novo empreendimento despertava a atenção por reunir, em apenas um local, grandes lojas paranaenses:

O empresário Luis Celso Branco iniciando a construção do Centro Comercial Novo Batel, projeto do arquiteto [José] Sanchotene. Sua construção obedecerá aos modernos padrões de arquitetura comercial. Algumas lojas de destaque da “city” já confirmaram sua presença no Shopping Center, entre elas Maria Chica, M. Rosenmann, Noi Boutique, e muitas outras (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, sp).

Conforme Figura 16, em propaganda divulgada em 1979 no Jornal Diário do Paraná, o Shopping Novo Batel valoriza sua proximidade com o Centro e local de encontro de marcas-líderes comerciais, como a M. Rosenmann Joalheiros, o Magazin Avenida e Malas Ika.

²² Segundo SEBRAE (2019), o sistema de franquias “se caracteriza pela existência de um contrato, no qual uma empresa, detentora de uma marca ou patente (franqueador), utiliza o sistema de franquias para expandir seus negócios, concedendo a outros (franqueados) o direito de uso de sua marca ou patente e de exploração comercial do que tiver sido desenvolvido ou testado por ela”.

²³ Por conta da dificuldade em pesquisas em artigos científicos, optou-se como metodologia a busca por dados em jornais e notícias de época para melhor precisão de dados e cronologia de fatos relacionados à temática.

FIGURA 16 - PROPAGANDA DO SHOPPING NOVO BATEL (1979)



FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ (1979).

Na década de 1980, é inaugurado o Shopping Itália. Concebido inicialmente como hotel e centro comercial em 1969, assume a alcunha de *shopping* no final de 1982:

Hoje, sem dúvida um dos mais aguardados acontecimentos do ano: a abertura do Shopping Center Itália, numa verdadeira festa, no coração da *city-sorriso*, que tendo seu início às 9 horas desta terça-feira se estenderá com mil atrações na berlinda, até 24 de dezembro (DIÁRIO DA TARDE, 1982, p. 3).

A antiga Fundação Mueller torna-se *shopping* em setembro de 1983, buscando rivalizar com o comércio tradicional e também com os *shoppings* já inaugurados, apresentando algumas vantagens:

Hoje, mais de 150 lojas do Shopping Mueller estão de portas abertas para você. [...] São mais de 100 atividades comerciais diferentes, reunidas em 24.298 m² no coração da cidade. Entre pelo piso Cândido de Abreu ou pelo piso Mateus Leme, ou ainda deixe seu carro numa das 1.500 vagas que o Shopping Mueller reservou para você. [...] Um sofisticado sistema de ar-condicionado, manterá a temperatura ambiente sempre agradável, chova ou faça sol (DIÁRIO DA TARDE, 1983, pp. 6 – 7).

A busca por um ambiente climatizado, seguro, com oferta de estacionamento e variedade de serviços é o mote da campanha publicitária do empreendimento, evidenciando a possibilidade inclusive de uma “primavera antecipada” na capital paranaense, conforme Figura 18:

É importante salientar que, ao longo do anos, a demanda por grandes *shoppings centers* não se restringe à região central de Curitiba, mas também em centros de bairros ou áreas-polo de concentração populacional – como o Polloshop Champagnat (1998, ao lado do Terminal Campina do Siqueira), Shopping Total (1999, próximo ao Terminal do Portão), ParkShopping Barigui (2003, próximo ao Parque Barigui), Shopping Cidade (2003, próximo ao Terminal Hauer) e Shopping Palladium (2008, ao lado do Terminal do Portão). Mesmo assim, a quantidade de empreendimentos de grande porte fora da área central é similar, conforme Tabela 9.

TABELA 9 - NÚMERO DE SHOPPINGS EM CURITIBA (1970 - 2010)

DÉCADAS	SHOPPINGS EM ÁREA CENTRAL	SHOPPINGS – DEMAIS ÁREAS
1970 – 1979	1	0
1980 – 1989	3	1
1990 – 1999	3	4
2000 – 2009	0	3
TOTAL POR ÁREA	7	8

FONTE: SINDISHOPPING (2019), elaborado pela autora (2019).

Os dados acima expostos são reforçados por Ferreira e Firkowski (2010), ao afirmar que Curitiba, diferente de outras cidades brasileiras e grandes centros urbanos mundiais, possui forte tendência de localização de *shoppings centers* nas áreas centrais:

[...] percebe-se que, na contramão do padrão de localização dominante em centros urbanos fora do País e mesmo em outras cidades brasileiras, os mesmos possuem uma clara tendência de localização nas áreas centrais da cidade. Ressalta-se que o primeiro a ser implantado no Aglomerado Metropolitano²⁵, no ano de 1981, foi o único que seguia a lógica de se localizar distante da área central. Tratou-se do Shopping Center Pinhais, instalado no então município de Piraquara, atualmente desmembrado e constituindo o município de Pinhais. [...] Dois anos depois, em 1983, foi inaugurado o Shopping Mueller, no centro da cidade, em local antes ocupado pela metalúrgica Mueller. O local escolhido foi gerador de polêmica, na medida em que sua instalação viabilizou-se após o contorno à proibição para a construção de empreendimentos comerciais de grande porte na área central da cidade. O que foi possível por meio de um expediente legal que permitia a implantação do empreendimento desde que as fachadas originais fossem preservadas tendo em vista seu valor enquanto patrimônio arquitetônico. Dessa iniciativa resultou o primeiro shopping center instalado no coração da cidade, padrão Shopping Centers em Curitiba: contextualização espacial e no âmbito da economia urbana que se consolidou anos depois com a implantação do Shopping Estação, no lugar da antiga estação férrea, e do Shopping Curitiba, antigo quartel do exército, todos fazendo uso do mesmo expediente de preservação das fachadas históricas. (FERREIRA, FIRKOWSKI, 2010, pp. 223 – 224).

Diferente da proposta do “*shopping* a céu aberto” da rua XV de Novembro, bem como o comércio que se desenvolve de forma natural em centros urbanos, *shoppings*, para Sposito (2007), são interesses imobiliários e não somente locais para comercialização de produtos:

Nos últimos vinte anos, observou-se multiplicação de áreas de concentração dessas atividades (eixos comerciais, centros comerciais em bairros de bom poder aquisitivo e shopping centers), bem como verificou-se o fenômeno de diversificação delas, acompanhado de segmentação dos mercados consumidores, segundo diferentes padrões de consumo e maior ou menor facilidade para se locomover por automóvel (SPOSITO, 2007, sp.).

Para Manzi (2008), *shoppings*, assim como condomínios fechados, funcionam como uma barreira física, coibindo a circulação de pessoas e afastando-as ainda mais de centros consolidados de comércio, que por sua vez, estão se esvaindo:

Pode-se dizer que o esvaziamento da área central se tornou significativo em função do aparecimento de novas atividades terciárias de comércio e serviço que substituíram as atividades industriais do setor secundário, em termos locais. Tal fator implica uma busca pelas gestões locais e seus agentes produtivos por ofertar novos usos em espaços urbanos agora deixados vazios (MANZI, 2008, pp. 33-34).

²⁵ Aglomerado Metropolitano, segundo IPARDES (apud FIRKOWSKI, 2002, p. 98) constitui “uma mancha de ocupação derivada de conurbação e/ou periferização, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes com contiguidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação. Apresentam população urbana e densidade demográfica elevadas, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas (setores secundário e terciário)”.

Em Curitiba, a instalação de *shoppings* em sua área central, conforme Ferreira e Firkowski (2010, p. 228), contribuiu “para potencializar o poder do capital especulativo sobre a terra urbana”, diminuindo o protagonismo do antigo centro consolidado de comércio. Reforçam os autores:

Ao contrário do que preconiza grande parte da literatura em relação à capacidade dos shopping centers estimularem a expansão da mancha urbana das cidades onde se instalam, tendo em vista sua localização predominante na periferia, comprovou-se, em Curitiba, um caráter reverso, ou seja, sua concentração predominante no município reforçou a centralidade já existente. Por sinal, essa centralidade expõe a relação indissociável entre a localização dos empreendimentos e as diretrizes do planejamento urbano que conformou corredores de uso do solo e de verticalização da cidade – nos quais predominam as classes mais abastadas, que induzem a localização dos equipamentos de comércio e serviços mais relevantes, entre eles os shopping centers (FERREIRA, FIRKOWSKI, 2010, p. 234).

Atualmente, o público de *shoppings centers* é diferente daquele que busca os serviços comerciais da rua XV de Novembro – por localizar-se em uma área central, a região é polo e atratora de público proveniente de diferentes bairros de Curitiba e também do Aglomerado Metropolitano de Curitiba. Entretanto, a grande quantidade de shoppings no bairro Centro e próximos a ele, a descentralização comercial que ocorre por Curitiba por meio de seus planos urbanísticos e a falta de incentivos para o uso do Centro como moradia podem apresentar-se como fatores determinantes para o declínio da importância deste enquanto local de encontro e convivência, apesar dos projetos de melhorias na área de estudo.

5 A RUA XV DE NOVEMBRO: MARCO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE PRESERVAÇÃO

5.1 RUA XV DE NOVEMBRO – PEDESTRIANIZAÇÃO E TOMBAMENTO

Esta etapa do trabalho recorreu a recortes de jornais da época pela falta de dados precisos acerca da realização dos projetos no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Diante da impossibilidade de validação das pranchas e projetos cadastrados como realizados ou em estudo, optou-se pela conferência de notícias para verificar a sequência de projetos noticiada e, portanto, realizados dentro do período de estudo.

Após a proposta do Plano Wilhelm/IPPUC, a rua XV de Novembro e a avenida Luiz Xavier foram gradativamente transformadas em vias de pedestres – a ideia do prefeito Jaime Lerner (1972) era seguir “as modernas tendências então reinantes na Europa, de onde foi importado o cabedal de princípios que regeu as diretrizes do planejamento urbano local” (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 1992, p. 9).

Em 1966, é realizado novo revestimento asfáltico na via, proporcionando também projeto paisagístico e nova iluminação. À época, a pista de rolamento era de três faixas de tráfego (9,50 metros) e estacionamento para 80 veículos entre a Avenida Luiz Xavier e Marechal Floriano Peixoto (DIÁRIO POPULAR, 1966):

Assim é a rua XV que o visitante vê e o curitibano sente. Assim foi a rua da Imperatriz que nossos bisavós conheceram, assim foi a rua das Flores dos nossos avós, assim será a nova *velha* rua XV dos nossos pais e nossos. Três épocas distintas, um ponto comum em todas elas: passarela centenária de todas as tradições da gente curitibana, local de trabalhar, mas também de espairecer, de encontrar amigos, de caminhar despreocupado, de sentir – pelo menos ali – domínio sobre a máquina (DIÁRIO POPULAR, 1966, grifo do autor).

Como início dos trabalhos de fechamento da via, em novembro de 1971, um primeiro trecho até a alameda Dr. Muricy foi transformado em estacionamento a céu aberto, com pagamento proporcional ao tempo de permanência do veículo²⁶. O trecho compreendido entre a avenida Marechal Floriano e Barão do Rio Branco seria reservado aos pedestres (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 1992, p. 12).

²⁶ É criado um talão de controle de parada administrado pela URBS chamado Proparq (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 1992, p. 12). É o precursor do “EstaR” – Estacionamento Regulamentado, ainda utilizado em diferentes pontos da cidade.

Durante o final de 1971 e início de 1972, segundo o Boletim da Casa Romário Martins da Fundação Cultural de Curitiba (1992, p. 13), os jornais Gazeta do Povo, Diário do Paraná e Tribuna do Paraná divulgam notícias contra o iminente fechamento da rua; a Gazeta, em novembro de 1971, revela preocupação do Corpo de Bombeiros com sua “interdição”, alegando questões de segurança. Essa preocupação tinha fundamento, tendo em vista o incêndio do Cine Palácio ter ocorrido semanas antes, havendo dificuldade de movimentação dos carros do Corpo de Bombeiros. A Tribuna do Paraná criticava o aspecto de “curral”, adquirido por conta das correntes que interditavam o trecho da rua.

Mesmo assim, ideias favoráveis ao fechamento da rua também surgiam. Conforme entrevistas realizadas pelo Diário Popular, em 1971 (cinco, no total), a ideia agradava a maioria. Apenas uma pessoa mostrou-se contra, alegando a necessidade de carros transitarem na rua XV e ser um prejuízo para os comerciantes (DIÁRIO POPULAR, 1971).

Se você é da geração dos bons tempos e ainda se lembra de como era a rua XV de Novembro quando se chamava *rua das Flores*, talvez volte a ver uma nova rua XV, toda florida, com o seu espaço para os pedestres, as árvores, os arbustos e algum gramado. [...] Livre de automóveis, dos ônibus e dos lavadores de carro, a rua XV poderá ser novamente denominada de rua das Flores (DIÁRIO POPULAR, 1971, grifo do autor).

Estava previsto para setembro de 1972, na Bulgária, o Congresso Geral da União Internacional dos Arquitetos (UIA). Segundo Dudeque (2010, p. 229), por iniciativa de Jorge Wilhelm, Curitiba sediou, em maio, uma reunião preparatória do grupo de urbanismo da UIA. Aproveitando os elogios da comitiva, em um final de semana de maio, Jaime Lerner realiza o fechamento de cerca de dois mil metros quadrados da via, com calçamento em pedra portuguesa e projeto elaborado pelo arquiteto Abraão Assad:

A interdição ao tráfego de veículos em 1972 pelo então prefeito Jaime Lerner modificou o panorama da via pública pela substituição do asfalto pelo mosaico e a introdução de mobiliário urbano construído em ferro com cobertura em acrílico translúcido. A transformação dessa rua, a principal via comercial da cidade, para uso exclusivo de pedestres, foi experiência pioneira no Brasil, seguida depois de diversas cidades brasileiras (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2017).

Um dos arquitetos do comitê da UIA, o libanês Mitri Nammar declarou surpresa ante as medidas de Curitiba para fazer voltar aos pedestres o centro da cidade (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, 1992, p. 22).

Em apenas três dias a rua XV de Novembro foi totalmente modificada. Apareceram árvores e vasos com flores. Totalmente revestida de *petit-pavé*. Muita gente gostou. Outros acham que tanto cuidado para o centro da cidade deve ser dirigido também para os bairros. Mas o pessoal do Senadinho²⁷ está com a palavra: eles aprovaram e revivem com saudade os tempos da rua das Flores, quando os burricos e belos cavalos passavam com as carretas, sem barulho e poluição. A juventude também gostou (DIÁRIO POPULAR, 1972).

Uma das maneiras de popularizar o uso do novo espaço foi cedê-lo às crianças, inicialmente, nos finais de semana. As atividades favoreciam a ocupação da rua XV de Novembro e a transformação do local como ponto de encontro e lazer:

São 10 horas da manhã de um sábado de muito calor humano. Uma comprida faixa de papel está estendida sobre o *petit-pavé* (quase 200 metros). De metro em metro, dois copos de *iogurt* estão cheios de tinta. Dois pincéis, lado a lado... muita gente não sabe o que vai acontecer. Ao longo da extensa branca, a multidão se comprime. E um exército de crianças loiras, morenas, sérias e compenetradas em sua ingenuidade... (DIÁRIO POPULAR, 1972).

Com o primeiro trecho implantado – e bem-sucedido – em novembro de 1972 o projeto de pedestrianização da via é ampliado em mais uma quadra, avançando vagarosamente em direção à Praça Santos Andrade. A quadra, entre a avenida Marechal Floriano Peixoto e Alameda Doutor Murici, recebe um projeto de mobiliário urbano, com quiosques oferecendo diferentes serviços aos cidadãos e também uma torre de informações, de autoria do arquiteto Abraão Assad (DIÁRIO POPULAR, 1972), conforme Figura 20. Ressalta-se a valorização da rua como ponto de encontro e ponto de divulgação do turismo paranaense:

A Torre de Informações obedecerá a mesma estrutura do mobiliário urbano de Curitiba (6 metros), visível desde o início da rua. Através de letreiros, que serão luminosos à noite, as informações serão distribuídas em quatro faixas distintas. [...] Um conjunto de quatro quiosques numa área de 64 metros quadrados oferecerá quatro serviços ao público. O primeiro será um local para degustação de café. [...] O segundo serviço será uma Central de Interurbano com cabines e, o terceiro, será de responsabilidade da Paranatur²⁸, que venderá material de turismo da cidade. [...] O quarto serviço será um posto de venda de selos, onde permanecerá uma pessoa com a incumbência de receber e transmitir recados oralmente ou por escrito (DIÁRIO POPULAR, 1972).

²⁷ “Senadinho” é a quadra da rua XV de Novembro entre as ruas Marechal Floriano Peixoto e Monsenhor Celso, precursora da Boca Maldita (GAZETA DO POVO, 2014).

²⁸ Paranatur – Empresa Paranaense de Turismo, criada em 1969 e extinta em 1989. Atualmente, a instituição responsável pelo turismo paranaense é a Paraná Turismo (SECRETARIA DO ESPORTE E TURISMO, 2019).

FIGURA 20 – A TORRE DE INFORMAÇÕES NA RUA XV DE NOVOEMBRO (1972)



FONTE: IPPUC (1972).

No ano de 1973, mais uma quadra é fechada para pedestres, entre a alameda Doutor Murici e rua Barão do Rio Branco. No mesmo ano, a área da Boca Maldita²⁹ também é pedestrianizada, com o redesenho da Avenida Luiz Xavier – estreitamento de sua caixa de rolagem, mas com sua manutenção, que visava atender os hotéis existentes na região. É colocado nas proximidades um Bondinho³⁰, para recreação infantil, conforme Figura 21. O arquiteto Abraão Assad, em entrevista ao Jornal Diário Popular, em 1973, esclarece o andamento das reformas idealizadas para a região:

²⁹ A Boca Maldita "existe para debater e criticar tudo e todos sem qualquer restrição, expressando as vontades e indignações populares. Entre seus confrades reúnem-se pessoas de diversas opiniões ou setores, como artistas, profissionais liberais, políticos, esportistas e aposentados" e foi fundada em 1956 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2019). É um espaço nos arredores dos cafés e bancos do calçadão da Avenida Luiz Xavier. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2019). Como marco simbólico, há um obelisco no local e uma placa com o lema do grupo: "nada vejo, nada ouço, nada falo".

³⁰ O "Bondinho da XV", instalado em 1973, é um local para "atividades recreativas com uma programação especial, que visa essencialmente dar ao pequeno cidadão, noções de sadia vida em comunidade. O bondinho, por sua vez, documentará historicamente um antigo veículo de locomoção urbana" (DIÁRIO POPULAR, 1973). É um antigo bonde comprado em leilão de um ferro-velho da cidade de Santos, São Paulo (DIÁRIO POPULAR, 1977).

O lado Norte da quadra que vai para da Murici à Ébano Pereira se constitui exclusivamente de lojas comerciais. Frequentemente, ao fazer compras, os pais levam junto seus filhos ainda pequenos. Por isso, ali será instalado um “ambiente protegido”, um bondinho antigo com dez metros de trilhos, doado à cidade que será preparado para receber as crianças que, sob orientação, utilização seu interior. [...] O lado Sul desta mesma quadra, tem características bem distintas. Aqui os prédios estão no antigo alinhamento e são todos velhos sobrados. Sorveterias, lanchonetes, casas de disco, ocupam o pavimento térreo promovendo agrupamentos humanos. Ali serão implantados equipamentos adequados para que estes pontos de encontro desempenhem melhor sua função. Novos ambientes serão formados nessa quadra, que se ampliam até a Praça Osório: bancas de revista, venda de flores, posto de serviço da Telepar, floreiras, bancos, luminárias, árvores, cestos de lixo (ao todo serão 10 novos quiosques de acrílico, sanitário infantil, 8 telefones moedeiros, 1.940 unidades de vasos distribuídos em floreiras, 56 árvores, 38 bancos, 22 cestos de lixo, coberturas em módulos de acrílico para hotéis e restaurantes, além de outros equipamentos secundários). Uma estreita canaleta atenderá os hotéis, permitindo o ingresso de veículos na avenida Luiz Xavier, sem, no entanto, destruir o espaço nem tolher a liberdade do pedestre (DIÁRIO POPULAR, 1973).

Era previsto, no mesmo trecho, o projeto de uma estrutura de ferro e acrílico “cobrindo área de aproximadamente 130 metros quadrados” (DIÁRIO POPULAR, 1973), em formato de árvore, com o intuito de ser uma área para fixação de avisos, cartazes e sugestões da população. Este projeto, no entanto, não chegou a ser realizado.

FIGURA 21 - O BONDINHO DA XV EM 1974



FONTE: IPPUC (1974).

No início de 1974, são concluídas as obras de pedestrianização da rua Senador Alencar Guimarães, ligando, desta forma, as praças Osório e Rui Barbosa. Desta forma, segundo Urban (2019, p. 3) “o pedestre pode ir da praça Rui Barbosa ao Setor Histórico, atravessando apenas poucos cruzamentos transversais ainda abertos aos carros”.

Preservar uma obra pioneira de arquitetura e urbanismo – o calçadão – com as estruturas de animação; evitar a poluição visual de cartazes e placas que já não informam mais, tal a sua quantidade e descrição; evitar mudanças bruscas em fachadas e prédios novos que colidam violentamente com o conjunto (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1974).

Nota-se a grande abrangência no tombamento dos bens, sendo contempladas diferentes escalas – paisagística, arquitetônica, urbana e de mobiliário. Porém, ao longo das décadas, diferentes reformas são realizadas – até mesmo com aval da Superintendência do IPHAN no Paraná – com diferentes motivos, que configuram hoje, uma paisagem tombada, porém, sem muitas das características originais de 1974.

Após o tombamento, há preocupação com a manutenção da arquitetura das edificações da rua e também com sua valorização. Para tanto, em 1975, a prefeitura determina que “somente serão aceitos luminosos de acrílico. Todos os cartazes de madeira, plásticos, papel, pano ou outro material semelhante não poderão ser fixados nas lojas centrais” (DIÁRIO POPULAR, 1975).

No ano seguinte, é inaugurado o relógio digital – exibido na Figura 23 – e, em 1977, é finalizado o fechamento do calçadão entre a rua Barão do Rio Branco e Presidente Faria, próximo à praça Santos Andrade (DIÁRIO POPULAR, 1977).

FIGURA 23 - RUA XV DE NOVEMBRO, O RELÓGIO DIGITAL E A TORRE DE INFORMAÇÕES, 1978



FONTE: IPPUC (1978).

Pode-se sintetizar as etapas de pedestrianização da rua XV de Novembro na Figura 24 a seguir.

FIGURA 24 - ETAPAS DE PEDESTRIANIZAÇÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO



FONTE: IPPUC (2019), elaborado pela autora (2019).

Como parte de um projeto de saneamento do Centro de Curitiba, em 1984, o rio Ivo é totalmente canalizado. O trecho, de vinte metros, compreendia entre a rua XV de Novembro e a praça Zacarias, e só era acessível para obras através de uma lanchonete:

Para que a obra não prejudicasse a normalidade das lojas e lanchonetes localizadas próximas, [a obra] foi executada sempre na madrugada. A nova galeria que comporta a passagem do rio já está concluída, tendo 2,5 metros de largura e 1,75 metros de profundidade. Para que a canalização pudesse ser feita, a prefeitura precisou utilizar um acesso da através da lanchonete Savóia, já que há prédios por todos os lados (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1984).

Em 1986 é realizada a obra de substituição da canaleta de águas pluviais por manilhas de barro, corrigindo antigos problemas de drenagem da rua (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1986):

O defeito principal consistiu na ausência de ruptura da antiga capa asfáltica da rua XV de Novembro, quando esta era trafegada por automóveis, o que impediu a formação de um ângulo de queda suficiente para bem captar as chuvas, que ocasionou o entupimento das canaletas (CORREIO DE NOTÍCIAS, 1986).

Em 1997, na ocasião dos 25 anos de comemoração do calçadão, a Associação Comercial do Paraná solicita melhorias ao chamado “shopping a céu aberto de Curitiba”. Segundo o Jornal do Estado (1997), foi estudada a viabilidade de um estacionamento subterrâneo na área. No mesmo ano, é realizado o fechamento entre a avenida Presidente Faria e a rua Monsenhor Celso, nas imediações da praça Santos Andrade.

Entre 1999 e 2000 é feita a primeira grande obra de revitalização do calçadão da rua XV de Novembro, com mudança no mobiliário – troca do modelo de bancos, lixeiras, floreiras, luminárias e quiosques – e a inserção de um chafariz entre a alameda Doutor Murici e avenida Marechal Floriano Peixoto, além de troca da pedra portuguesa e colocação de piso tátil em sua extensão, bem como reforma das redes subterrâneas de esgoto, água, energia elétrica, telefonia e telecomunicações (URBAN, 2019, p. 3). Um dos maiores requisitos da Associação Comercial do Paraná à época – trazer mais segurança aos lojistas e compradores – é atendida com a instalação de um sistema de segurança:

[...] a principal inovação no item segurança foi a inclusão de um sistema de monitoramento com câmeras de vídeo em toda a extensão da via. Catorze câmeras serão colocadas em pontos estratégicos para funcionar 24 horas por dia. As imagens serão captadas em uma central que será construída na Praça Osório. A Copel fez a implantação da rede de fibra ótica que vai interligar as câmeras (O ESTADO DO PARANÁ, 2000, p. 35).

É também concebida e realizada a “linha pinhão”: piso executado em pedra portuguesa, na cor amarela, demarcando caminhos e edificações históricas da área central da cidade (O ESTADO DO PARANÁ, 2000, p. 104). O panorama da reforma de 2000, com a construção do chafariz, pode ser visto na Figura 25 abaixo.

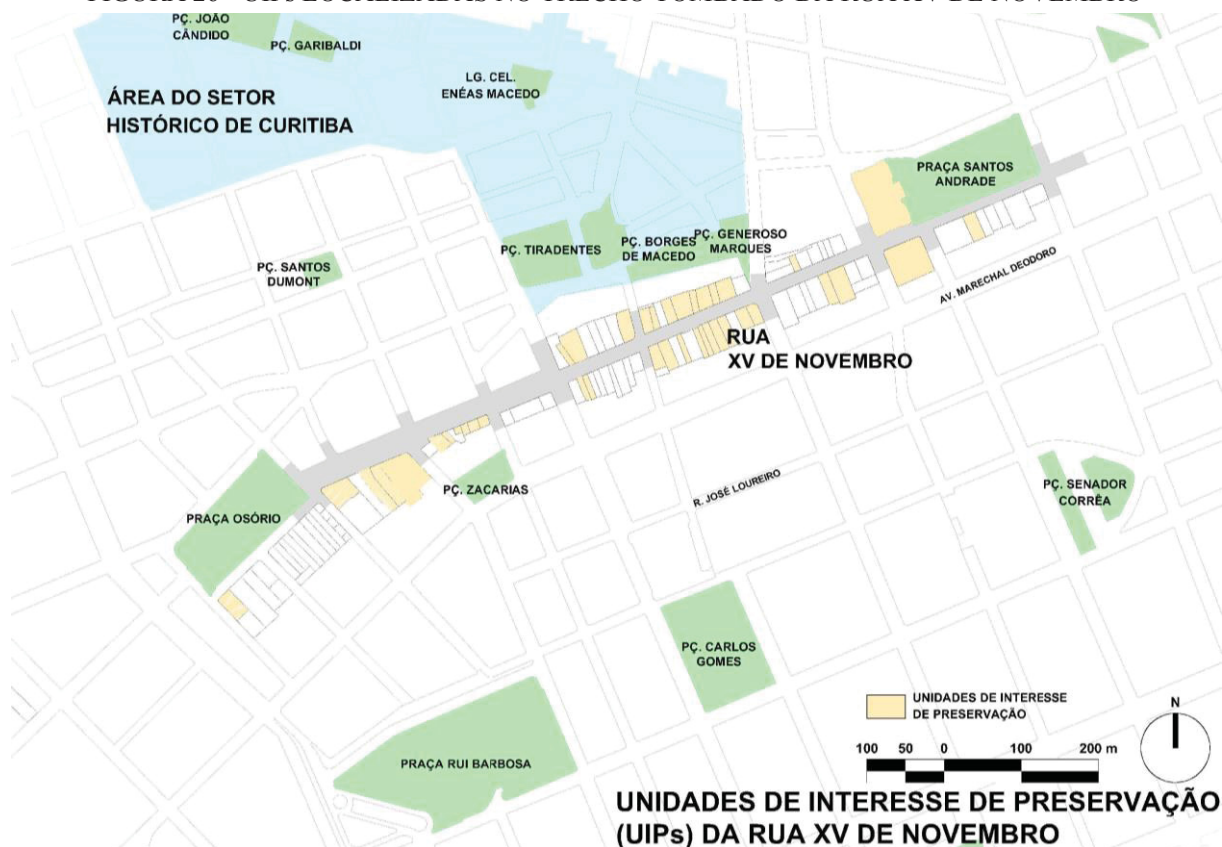
FIGURA 25 - RUA XV DE NOVOEMBRO ENTRE A ALAMEDA DOUTOR MURICI E AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 2000



FONTE: IPPUC (2000).

Como um dos últimos projetos ligados à preservação da rua, em 2004 o Instituto ArquiBrasil realiza o levantamento, registro fotográfico e avaliação do estado de conservação das fachadas das Unidades de Interesse de Preservação (UIPs) da rua, sendo 96 imóveis cadastrados e 42 de interesse de preservação (GAZETA DO POVO, 2000, p. 4). As Unidades de Interesse de Preservação são exibidas na Figura 26 a seguir.

FIGURA 26 - UIPs LOCALIZADAS NO TRECHO TOMBADO DA RUA XV DE NOVEMBRO



FONTE: IPPUC (2019), adaptado de GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (2017).

É possível notar que o trecho estudado possui variedade de tipologias arquitetônicas, com predomínio do período Eclético. Esse grande catálogo da arquitetura curitibana, aliado à composição de duas praças (Osório e Santos Andrade), demonstra que a rua não é apenas local de passagem, mas de contemplação, turismo, preservação e memória.

Também em 2004, através da lei municipal 11.266, artigo 9º, incentiva-se a política de estruturação do território da cidade, procurando “consolidar e ampliar áreas de uso preferencial ou exclusivo de pedestres” (CURITIBA, 2019). Desta forma, são proporcionados subsídios para, na última década, realização de estudos e propostas para consolidação da área prioritária de pedestres na Zona Central de Curitiba, bem como o denominado Setor Preferencial de Pedestres da Rua XV de Novembro em 2019, que, por sua vez, é caracterizado:

Art. 100 – O Setor XV de Novembro compreende os terrenos com testada para a Rua XV de Novembro e Avenida Luiz Xavier, considerando o conjunto de edificações que compõe sua paisagem histórica e suas características únicas como via exclusiva de pedestre (CURITIBA, 2019).

A valorização do pedestre no centro da cidade parte do reconhecimento de sua importância enquanto memória histórica e fortalece laços propostos pelo projeto da década de 1970, a *sala de estar curitibana*.

5.2 OS PROJETOS DA RUA XV DE NOVEMBRO

Em pesquisa realizada na biblioteca virtual de projetos, livros e documentos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) – órgão responsável pela maioria das obras realizadas na rua XV de Novembro, através da busca combinada das palavras “*rua XV de Novembro*”, selecionando apenas aqueles categorizados como “projetos”, foram encontrados 347 resultados. Nem todos, entretanto, correspondem ao trecho tombado da rua e objeto de estudo – que compreende cerca de dois quilômetros – já que a mesma possui um total de quase oito quilômetros. Há que se considerar a repetição no cadastro de projetos, bem como informações incompletas dos mesmos. Além disso, há a possibilidade do não cadastro de alguns projetos, mas essa hipótese não será considerada para fins dessa pesquisa. Adotou-se essa metodologia pela falta de dados acessíveis na biblioteca física do IPPUC.

Como resultado da busca, obteve-se o seguinte levantamento de projetos, que são expostos no Quadro 4 e divididos em cinco tipologias: arquitetônico (com a intenção ou não de restauração; mobiliário urbano; paisagismo; desenho urbano/infraestrutura urbana e “outros” (pelo seu caráter pontual):

QUADRO 4 - PROJETOS CATALOGADOS DA RUA XV DE NOVEMBRO (IPPUC)

TIPOLOGIA	PROJETO	DATAS
Arquitetônico/Restauração	Projeto de reciclagem da Confeitaria Schaffer	1979
	Projeto Cores da Cidade	1995
	Desenho de fachadas da rua XV de Novembro	1980; 1982; 2000
	Projeto de Galeria Subterrânea Centro	1985; 1990
	Revitalização do Clube Curitibano	1981
Mobiliário Urbano	Bondinho da Rua XV	1984; 1986; 2006
	Desenho de luminária padrão	1972; 1973; 1981; 1982; 1989; 1993
	Desenho de floreira padrão	1972; 1973; 1989
	Desenho de lixeira móvel	1972; 1973; 1975; 1986
	Mobiliário Urbano para pedestres	1972; 1973; 1984

TIPOLOGIA	PROJETO	DATAS
	Desenho de Quiosque	1973; 1976; 1990
	Projeto “Sala de Estar”	1986; 1987
	Banheiro e Módulo policial	1999
	Relógio digital	1986
	Projeto de identidade visual	1973; [19-]
	Projeto de cabine telefônica	1973; [19-]
	Projeto de banca de revista	1973; [19-]
	Torre de Informação	1972; 1976; 1981; 1982; 1983; 1986
Paisagismo	Revitalização da Praça Santos Andrade	1973; 1987; 1999
	Revitalização da Praça Tiradentes	1976
	Projeto de Ajardinamento	1973; 1999
Desenho Urbano/Infraestrutura urbana	Desenho de padrão de calçada	1972; 1973; 1981
	Plano de Circulação para Deficiente Físico	1987
	Projeto de Iluminação Pública	1993
	Revitalização do entorno do Teatro Guaíra	1987
	Revitalização da rua XV de Novembro	1979; 1993; 1997; 1999
	Sinalização de trânsito	1973; 1975; 1990; 1999
	Levantamento Cadastral	1972
Outros	Projeto de Decoração de Natal	1987; 1988; 1989; 1993

FONTE: IPPUC (2019), elaborado pela autora (2019).

A concentração de projetos se dá nos anos de 1973, 1993, 1997 e 1999, período em que são desenvolvidos os primeiros projetos de impacto, dos quais derivaram as grandes obras de intervenção e modificações na rua³². O Bondinho, desde 1973 no local, aparece em cadastros apenas em 1984, o que gera dúvidas sobre a confiabilidade de datas de algumas plantas cadastradas, bem como a repetição de alguns projetos, como o da Torre de Informação (há seis propostas em anos diferentes). Também alguns temas geram curiosidade, como o “projeto de galeria subterrânea do Centro” (1985, 1990), não realizado, e que não permite identificar as circunstâncias que levaram à demanda do estudo, bem como sua localização precisa. Também se verifica uma maior concentração em projetos voltados ao mobiliário urbano, possivelmente buscando personalização do projeto.

Pela relevância histórica da rua, bem como seu pioneirismo em tornar-se a primeira rua para pedestres da cidade, nota-se a importância da mesma para o IPPUC, dado o número elevado de projetos encontrados. Associado a isso, confirma-se o interesse municipal em

³² Entre 1993 e 1999 foram realizados diversos estudos, sendo apenas executados no ano 2000.

realizar melhorias e modificações ao primeiro projeto implantado na rua, entre 1972 e 1974, quando da sua pedestrianização, com um mobiliário específico – floreiras, lixeiras, bancas, quiosques e a Torre de – seja para atender a demanda de lojistas, do crescimento populacional ou novas expectativas criadas para a mesma. No entanto, grande parte dos projetos buscados na biblioteca do IPPUC, não saíram do papel, como é possível confrontar com o subcapítulo anterior, com o relato histórico das propostas para a rua

A rua XV de Novembro, um grande conector da região central curitibana, hoje divide seu protagonismo como local de eventos com outras áreas da cidade – parques, shoppings e áreas de lazer mais próximas a outros bairros, o que demonstra o sucesso do Plano Wilhelm/IPPUC, que visava a criação de pequenos centros em bairros já consolidados da capital.

O Plano Wilhelm/IPPUC apresenta em seu Plano Preliminar uma proposta de expansão linear, bem como a criação de centros secundários para “o não abafamento de seu centro principal por uma exagerada concentração de funções” (SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS, 1965, p. 144). E complementa:

A criação dos centros secundários não deve diminuir o poder de atração e coesão social do centro principal; ao contrário, pensamos que esta coesão deve ser sublinhada e estimulada conferindo-se ao centro atual um **caráter** com o qual a população facilmente se identifique. O centro principal deverá, portanto, crescer em importância [...] (SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS, 1965, p. 144 – 147, grifo do autor).

Portanto, observa-se que a grande quantidade de estudos realizados para a rua XV de Novembro reflete uma necessidade estabelecida no Plano Wilhelm/IPPUC: trazer **caráter** ao centro curitibano, reforçando sua importância e necessidade de identificação com a população. É possível notar uma grande quantidade de projetos executados no período dos anos 1970, no contexto em que a **aceitação** da rua, enquanto eixo de comércio, recreação, ponto de encontro e turismo estava em um momento de consolidação por conta de sua pedestrianização. A **retirada dos carros** de uma das principais vias conectoras da cidade, associada à criação de áreas pedestrianizadas também no entorno imediato do recém-criado Setor Histórico, em 1973, reforçou ainda mais o protagonismo dos centros secundários propostos em 1965. Apesar de um sistema público de transporte eficiente, a nova infraestrutura urbana nos eixos cardeais também valoriza o transporte individual, ampliando o comércio nestes novos núcleos centrais e dando à área do bairro Centro uma conotação de **ponto de conexão e passagem**, não sendo mais local exclusivo de muitos serviços.

A rua XV de Novembro, ao longo de seus quase 50 anos de pedestrianização, procurou, dentro de estudos e projetos executados, manter-se como local inovador de propostas. Ainda que seu comércio atual não seja o mesmo de outrora; muitas crianças não mais frequentem o Bondinho e algumas edificações tenham mudado de uso, suas funções enquanto ponto de encontro e até mesmo ágora contemporânea (na Boca Maldita) se reforçaram ao longo dos anos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui apresentada pretendeu as identificar as intervenções urbana e políticas de preservação na rua XV de Novembro e quais seus desdobramentos sobre as dinâmicas da região. Através dos objetivos traçados no início do trabalho, pôde-se realizar um panorama acerca da conceituação da preservação dos centros históricos, seu panorama no Brasil e, com foco em Curitiba, uma análise da ocupação atual da região no que diz respeito ao comércio e uso da área enquanto moradia.

A conceituação da preservação de centros históricos passa, ao longo da história, por diversas mudanças. Antes, as edificações e obras de arte eram vistas como objetos isolados, sendo que a percepção dos conjuntos urbanos como objetos de interesse ocorre a partir de Ruskin, no século XIX (CHOAY, 2001) de forma a contrapor com a velocidade das mudanças da Revolução Industrial do século XVIII. Essa percepção é seguida por Giovanonni (CHOAY, 2001), no início do século XX, que estabelece três princípios para a conservação e restauração do patrimônio urbano: (i) o fragmento urbano antigo deveria ser integrado à vida presente; (ii) o monumento histórico deveria estar associado com seu contexto; e (iii) deveriam ser proibida as reconstituições enganosas.

Após o Movimento Moderno, três fases marcantes das intervenções nos centros das cidades são delimitadas por Vargas e Castilho (2009): (i) a renovação urbana (1950 – 1970), quando o grande esvaziamento de núcleos centrais dita o ritmo do crescimento das cidades europeias e americanas; (ii) a preservação urbana (1970 – 1990), quando a ampla discussão do patrimônio histórico, através das cartas patrimoniais, divulga e propaga ideais internacionais, e (iii) a reinvenção urbana (1980 – 2000), quando as intervenções em áreas estratégicas das cidades são vistas como modelo a ser seguido por outros países, por aliar os novos projetos ao *city marketing* e ao turismo de massa.

No Brasil, o processo de valorização dos centros históricos se dá a partir de 1973, com a criação do Programa Cidades Históricas, pelo IPHAN. Aliando projetos de preservação à participação popular, projetos de diferentes portes são realizados em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Luís (MA). Princípios inseridos na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Cidade (2001) procuraram reforçar mecanismos de participação popular e conscientização da preservação e uso de centros urbanos históricos. Com isso, reforça-se que centros históricos são dinâmicos e vivos, sendo necessário planejar seu desenvolvimento em consonância com o crescimento da cidade e os anseios de sua população.

As intervenções em Curitiba procuraram caracterizar e manter a área central desde a década de 1970, implementando vários projetos na região. Em 1973, uma parte do centro foi caracterizada como Setor Histórico. Antes ainda, em 1972, uma grande intervenção foi realizada, com a pedestrianização de suas principais vias e tombamento da região da XV de Novembro em 1974. Mesmo assim, observa-se que o inicial sucesso das intervenções na área central curitibana não impediu o processo de esvaziamento, de modo similar ao ocorrido nos centros antigos de outras cidades brasileiras, como São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

As sucessivas intervenções no centro da capital paranaense entre os anos 1970 e 1980, principalmente mediante ações de valorização na rua XV de Novembro, mostraram-se limitadas. De fato, a partir da década de 1990 inicia-se uma redução do crescimento populacional do bairro Centro – 42.371 habitantes em 1991 e 37.003 habitantes em 2000 (IBGE, 2010). Ao mesmo tempo, a cidade se expande para novas regiões, como decorrência da consolidação do Plano Wilhelm/IPPUC (1965), que direcionou o crescimento de Curitiba para novos eixos e núcleos de bairros estruturados. O bairro Centro, antes único local com oferta de serviços variados, passa a competir com novos bairros, que conseguem atender às demandas da população, sem exigir grandes deslocamentos. Somados a esses fatores, o comércio da região central passa a ter como concorrentes grandes shoppings, localizados tanto no perímetro da área central como em novas áreas de expansão da cidade.

A análise da emissão de alvarás comerciais desde os anos 1970 comprova a perda de protagonismo acima relatada. Verifica-se um incremento entre as décadas de 1970 e 1980 (1.151 a 7.696 alvarás), seguido de uma estabilização de alvarás nas décadas seguintes: 9.846 alvarás na década de 1990 e 10.354 entre 2000 – 2009. Neste mesmo período, há também o declínio do número de moradores do bairro, mostrando leve aumento entre as últimas décadas de estudo – 32.623 habitantes em 2000 e 37.283 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). Esse número, porém, ainda está muito abaixo do período de 1970, quando a cidade possuía 1.052.147 habitantes (sendo 42.371 no bairro centro, de acordo com IBGE, 2010).

Mesmo com uma política de preservação priorizada, a rua XV de Novembro passa por um processo semelhante a todo o seu entorno. Foi fechada gradativamente para pedestres a partir de 1972; tombada como paisagem urbana em 1974 (passando a ter leis específicas para publicidade ao ar livre no ano seguinte); reforçando seu caráter de ponto de encontro – ou core da cidade. Para tanto, foram inseridos equipamentos desenhados especificamente para seu uso, como quiosques de acrílico para bares, bancas de revistas e vendas de flores, além de projetos de grande apelo visual, como a Torre de Informações (1972), o Bondinho para uso das crianças (1973), adequação da Boca Maldita como parlatório da cidade (1974), e o

moderno relógio digital (1976). As melhorias apresentadas na década de 2000, além de estéticas e funcionais (colocação de piso tátil, novo chafariz, mudança de mobiliário e readequação de infraestrutura subterrânea), buscaram também a segurança local, com a instalação de câmeras e presença de maior efetivo policial na região.

No período estudado, o número de alvarás comerciais na rua XV de Novembro reduziu na mesma proporção da área central como um todo. A rua perde também seu protagonismo na participação de alvarás comerciais emitidos em relação a todo o centro (na década de 1970, a rua XV de Novembro era responsável por 24,45% do total de alvarás da área; em 2010, o número é de 13,98%). Ainda que na última década analisada tenha acontecido um leve aumento do número de unidades comerciais, grandes lojas passam a fechar suas portas e ir em direção a shoppings. Através dos dados apresentados, conclui-se que os projetos e intervenções na área não conseguem deter degradação e perda de atrativo da área ao longo das décadas; porém, não se pode afirmar que esta tendência se mantenha para os próximos anos.

Há boas perspectivas para a região do bairro Centro. Ainda que o seu aumento populacional tenha sido pequeno, a projeção de crescimento do mesmo é de 10,79% entre os anos 2010 – 2016 (IPPUC, 2016), um pouco superior ao restante da cidade e da Regional Matriz – 8,01% e 1,43%, respectivamente (IPPUC, 2016). Comparativamente, a pirâmide etária do bairro Centro apresenta maior número de idosos (75 anos ou mais) e jovens (20 a 29 anos) em relação à Curitiba (IPPUC, 2015). A facilidade de transporte público e riqueza de diferentes tipologias arquitetônicas podem ser fatores atrativos para fixação de moradia na região.

Hoje, a proposta para recuperação do dinamismo na área central volta-se à inovação motivada pela necessidade, buscando trazer de volta cinemas de rua, espaços públicos e universidades. Como exemplos está a abertura do Cine Passeio, na rua Riachuelo (2019), a Praça de Bolso do Ciclista, na rua São Francisco (2014) e a abertura de unidades centrais de instituições de ensino em edificações tombadas, como a Universidade Positivo, na praça Osório (2015) e o Grupo Uninter, no edifício Moreira Garcez (2003). Essas tentativas buscam novas perspectivas de uso para a área central – diferentes usos, para momentos e públicos distintos ao longo do dia, capazes de proporcionar maior vitalidade à região. A melhoria da infraestrutura para pedestres, através da lei municipal 15.511 de 2019 também procura reforçar o antigo caráter de espaço de lazer e ponto de encontro curitibano.

Como forma de compreensão desta mudança de usos nos últimos anos, aliada ao aumento gradual do número de habitantes da região central, considera-se relevante, como

proposta de continuidade deste trabalho, a realização de estudos sobre as modificações nos usos da rua XV de Novembro no próximo decênio, visando acompanhar e monitorar a evolução da prestação de serviços na região.

REFERÊNCIAS

ARCHER, C. **International organizations**. 3.ed. London; New York: Taylor & Francis, 2001.

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL. **Planta da cidade de Curitiba, 1894**. Disponível em: <<https://bit.ly/2JCXbCJ>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

ASPECTO da rua das Flores ainda assunto polêmico. **Diário do Paraná**. Curitiba, 1975, ed. 6100, sp. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/106600>>. Acesso em: 12 maio 2019.

BARROS, A.; BARROS, J.; MARDEN, S. **Restauração do patrimônio histórico: uma postura para a formação de agentes difusores**. São Paulo: Senai-SP, 2013.

BATISTA, F. D. **A cidade como cenário**. Curitiba: Grifo, 2014.

BOLETIM PMC. Curitiba: PMC, 1943.

BONDUKI, N. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: Iphan/Monumenta, 2010.

BOCA MALDITA em nova fase. **Diário do Paraná**. Curitiba, 1973, ed. 5419, sp. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/93408>>. Acesso em: 12 maio 2019.

BORJA, J.; MUXÍ, Z. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidades. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CALÇADÃO recebe várias inovações. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 maio 2000, p. 104.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CANALIZADO rio Ivo no centro da cidade. **Correio de Notícias**, Curitiba, ed. 886, 1984, sp. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/1378>. Acesso em: 12 maio 2019.

CARLOS, A. F. A. Turismo e patrimônio: um aporte geográfico. In: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, M. A. **Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidade, usos e ideologias**. São Paulo: Annablume, 2017.

CARNEIRO, D. **Galeria do ontem e do hoje – livro I**. Maringá: Vanguarda, 1963.

CARRIÓN, F. Introducción: el gobierno de los centros históricos. In: _____. **Desarrollo cultural y gestión em centros históricos**. Disponível em: <<https://bit.ly/2RRYCCE>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

_____. **The historical centre as na object of desire**. City & Time 1 (3): 1, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2CyRL7l>>. Acesso em: 29 dez. 2018.

CASTILHO, A. L. H. **Consensos e dissensos no Centro de São Paulo: significado, delimitação, apropriação e intervenção**. 244 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2008.

CASTRO, E. **Morar nas alturas: a verticalização de Curitiba entre 1930 e 1960**. Curitiba: Edição do autor, 2017.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural do Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

COELHO, G. N.; VALVA, M. D. **Patrimônio cultural edificado**. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

CORRÊA, S. R. M. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

CURITIBA. **Lei Ordinária nº 81** de 10 de julho de 1948. Considera o “Paço da Liberdade” parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Curitiba. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/lidph>>. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. **Lei Ordinária nº 11.095** de 08 de julho de 2004. Dispõe sobre as normas que regulam a aprovação de projetos, o licenciamento de obras e atividades, a execução, a manutenção e conservação de obras no município. Disponível em: <<http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2010/00084620.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. **Lei Ordinária nº 11.266** de 16 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/01, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/fanbp>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

_____. **Lei Ordinária nº 15.511** de 10 de outubro de 2019. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/nfxiu>>. Acesso em: 15 out. 2019.

DEL RIO, V. Em busca do tempo perdido: o renascimento dos centros urbanos. In: ANDRADE, T. B. **Intervenções em áreas centrais litorâneas, alternativas para o**

desenvolvimento social e turístico, estudo de caso: o Centro de Vitória (ES). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo: Prefeitura Municipal de Vitória, 2000.

DUDEQUE, I. T. **Nenhum dia sem uma linha – uma história do urbanismo em Curitiba.** São Paulo: Studio Nobel, 2010.

DULTRA, K; VIEIRA, M. P. A institucionalização do patrimônio cultural. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 4, nº 1 p. 1-8, mar. 2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/download/2325/1530>>. Acesso em: 30 maio 2019.

FERREIRA, A. G.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Shopping centers em Curitiba: contextualização espacial e no âmbito da economia urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 119, p. 215-236, jul./dez. 2010.

FESTA no bondinho. **Diário do Paraná.** Curitiba, 1977, ed. 7733, sp. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/125363>>. Acesso em: 12 maio 2019.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. A nova lógica de localização industrial no aglomerado urbano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 103, p. 79-100, jul./dez. 2002.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Calçadão vinte anos depois.** Curitiba: FCC, 1992. 43p. (Boletim Informativo da Casa Romário Martins, nº 98, 1992).

GARCEZ, L. A. **Curitiba – evolução urbana.** Curitiba: Imprensa Universitária da UFPR, 2006.

GNOATO, L. S. Preservação da arquitetura dos primeiros modernos em Curitiba: experiência de legislação de preservação de bens culturais modernos. **III Seminário DOCOMOMO Brasil**, São Paulo. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Luis_salvador.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Normas de uso paisagem urbana da rua XV de Novembro.** Disponível em: <<https://goo.gl/zahWaZ>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

_____. **Paisagem urbana da rua XV de Novembro.** Disponível em: <<https://goo.gl/jDYShl>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

HISTÓRIA. **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**, Brasília, 20 set. 2016. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/o-ministerio/historia>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INTACTAS, mil casas da rua das Flores serão legadas para o futuro. **Diário do Paraná**. Curitiba, 30 abr. 1974, ed. 5649, sp. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/97592>>. Acesso em: 12 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Curitiba: IPPUC (Setor de Geoprocessamento, org). 1970 – 2018.

IPHAN. **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

IPPUC. **A torre de informações na rua XV de Novembro em 1978**. 1978. 1 fotografia, pb, 10 x 9,5 cm.

_____. **Diagnóstico Regional 2017: Regional Matriz**. Curitiba: IPPUC, 2016.

_____. **Lista de Unidades de Interesse de Preservação: equipamentos urbanos de Curitiba**. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/listaDetequipamentospdf.php?cd_tp_equipamento=27>. Acesso em: 30 maio 2019.

_____. **Nosso Bairro: Centro**/ Lucimara Wons, Coord. Curitiba: IPPUC, 2015.

_____. **Rua XV de Novembro entre a alameda Doutor Murici e a avenida Marechal Floriano Peixoto**. 2000. 1 fotografia, color., 10 x 6,5 cm.

_____. **Rua XV de Novembro, o relógio digital e a torre de informações**. 1978. 1 fotografia, color., 10 x 6,5 cm.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

LIMPEZA na rua das Flores. **Correio de Notícias**. Curitiba, 1986, ed. 1642, sp. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/325538_01/15399>. Acesso em: 12 maio 2019.

MANZI, A. G. M. **Grandes projetos urbanos na cidade de Curitiba: impactos e externalidades**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, PUCPR, Curitiba, 2008.

MEMÓRIA PARANAENSE. **Curitiba no ano de 1863**. Disponível em: <<http://www.memoriaparanaense.com.br/2019/07/11/memoria-mapas-antigos-de-curitiba/>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MESSENTIER, L. M. Intervenções em áreas urbanas patrimoniais: dilemas atuais. In: LIMA, E. F. W.; MALEQUE, M. R. (Orgs). **Cultura, patrimônio e habitação: possibilidades e modelos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

MOREIRA, C. C. **A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MUDAMENTE. In: DICIONÁRIO Infopedia da língua portuguesa. Porto: Porto Editora, 2019. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aao/mudamente>>. Acesso em: 30 maio 2019.

NAS PEGADAS do tempo. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 6 maio 2004, p. 4.

NOVO calçadão da rua XV fica pronto até o fim do próximo mês. **Diário do Paraná**. Curitiba, 1977, ed. 6549. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/118754>>. Acesso em: 12 maio 2019.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 1.211** de 16 de setembro de 1953. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://goo.gl/6ZVPh7>>. Acesso em: 12 maio 2019.

_____. **Lei Ordinária nº 112** de 15 de outubro de 1948. Cria na Secretaria de Educação e Cultura, a divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná. Disponível em: <<https://goo.gl/LvQw9W>>. Acesso em 12 maio 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Administração, regionais e bairros**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/o-que-sao-administracoes-regionais/80>>. Acesso em: 12 maio 2019.

_____. **Fundação**. Disponível em: <<https://goo.gl/Xt2Wpo>>. Acesso em: 03 out. 2018.

_____. **Você conhece a história da Boca Maldita e sabe por que esse local ganhou esse apelido?** Disponível em: <<https://bit.ly/2EYGMWR>>. Acesso em: 30 maio 2019.

RECUPERAÇÃO da XV terá pesquisa. **Jornal do Estado**, Curitiba, 23 jun. 1997, sp.

REFORMA inclui mais obras para segurança. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 30 mar. 2000, p. 35.

ROGERS, E. N.; SERT, J. L.; TYRWHITT, J. **El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad**. Barcelona: Editoria Científico, 1955.

ROUPA nova para a Boca Maldita. **Diário do Paraná**. Curitiba, 1973, ed. 5480. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/94492>>. Acesso em: 12 maio 2019.

RUA das Flores, dia 3. **Diário do Paraná**. Curitiba, 20 maio. 1972. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/89288>>. Acesso em: 12 maio 2019.

RUA XV será agora fechada até a Dr. Murici. **Diário do Paraná**. Curitiba, 5 nov. 1972. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/89288>>. Acesso em: 12 maio 2019.

RUFINONI, M. R. **Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais**. São Paulo: Fap-Unifesp: Edusp, 2013.

RUSKIN, J. **A lâmpada da memória**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

SANCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, nº1, pp. 115 – 132, maio 1999, DOI <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p115>. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13/1>>. Acesso em: 30 maio 2019.

SCARIANTE, L. **Panorâmica da Times Square, em Nova Iorque, Estados Unidos**. 2015. 1 fotografia, color., 2,5 x 16 cm.

_____. **Panorâmica de Puerto Madero, em Buenos Aires, Argentina**. 2012. 1 fotografia, color., 2,5 x 16 cm.

SEBRAE. **Conheça o sistema de franquias**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-o-sistema-de-franquias,6c9b39407feb3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 14 maio 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Patrimônio Histórico e Artístico – Processo de Tombamento nº 45/74 – Inscrição nº 05 I**. Curitiba, 1974. Relatório técnico.

SECRETARIA DO ESPORTE E DO TURISMO. **Histórico institucional do turismo paranaense**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=861>>. Acesso em: 30 maio 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba: IPPUC (Setor de Geoprocessamento, org). 1970 – 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba: IPPUC (Setor de Geoprocessamento, org). 1970 – 2018.

SEGAWA, H. **Arquitetura no Brasil: 1900 – 1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SINDISHOPPING. **Shopping Mueller revitaliza espaço de lojas**. Disponível em: <http://www.sindishopping.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=691:reforma&catid=34:noticias&Itemid=53>. Acesso em: 30 maio 2019.

SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba**. São Paulo: SERETE, 1965.

SOUZA, Célia Ferraz de; KRUSE, Fabiana. Transformações dos centros históricos: antes de construir diálogos, a precisão de conceitos. In: VAZ, Lilian Fesler; REZENDE, Vera F.; MACHADO, Denise Pinheiro (Org). **Centros urbanos: transformações e permanências**. 1 ed. Rio de Janeiro: Casa 8: PROURB, 2012.

SPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1980.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (11). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24511.htm>>. Acesso em: 14 maio 2019.

UNESCO. **O Patrimônio: legado do passado ao futuro**. Disponível em: <<https://bit.ly/2KIJCKa>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

URBAN, R. G. **Os quarenta anos do calçadão da XV**. Disponível em: <<https://bit.ly/31TcBc6>>. Acesso em: 14 maio 2019.

VARGAS, H. C. **Espaço terciário. O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC, 2001.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manole, 2009.

VASCONCELLOS, L. M.; MELLO, M. C. F. Re: atrás de, depois de... In: VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manole, 2009.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. **Restauração**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

**ANEXO 1 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO – PROCESSO DE
TOMBAMENTO Nº 45/74 – INSCRIÇÃO Nº 05 I**

DESCRIÇÃO: Paisagem urbana do trecho Praça Osório, avenida Luiz Xavier, rua XV de Novembro e Praça Santos Andrade – calçada e estruturas de animação – Todas as fachadas que dão para as Praça Osório e Santos Andrade, rua XV e avenida Luiz Xavier;

CARACTERÍSTICAS: Calçada em petit-pavé para pedestres, quiosques em acrílico para vendas de flores, e coisas de arte popular, orelhões para telefones públicos, sala de estar de Curitiba, bancos e floreiras móveis, mesas de lanches no calçada e arborização da Praça Osório, Praça Santos Andrade, avenida Luiz Xavier, rua XV de Novembro.

OBSERVAÇÕES: Tudo o que agredir o conjunto, como placas, letreiros e luminosos, reformas de fachadas, edificações novas, deverão consultar o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná.

As placas e letreiros luminosos que no momento estão agredindo a paisagem, devem ser notificados os seus proprietários, coisa que será feita, logo esteja pronto o levantamento cadastral.

Início das notificações aos proprietários: 6 de setembro de 1974.

Inscrito em 11 de março de 1974.